

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**

**INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL**

**Estudo antropológico sobre a formação de redes de solidariedade em situação de crise e trauma em contextos urbanos: experiência etnográfica em Itajaí (SC) em face da tragédia de 2008**

**DÉBORA BUENO GOMES**

**Orientadora: Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup>. Cornelia Eckert**

**Porto Alegre**

**2011**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**

**INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL**

**Estudo antropológico sobre a formação de redes de solidariedade em situação de crise e trauma em contextos urbanos: experiência etnográfica em Itajaí (SC) em face da tragédia de 2008**

**DÉBORA BUENO GOMES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul para a obtenção do título de Mestre em Antropologia Social.

**Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Cornelia Eckert**

**Porto Alegre**

**2011**

**Estudo antropológico sobre a formação de redes de solidariedade em situação de crise e trauma em contextos urbanos: experiência etnográfica em Itajaí (SC) e em face da tragédia de 2008**

**DÉBORA BUENO GOMES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul para a obtenção do título de Mestre em Antropologia Social.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup>. Cornelia Eckert (PPGAS - UFRGS orientadora)

---

Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup>. Telma Camargo da Silva (PPGAS –UFG)

---

Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup>. Viviane Vedana (PPGAS - UFRGS)

---

Prof Dr. Emerson Giumbelli (PPGAS - UFRGS)

*Eu dedico este trabalho*

*A meu pai, Mário Gomes (in memoriam),  
que contribuiu, apesar da distância, para a concretização de muitos sonhos.*

*À minha mãe, Celita, meu maior exemplo de força,  
humildade, generosidade e superação. Amo muito você.*

## Agradecimentos

*Dar, receber e retribuir são as obrigações nas quais se apóiam o sistema da dádiva...*

Pois bem, nas linhas que seguem retribuo em palavras o meu agradecimento às pessoas que contribuíram para a execução desta pesquisa.

Em primeiro lugar, à minha orientadora Professora Cornelia Eckert por me oferecer a oportunidade de trabalhar neste projeto que lhe é tão caro. Agradeço por sua dedicação e disponibilidade constante em me orientar na prática etnográfica e por ter sido presente em cada etapa do curso de mestrado. Agradeço, por compartilhar comigo, por meio do estágio, seu comprometimento com o ensino.

À CNPq, pela concessão de dois anos de bolsa, garantindo assim uma longa permanência em outra cidade e a tranquilidade necessária para escrever a dissertação.

Ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS - UFRGS) que é formado, também, por excelentes professores que participaram da minha trajetória acadêmica. Em especial, agradeço à professora Ana Luiza Carvalho da Rocha e ao professor Carlos Steil. Estendo meu agradecimento à Rosemeri Feijó, facilitadora nos assuntos burocráticos.

Agradeço as contribuições e preocupações, no que se refere às catástrofes, dos pesquisadores do Centro Estadual de Ensino e Pesquisa em Desastres (CEPED/RS), do qual sou vinculada como aluna.

Agradeço pela participação em congressos como a RBA e RAM, compartilhando meu trabalho e conhecendo outras pesquisas que abordam questões relacionadas à crise e rupturas no cotidiano.

Em especial meu agradecimento à professora Telma Camargo pelo conhecimento que se dispõe a compartilhar e por, gentilmente, aceitar o convite para compor a minha banca.

Agradeço ao professor Emerson Giumbelli e a professora Viviane Vedana por fazerem parte da minha banca.

Agradeço à Rosane Nunes pela revisão da dissertação. Sou muito grata por sua generosidade e dedicação. Estendo meu agradecimento à Mariana.

Ao Núcleo de Antropologia Visual que se fez presente em cada momento desta pesquisa, tornando-se fundamental em minha formação. O agradável convívio com pessoas tão especiais, tornou prazeroso o aprendizado. Agradeço as contribuições de Liliane, Rumi, Fabiela, Luciano, Yuri, Andressa, Cátia, Karin. Ao Roberto agradeço pelas inúmeras discussões sobre o tema desta pesquisa que contribuíram muito para a escrita deste trabalho.

À Rojane e ao João agradeço pelo carinho e amizade que se mantém, muitas vezes, apesar do tempo e da distância.

Aos colegas da turma de 2009 do curso de mestrado.

Agradeço às pessoas especiais que compartilhei do convívio por longo período na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul. Em especial agradeço pela amizade de Adriana Xavier, Fabíola, Ângela Mendes e Vitor. Vocês são pessoas muito queridas e especiais em minha vida. Agradeço ao professor Ivo pelo constante incentivo para que prosseguisse meus estudos.

À Neli, agradeço pela amizade e disponibilidade de ajudar em todos os momentos. Sua sabedoria me surpreende sempre.

À Juliana agradeço por todos os momentos compartilhados ao longo da minha trajetória acadêmica. Obrigada por ser uma amiga tão especial e presente.

Às minhas interlocutoras de Itajaí, agradeço pela acolhida e por compartilharem de seus cotidianos comigo. Apesar do tema da pesquisa ser sobre trauma, vocês tornaram prazeroso o trabalho de campo. Em especial agradeço à Vera e a dona Mariquinha pela amizade que amenizou a saudade que eu sentia de casa.

À Senilda, Lorena Avellar, Lulu e Marcela, agradeço pelo conforto que proporcionaram em minha passagem pela cidade. À dona Marlene, Juliane e Micheline agradeço a acolhida e orientação de meus primeiros passos na cidade de Itajaí.

Ao professor Roberto Severino e ao professor Bento, agradeço pela atenção que dispensaram e por compartilharem comigo seus conhecimentos sobre a história da região do Vale do Itajaí, tanto por meio de conversas quanto por meio das referências bibliográficas que orientaram.

Ao Enio querido agradeço por estar presente mesmo quando a distância se colocava entre nós. Agradeço-lhe pelas inúmeras "aulas" de fotografia via skype e pela sinceridade ao falar sobre cada imagem. Obrigada por compartilhar de cada "pedacinho" da dissertação, desde a leitura atenta até a elaboração gráfica das redes, dos mapas, das reportagens. Faltam palavras para descrever minha gratidão pela atenção, carinho, paciência, compreensão e companheirismo em todos os momentos.

Por fim, agradeço à minha mãe, Celita, e às minhas irmãs, Bárbara e Alessandra. Obrigada pelo incentivo e pela compreensão em minhas ausências. O apoio incondicional de vocês faz tudo valer a pena. Obrigada por serem o meu maior bem nesta vida.

## RESUMO

Esta pesquisa insere-se no campo de discussão da Antropologia Urbana e Visual. Busquei conhecer a composição de redes de solidariedade de emergência formadas como alternativa para enfrentar a situação de crise advinda da enchente de 2008 no Vale de Itajaí, SC. A enchente vivenciada propiciou a emergência de novas redes de interação e sociabilidade que podem ser definidas como relações de reciprocidade e solidariedade entre os indivíduos envolvidos. A construção dessas redes de solidariedade de caráter emergencial está fundamentada teoricamente na perspectiva de Larissa Lomnitz que, ao estudar comunidades populares, destacou sua centralidade constituída sobre o sistema de reciprocidade em que predominavam vínculos horizontais enquanto estratégia de sobrevivência. A etnografia da duração orienta a pensar acerca das trajetórias pessoais e coletivas que configuram as temporalidades da cidade, os tempos de crise e de continuidade da população vitimada.

**Palavras-chave:** antropologia urbana, etnografia da duração, redes sociais, evento crítico

## **ABSTRACT**

This research belongs to the debating field of Urban and Visual Anthropology. I studied the configuration of solidarity networks of emergency formed as alternatives to face the situation of crisis originated in the 2008 flood (Vale de Itajaí, SC). The flood disposed those who lived it to develop new networks of interaction and sociability, which may be defined as relations of reciprocity and solidarity. The construction of these solidarity networks having an emergency character is based theoretically on Larissa Lomnitz's perspective, who highlighted its centrality studying popular communities. This character is constituted upon a system of reciprocity in which horizontal ties, as a surviving strategy, are predominating. The ethnography of the duration guides us to think personal and collective trajectories, which forms the temporalities of the city, the times of crisis and the continuity of the victimized population.

**Key-words:** urban anthropology, ethnography of the duration, social networks, critical event.

## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS**

**CAIC:** Centro Educacional Profº Cacildo Romagnani Caic

**FURB:** Fundação Universidade Regional de Blumenau

**UNIVALI:** Universidade do Vale do Itajaí

## LISTA DE IMAGENS

### Capa:

Recorte de fotografia do bebedouro localizado na Praça Matriz, Itajaí,

Fotografia da pesquisadora, obtida durante o trabalho de campo, Itajaí, 2010.

### Página: 28

Tabela indicando o número da população residente na cidade de Itajaí,

Fonte: [http://www.itajai.sc.gov.br/estatistica\\_lst.php](http://www.itajai.sc.gov.br/estatistica_lst.php). consulta: Data de acesso 10/01/2010

### Página: 30

Mapa do Vale do Itajaí

Fonte:

[http://campeche.inf.furb.br/empinf/empreendedor/index3.php?page=PN\\_publico\\_html&id\\_empresa=377](http://campeche.inf.furb.br/empinf/empreendedor/index3.php?page=PN_publico_html&id_empresa=377). Data de acesso: 10/01/2010

### Página: 31

Representação de como se forma a chuva no litoral de Santa Catarina, Fonte: Folha de S. Paulo, 2008, apud Fraga, 2008: 10

Mapa da tragédia no Vale do Itajaí, 2008,

Fonte: <http://cabecanaopara.blogspot.com/2008/11/no-desastre-de-santa-catarina.html>, Data de acesso: 10/01/2010

### Página: 32

Mapa da inundação da cidade de Itajaí em novembro de 2008

Fonte: [http://www.leismunicipais.com.br/cgi-local/form\\_vig.pl](http://www.leismunicipais.com.br/cgi-local/form_vig.pl) Data de acesso: 10/01/2010

### Página: 38

Imagens cedidas pelo porto de Itajaí, sobre a destruição provocada pela enchente, Autor desconhecido

### Página: 39

Processo de reconstrução do porto em 2010

Fotografia da pesquisadora, obtida durante o trabalho de campo, Itajaí, 2010.

### Página: 41

Fundação Itajaíense de Turismo, situada na Praça Matriz, Vera no término de seu expediente  
Fotografia da pesquisadora, obtida durante o trabalho de campo, Itajaí, 2010.

**Página: 44**

Igreja Santíssimo Sacramento, conhecida como Igreja Matriz e os banheiros públicos localizados na praça.

Fotografia da pesquisadora, obtida durante o trabalho de campo, Itajaí, 2010.

**Página: 46**

Dona Mariquinha, Vera e dona Mariquinha sentadas na sombra entre a Fundação Itajaíense de Turismo e os banheiros públicos

Fotografia da pesquisadora, obtida durante o trabalho de campo, Itajaí, 2010.

**Página: 49, 50 e 51**

Representação gráfica da rede de inserção em campo

Fotografia da pesquisadora, obtida durante o trabalho de campo, Itajaí, 2010.

Montagem: Enio Ortiz

**Página: 52**

Vera e sua neta Sofia

Fotografia da pesquisadora, obtida durante o trabalho de campo, Itajaí, 2010.

**Página: 56, 57 e 58**

Mapa urbano da cidade de Itajaí

Fonte: [http://intranet.itajai.sc.gov.br/pdf/mapa\\_itajai.pdf](http://intranet.itajai.sc.gov.br/pdf/mapa_itajai.pdf), Data de acesso: 28/10/09

Montagem: Enio Ortiz

**Página: 61**

Dona Mariquinha

Fotografia da pesquisadora, obtida durante o trabalho de campo, Itajaí, 2010.

**Página: 65 e 66**

Dona Mariquinha me apresentando suas fotografias e a pasta com as letras de músicas de seu filho, com o pôster da banda

Fotografia da pesquisadora, obtida durante o trabalho de campo, Itajaí, 2010.

**Página: 67 e 68**

Dona Mariquinha mostrando documentos

Fotografia da pesquisadora, obtida durante o trabalho de campo, Itajaí, 2010.

**Página: 69**

Dona Mariquinha apontando nos quadros as fotografias de Ivonei, seu filho que morreu precocemente

Fotografia da pesquisadora, obtida durante o trabalho de campo, Itajaí, 2010.

**Página: 70**

Dona Mariquinha e sua ex-nora Flávia, juntamente com o filho de Flávia em janeiro de 2010; Dona Mariquinha em novembro de 2010, com os filhos de Flávia na comemoração de aniversário e 1ª comunhão.

Fotografia da pesquisadora, obtida durante o trabalho de campo, Itajaí, 2010.

**Página: 72**

Dona Mariquinha e Vera no local de Trabalho

Fotografia da pesquisadora, obtida durante o trabalho de campo, Itajaí, 2010.

**Página: 74**

Fotografia da Revista Carta na Escola de novembro de 2008 e fotografia das duas casas no terreno de dona Mariquinha

Fotografia da pesquisadora, obtida durante o trabalho de campo, Itajaí, 2010.

**Página: 77**

David num cômodo que atualmente serve de depósito para guardar brinquedos, ferramentas.

Fotografia da pesquisadora, obtida durante o trabalho de campo, Itajaí, 2010.

**Página: 80**

Marlene e seus filhos e netos David, Andrey e Bryam

Fotografia da pesquisadora, obtida durante o trabalho de campo, Itajaí, 2010.

**Página: 81**

Fotografia no pavimento inferior da casa de Marlene, onde atualmente moram seu filho Robson e sua nora Juliana

Fotografia da pesquisadora, obtida durante o trabalho de campo, Itajaí, 2010.

**Página: 81**

Fotografia feita por David, de Aloir, seu pai, no quarto na casa da família

Fotografia da pesquisadora, obtida durante o trabalho de campo, Itajaí, 2010.

**Página: 84**

Dinha, Marlene e as crianças brincando em uma tarde de domingo, na casa de Dinha

Fotografia da pesquisadora, obtida durante o trabalho de campo, Itajaí, 2010.

**Página: 85**

Dona Mariquinha se pendurando em uma corda e Diogo, seu neto, observando. Pátio da casa de Dinha

Fotografia da pesquisadora, obtida durante o trabalho de campo, Itajaí, 2010.

**Página: 92**

Beth mostrando os vestidos e a boneca que foram de sua filha e atualmente são de sua neta.

Fotografia da pesquisadora, obtida durante o trabalho de campo, Itajaí, 2010.

**Página: 98**

Dona Onadir preparando peixe frito

Fotografia da pesquisadora, obtida durante o trabalho de campo, Itajaí, 2010.

**Página: 103**

Extensão das casas de Marlene, dona Onadir, Beth e dona Mariquinha, evidenciando tipos de coabitação seja por parentes ou por inquilinos.

Fotografia da pesquisadora, obtida durante o trabalho de campo, Itajaí, 2010.

**Página: 104**

Jornais de Santa Catarina com matérias produzidas no contexto da enchente de 2008

Reportagens coletadas durante o trabalho de campo, Itajaí, 2010, Montagem: Enio Ortiz

**Página: 107**

Frames de vídeos produzidos em 2008, período em que a cidade se encontrava imersa.

Vídeo cedido pela Rede Record de Televisão de Itajaí

Material coletado em campo, Itajaí, 2010.

Montagem em fotogramas: Enio Ortiz

**Página: 122, 123, 124 e 125**

Representação gráfica das Redes de Parentesco, com ênfase no parente conector

Fotografia da pesquisadora, obtida durante o trabalho de campo, Itajaí, 2010.

Montagem: Enio Ortiz

**Página: 134**

Dinha colhendo, com a ajuda de dona Mariquinha, verduras e legumes para preparar o almoço

Fotografia da pesquisadora, obtida durante o trabalho de campo, Itajaí, 2010.

**Página: 136**

Angélica e seu filho Bryan, no quarto de sua casa

Fotografia da pesquisadora, obtida durante o trabalho de campo, Itajaí, 2010.

**Página: 142**

Beth mostrando o nível que a água atingiu na enchente de 2008, mostrando que nem a recente pintura ocultou as marcas da lama

Fotografia da pesquisadora, obtida durante o trabalho de campo, Itajaí, 2010.

**Página: 144**

Jornais de Santa Catarina e fotografias cedidas juntamente com o material do porto de Itajaí, mostrando as representações sobre o episódio em que os moradores carregavam mercadorias de um supermercado, sem pagar.

Autor desconhecido (imagens veiculadas pela mídia)

Montagem: Enio Ortiz e Débora Bueno Gomes

Material coletado em campo, Itajaí, 2010.

**Página: 148**

Frames de vídeos produzidos em 2008, período em que os moradores voltaram para as casa, após a água baixar.

Vídeo cedido pela Rede Record de Televisão de Itajaí

Material coletado em campo, Itajaí, 2010.

Montagem em fotogramas: Enio Ortiz

**Página: 152**

Terreno da casa da família de Andréa. após a enchente a casa desabou e há apenas destroços de uma casa anteriormente habitada.

Fotografia da pesquisadora, obtida durante o trabalho de campo, Itajaí, 2010.

**Página: 157**

Angélica mostrando o nível em que a água chegou em sua casa no período da enchente.

Fotografia da pesquisadora, obtida durante o trabalho de campo, Itajaí, 2010.

**Página: 160**

Beth mostrando quais objetos restaram após a enchente. Ênfase nas louças que ganhou há quase 40 anos, quando se casou.

Fotografia da pesquisadora, obtida durante o trabalho de campo, Itajaí, 2010.

**Página: 167 e 168**

As divisões da casa de dona Mariquinha e seu quintal, beirando às margens do Rio Itajaí-Mirim.

Fotografia da pesquisadora, obtida durante o trabalho de campo, Itajaí, 2010.

**Página: 171**

A casa de Marlene

Fotografia da pesquisadora, obtida durante o trabalho de campo, Itajaí, 2010.

**Página: 172 e 173**

A casa de Angélica

Fotografia da pesquisadora, obtida durante o trabalho de campo, Itajaí, 2010.

**Página: 174**

A casa alugada onde Andréa e seus 3 filhos moram atualmente.

Fotografia da pesquisadora, obtida durante o trabalho de campo, Itajaí, 2010.

## SUMÁRIO

Resumo

Abstract

Lista de Siglas

Lista de Imagens

INTRODUÇÃO.....20

## CAPÍTULO 1: O PROBLEMA DA PESQUISA PELO VIÉS METODOLÓGICO

E TEÓRICO.....25

- 1.1 As questões metodológicas da pesquisa.....25
- 1.2 Conhecendo a cidade de Itajaí.....28
- 1.3 Etnografia das redes sociais a partir de trajetórias e biografias no evento de crise.....33
- 1.4 Impasses e aceitação em campo.....36
- 1.5 Primeiro contato: encontro com as marcas de uma enchente.....40
- 1.6 Redes de inserção em campo.....48
- 1.7 O convite para conhecer as casas e o "ser afetada" pela situação ética e questões de gênero..... 52
- 1.8 Mapa urbano da cidade de Itajaí e quadro de entrevistados.....55

## CAPÍTULO 2: INSERÇÃO EM CAMPO E APRESENTAÇÃO DAS

PERSONAGENS.....60

- 2.1 Dona Mariquinha.....61
  - 2.1.1 A elaboração de uma carta: entre fotografias e documentos acontece a narrativa das vicissitudes dramáticas de trajetória social.....63
  - 2.1.2 Sobre lembranças e laços afetivos.....68
  - 2.1.3 Relações de trabalho.....70
  - 2.1.4 A imagem que reflete a condição de sua moradia.....73
- 2.2 Marlene.....74
  - 2.2.1 O cotidiano e seus infortúnios.....78
  - 2.2.2 A fotografia como "método" de interação com as crianças.....79
- 2.3 Dinha.....82
- 2.4 Andréa.....86
  - 2.4.1 Circunstâncias que levaram a Andréa.....86
- 2.5 Beth.....89

2.6	Dona Onadir.....	93
2.7	Pobreza e violência.....	99
2.8	Condições de vida.....	101

### **CAPÍTULO 3: A ENCHENTE DE 2008: RUPTURA NO COTIDIANO DAS FAMÍLIAS E A FORMAÇÃO DE REDES DE SOLIDARIEDADE DE EMERGÊNCIA.....104**

3.1	Redes de solidariedade de emergência de nível institucional: a Defesa Civil de Itajaí e a igreja Testemunhas de Jeová.....	108
	Roberto: voluntário na Defesa Civil de Itajaí.....	108
	Paulo: Ancião da Igreja Testemunhas de Jeová.....	113
3.2	O drama de abandonar as casas: redes de solidariedade de emergência de nível institucional.....	117
	Liderança de um abrigo público temporário.....	117
	A busca por um abrigo público.....	120
3.3	Redes de solidariedade de emergência formada por laços de parentesco.....	121
	Dona Mariquinha.....	126
	Marlene.....	127
	Dinha.....	129
	Relato e construção de cenário.....	131
	Angélica.....	135
	Dona Onadir.....	139
	Beth.....	140
3.4	Suspensão da ordem.....	143

### **CAPÍTULO 4: O MOMENTO DE VOLTAR PARA CASA E A REORDENAÇÃO DO COTIDIANO.....148**

4.1	Voltar para casa, qual casa?.....	150
	A experiência dos filhos de Andréa.....	150
	A perda da casa de dona Mariquinha.....	153
4.2	O drama de voltar para casa.....	155
	Marlene.....	155
	Angélica.....	157
	Dona Onadir.....	158
	Beth.....	159
	Maria.....	162

<b>CAPÍTULO 5: PROCESSO DE RECUPERAÇÃO A PARTIR DAS PERDAS.....</b>	<b>164</b>
<b>CAPÍTULO 6: O CONVÍVIO COM ENCHENTES: EXPERIÊNCIAS DE JULHO DE 1983.....</b>	<b>177</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>182</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>187</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>192</b>

## INTRODUÇÃO

As questões que compõe este projeto de pesquisa se referem aos dilemas de ordem climática/ambiental que resultam em desastre e tragédias em contextos urbanos. Busco conhecer a composição de redes de solidariedade de emergência formadas como alternativa para enfrentar situações trágicas que podem se configurar como evento crítico (Das, 1995).

Esta pesquisa se insere num campo de discussão da Antropologia Urbana, integrado ao Núcleo de Antropologia Visual (NAVISUAL/PPGAS/UFRGS). É uma pesquisa com financiamento CNPq e tem como tema trauma e violência. A etnografia que apresentarei é resultado do projeto desenvolvido por Cornelia Eckert com o título “Calamidade pública e tragédia humana em SC (2008): estudo antropológico da vitimização e ação da Defesa Civil na experiência traumática de desastre natural e ambiental”<sup>1</sup>. Desenvolvi esta pesquisa seguindo as orientações de Cornelia Eckert, cuja preocupação antropológica se encontra em analisar rupturas e traumas das memórias coletivas e individuais diante da violência das catástrofes que afetam a vida coletiva e individual em contextos urbanos.

Para compreender a formação de redes de solidariedade de emergência que se constituíram no contexto da enchente de 2008 no Vale de Itajaí, SC, faz-se necessário atentar para o tema das formas de solidariedade e reciprocidade, que é clássico e funda a pesquisa antropológica presente nas obras de Marcel Mauss (2003). Mauss desenvolveu o conceito sociológico dos “fatos sociais” de Émile Durkheim. Para Mauss a circulação de dons e contra dons abarca diversas esferas da vida coletiva e por isso corresponde a um “fato social total”. Em sua teoria há uma tensão entre a obrigatoriedade e a espontaneidade na circulação de dons. Para ele, em cada troca, há sempre algo do sujeito nas coisas dadas. A “força das coisas” incita a participação do sujeito no jogo da troca; por um lado, a dádiva opera por uma lógica oposta à lógica mercantil, por outro lado, a reciprocidade se assenta na obrigação de “dar, receber e retribuir”. Este autor contribui nesta pesquisa para pensar a reciprocidade na tecitura dos vínculos sociais instaurados em face de uma ruptura no cotidiano. Esta reciprocidade pode assumir um caráter simétrico ou assimétrico dependendo das relações de poder existentes nas redes sociais em questão.

---

<sup>1</sup> Processo 552320/2009-9 no Edital Bolsas no País MCT/CNPq nº 70/2008 - Mestrado/Doutorado

No avanço da disciplina antropológica de voltar-se para o estudo de sociedades complexas e dinamizadas por lógicas moderno-contemporâneas, formas de associação, de interação, de redes sociais e de sociabilidades passaram a receber novas propostas teóricas ao longo do século XX. George Simmel trata das formas de sociabilidade e associação seguido que foi pelos intelectuais conformadores da Escola de Chicago. Entre eles Robert Park influenciado por várias pesquisas percebia a cidade como “campo de investigação da vida social” (Frúgoli, 2005), Louis Wirth pensava no urbanismo como uma forma de vida e Robert Redfield nos “estudos de comunidade” (Frúgoli, 2005). No Brasil, ao focar seu estudo nas sociedades complexas contemporâneas, temos Gilberto Velho que encontra subsídios na Escola de Chicago para a formação da Antropologia Urbana.

Os estudos de interações simbólicas e práticas que configuram redes sociais são reconhecidos como método pertinente para tratar das dinâmicas de transformação urbana. Isso é demonstrado no livro organizado por Bela Feldman Bianco (1987) que reúne os estudos de antropólogos que conformaram a Escola de Manchester, tendo reconhecido como fundador Herman Max Gluckman que privilegiava o método de observação, descrição e análise das situações sociais.

Na Sociologia é o trabalho de Larissa Lomnitz que se destaca por identificar nas pesquisas urbanas de 1970 a centralidade das redes sociais. Ela observou que as comunidades populares desenvolviam estratégias de sobrevivência que redundavam redes sociais formadas a partir do princípio de reciprocidade caracterizada por vínculos horizontais.

Na psicologia social o estudo de Elisabeth Both é pertinente, porque além do caráter multidisciplinar para abordar a construção das redes sociais, realiza sua pesquisa junto a famílias londrinas, na década de 50. Para ela, as redes sociais apresentam formatos distintos e importantes, sendo eles formatos de redes sociais frouxas e das redes sociais estreitas. Elabora estes conceitos, partindo dos papéis conjugais entre os membros da família.

Para compreensão das dinâmicas sociais nas camadas populares é pertinente recorrer ao trabalho de William Foote Whyte. Valendo-se do método de observação participante ele apresenta redes de relações sociais formadas em áreas onde existiam grupos sociais diferenciados. Seu trabalho atenta para as formas de sociabilidade presente nestas áreas, o que não elimina a existência de conflitos entre os grupos, porém refuta a idéia de desorganização social.

A relevância destes estudos teóricos metodológicos se torna necessário nesta pesquisa para abordar uma problemática contemporânea de forte impacto social em nossa sociedade no que se refere a crises e rupturas no cotidiano. A partir das orientações de Cornelia Eckert que

tem por eixo analítico a cultura do medo relacionada à violência urbana e vulnerabilidade dos habitantes nas cidades brasileiras, nesta pesquisa o empenho é buscar outras dimensionalidades dadas ao perigo do esquecimento ou minimização das “crises urbanas” em sua relação com aos dilemas ambientais.

Para este tema evento crítico é a categoria analítica proposta por Veena Das (1995), que contribui para analisar situações em que há uma ruptura no cotidiano ocasionada por violência, dor, sofrimento. Segundo a autora, o evento crítico possibilita a emergência de redes sociais em que os atores sociais comuns se colocam como agentes políticos e se mobilizam para interpelar o Estado. Assim, a etnografia apresentará quais foram as modalidades de ação instituídas a partir do evento catastrófico provocado pela enchente de 2008 no Vale do Itajaí em Santa Catarina.

Contribuiu de forma significativa com esta pesquisa a participação em dois congressos<sup>2</sup>, um em Belém do Pará<sup>3</sup>, em 2010 e outro em Curitiba<sup>4</sup> em 2011. A proposta dos grupos de trabalho foi pensar teórica e metodologicamente eventos que provocassem rupturas na vida cotidiana, a partir de experiências narradas como traumáticas e de desorientação dos seus sistemas de valores.

Partindo destes pressupostos teóricos metodológicos, esta pesquisa é um estudo antropológico sobre as redes de solidariedade instauradas a partir de uma ruptura no cotidiano, a enchente de 2008 em Itajaí/SC. Fundamenta-se em uma pesquisa etnográfica nos anos de 2009 e 2010, junto a uma rede de moradores da cidade de Itajaí que vivenciaram perdas materiais durante a enchente de 2008. Partindo do encontro etnográfico, objetivei problematizar o tempo vivido destes moradores. Este tempo se organizou segundo as memórias de suas trajetórias marcadas pela experiência de vivenciar uma enchente, compartilhadas por meio de narrativas decorrentes do encontro etnográfico. Desta forma, busquei compreender como, a partir de uma ruptura no cotidiano, estes moradores elaboram novos projetos e reinventam suas experiências no cotidiano.

A tragédia da enchente vivenciada propiciou a emergência de novas redes de interação e sociabilidade que podem ser definidas como relações de reciprocidade e solidariedade entre

---

<sup>22</sup> 27ª Reunião Brasileira de Antropologia e 9ª Reunião de Antropologia do Mercosul;

<sup>3</sup> GT: Eventos críticos e processos narrativos: rituais políticos, trauma e memórias;

<sup>4</sup> GT: Perspectivas antropológicas sobre rupturas na vida cotidiana: imagens, narrativas e memórias de crises sociais.

os indivíduos envolvidos (Boissevan, 1987; Both, 1976; Lomnitz, 2009). Partindo de uma rede de inserção em campo, acessei redes de solidariedade emergenciais que se formaram no contexto da enchente.

No primeiro capítulo, apresento questões metodológicas e teóricas que problematizam a experiência etnográfica. Discorro sobre a minha chegada na cidade de Itajaí, evidenciando a minha inserção em campo, a partir de impasses, aceitação, questões éticas e de gênero e como aconteceu o delineamento das redes de solidariedade que perpassam esta pesquisa. Apresento a forma como se deu a escolha por este universo de pesquisa, mostrando sua relevância para estudar o tema de trauma e violência relacionado a rupturas, advindas de catástrofes climático-ambientais em contextos urbanos.

No segundo capítulo apresento a construção de personagens, mulheres que se tornaram as principais interlocutoras. Adentro nas narrativas destas moradoras colhidas durante o processo de observação participante, seja no contexto de uma entrevista ou em situações relacionadas ao cotidiano destas mulheres. Neste capítulo a ênfase recai sobre suas trajetórias de vida e projetos sociais (Schutz, 1979; Velho, 2003).

No terceiro capítulo apresento descrição densa do momento em que a água subiu e se tornou inevitável abandonar as casas. Através das narrativas se verifica como o momento de ruptura em questão foi vivido e quais redes de emergência foram acionadas, sejam elas horizontais ou verticais - entre iguais ou institucionais - (Lomnitz, 2009). Assim, os interlocutores da pesquisa refletem sobre seus tempos vividos “de forma descontínua” (Bachelard, 1994; Eckert, 1995), em face da emergência de um evento crítico (Das, 1995).

No quarto capítulo apresento narrativas que mostram a situação em que se encontravam as casas quando a água baixou, no caso das pessoas que as casas não tivessem desabado. Nesta fase de suas vidas começa o processo de reconstrução.

No quinto capítulo apresento elementos que mostram como se dá a reconstrução da vida destas pessoas após as perdas que tiveram provocadas pela enchente, construindo a partir de fotografias e de relatos as condições em que se encontram as casas dessas famílias e os projetos e que elas relataram. Por meio de uma etnografia do cotidiano dessas pessoas, apresento as condições de vulnerabilidade em que as famílias de baixo poder aquisitivo se encontram.

No sexto capítulo apresentarei as narrativas de pessoas que vivenciaram outros “tempos de crise” (Eckert, 1993), ritmados por outros períodos de cheia. A “etnografia da

duração” (Eckert e Rocha, 2005) orientará a reflexão sobre a maneira que estas moradoras refletem sobre as discontinuidades e rupturas.

A partir da fotografia, construo narrativas sobre condição de vida das famílias que constituem a rede social presente na dissertação. Em fotogramas, apresentarei frames de imagens produzidas em vídeo pela Rede de Televisão Record de Itajaí, no período da enchente e no período posterior a ela.

Para orientar a leitura da dissertação, destacarei ao longo do texto em *itálico* e entre aspas as falas e relatos das (os) interlocutoras (es). Apenas duas interlocutoras pediram para preservar suas identidades. Desta forma, Maria e Andréa foram os nomes fictícios adotados e optei por não lhes inserir nas redes de solidariedade.

## Capítulo 1

### O problema da pesquisa pelo viés metodológico e teórico

#### 1. 1 As questões metodológicas da etnografia

Esta pesquisa nasceu de um projeto enviado ao Edital Cnpq de seleção pública que concederia cotas de bolsas para projetos cuja temática abordasse trauma e violência. A partir das categorias trauma e violência, a professora Cornelia Eckert desenvolveu um projeto intitulado *Calamidade pública e tragédia humana em SC (2008): estudo antropológico da vitimização e ação de defesa civil na experiência traumática de desastre natural e ambiental*, aprovado para ser desenvolvido na forma de uma dissertação de mestrado.

Desde o primeiro momento em que foi apresentada a proposta de desenvolver uma pesquisa com o tema sobre trauma e violência, relacionadas à calamidade pública e tragédia humana em SC (2008), mais especificamente no que se refere à experiência traumática frente a desastre natural e ambiental, a cidade de Itajaí se colocou como o lugar adequado para uma etnografia: em novembro de 2008, a cidade foi fortemente atingida pela enchente em quase 90%. Para além da enchente, sua localização geográfica no Baixo Vale do Itajaí, a colonização açoriana e o fato de ser uma cidade portuária aguçaram meu interesse por me deslocar para cidade a fim de conhecê-la. Quando cheguei à cidade de Itajaí e me deparei com a paisagem marcada por vestígios de uma recente enchente, a motivação para realizar uma etnografia foi confirmada.

A minha formação no mestrado aconteceu a partir de uma orientação que segue uma tradição própria da antropologia que enfoca, predominantemente, as práticas cotidianas e os ritmos temporais vividos pelos habitantes em contextos urbanos. Daí este estudo tratar das formas de configuração da memória coletiva nos âmbitos citadinos urbanos contemporâneos (Eckert e Rocha, 2005); um fazer antropológico que trata de uma busca do conhecimento realimentado de sua prática e que se constitui por meio de uma relação dialógica (Cardoso, 2000) que acontece no encontro com o outro.

Neste trabalho serão apresentados dados referentes a uma coleta que privilegiou a observação participante. Apesar de se tratar de um contexto diverso, para abordar inicialmente as questões metodológicas desta etnografia, faz-se necessário evocar os ensinamentos de Bronislaw Malinowski (1976), sobre a observação participante, como importante método de pesquisa, quando o autor passa a viver entre os trobriandeses e compreende que, ao aprender a língua do Outro, mais facilmente apreenderia seus pontos de vistas sobre suas práticas.

O método etnográfico desenvolvido originalmente pelo antropólogo Bronislaw Malinowski, autor da obra intitulada *Argonautas do Pacífico Ocidental* é deslocado, hoje, para contextos urbanos, contextos estes que nos são familiares como ensinou Gilberto Velho em seu texto, “Observando o familiar”<sup>5</sup>. Embora muitas vezes a língua entre sujeitos de pesquisa e pesquisador seja a mesma, as situações vividas são singulares e o método etnográfico se fez necessário para a análise das rupturas e traumas das memórias coletivas e individuais em face da enchente que afetou a vida coletiva e pessoal na região do Vale do Itajaí, uma região predominantemente urbana.

O deslocamento que fiz não foi para alguma “aldeia” distante da minha. Por determinado período migrei para uma localidade urbana, situada na região Sul do Brasil, onde língua e estilos de vida são próximos aos meus; mesmo que este outro tenha apresentado características comuns a mim, ao ter contato com suas experiências pelas situações vividas em campo e a partir de suas narrativas, pude acompanhar a complexificação de minha compreensão deste Outro, ora por aproximação, ora por distanciamento. Desta forma se fez possível dar conteúdo às “construções abstratas” (Malinowski, 1997: 31) feitas em diversos momentos da pesquisa, seja em sala de aula, seja em diálogo com diversos autores, pois “a teoria sem pesquisa empírica é vazia; a pesquisa empírica sem teoria é cega” (Bourdieu e Wacquant, 1992: 162).

Registrei por escrito as ações e falas dos interlocutores, prática esta que é marca na etnografia desde que foi desenvolvida por Malinowski (1976). A observação participante é parte da pesquisa etnográfica; pressupõe-se que a etnografia é observação participante na medida em que o pesquisador olha e ouve (Cardoso, 2000), busca interpretar e compreender a sociedade e a cultura do outro em sua interioridade. A construção do conhecimento antropológico se dá no processo pelo qual o pesquisador penetra formas de vida plurais e as vezes estranhas, vivenciando-as, vendo, ouvindo, interagindo e escrevendo.

Orientada por esta proposta desenvolvi pesquisa etnográfica na cidade de Itajaí no Estado de Santa Catarina junto a famílias, vítimas que foram afetadas pela enchente de 2008, precipitação esta que assumiu uma dimensão catastrófica por ter atingido cerca de 80% da cidade de Itajaí. Trata-se de etnografia que tem como principal objetivo se pautar nas narrativas da experiência traumática vivenciada pelos habitantes e nas formas que interpretam as crises e discontinuidades em suas vidas cotidianas. A escolha é pelo tema das rupturas e

---

<sup>5</sup> Artigo publicado em 1978 no livro intitulado “A aventura sociológica”, organizado por Edson de Oliveira Nunes e publicado pela Editora Zahar

traumas das memórias coletivas e individuais (Benjamin, 1986; Halbwachs, 1990) dos moradores em face de um evento que afetou a vida pessoal e comunitária no Vale do Itajaí. Desta forma, há um esforço de compreender e descrever interpretativamente a vida social dos diversos grupos urbanos através de um contato direto com eles e do ato de compartilhar suas experiências cotidianas, da observação e escuta atenta (Cardoso, 2000) das práticas, relatos que compõem a enchente como determinante de um drama social (Turner, 1986) e de tragédia humana que atingiu todas as classes sociais.

Com o objetivo de desenvolver uma etnografia nesse grupo social, objetivei a inserção em uma rede de pessoas que vivenciaram algum tipo de perda na enchente de 2008 no Vale do Itajaí, situação que atingiu gravemente o Estado de Santa Catarina. Entre outubro e novembro de 2009 fiz a inserção na pesquisa de campo na cidade. Uma vez que a construção do “conhecimento antropológico acontece a partir de uma inter-relação entre o (a) pesquisador (a) e o (s) sujeito (s) pesquisados que interagem no contexto” (Eckert e Rocha, 2008: 1), era necessário viver na rotina da cidade para assim estabelecer meus primeiros contatos e aprender a me deslocar num espaço desconhecido.

A relação consentida de oito interlocutoras e quatro interlocutores para o exercício etnográfico permitiu a pesquisa sobre suas memórias dos tempos de crise e de ruptura nas rotinas da vida cotidiana, em que os moradores da cidade viram suas casas sendo tomadas pela água.

Retornei em 2010, nos períodos de janeiro, fevereiro e início de março. Voltei novamente à cidade de Itajaí, no início de outubro, ficando até dezembro. Nesta ocasião, o processo de interação com habitantes da localidade se colocava como fundamental. Além de contextualizar a ambiência, busquei esta aproximação com moradores “nativos”. Nesta fase, o diário de campo se constituiu como uma ferramenta fundamental no processo de construção de conhecimento envolvido no trabalho de campo. Outro instrumento de coleta de dados, o ato de fotografar teve para mim o mesmo papel que as notas e os cadernos de campo, como parte constituinte do processo de construção do conhecimento antropológico. Isso contribuiu para elucidar questões referentes à compreensão/interpretação etnográfica das formas de apropriação do espaço urbano por grupos determinados, suas construções de identidades e diferenças, em fim de uma memória coletiva (Halbwachs, 2006). Recorri à fotografia e a gravação das entrevistas como dados etnográficos significativos para elaboração de uma forma de escritura para interpretação das ações e representações estudadas. Fundamentei-me na idéia de uma “antropologia das formas sensíveis” (Rocha, Vedana, 2007), que centra sua

preocupação nos dados sensíveis das formas que assumem os arranjos da vida social em cidades, nas práticas cotidianas dos atores sociais em questão.

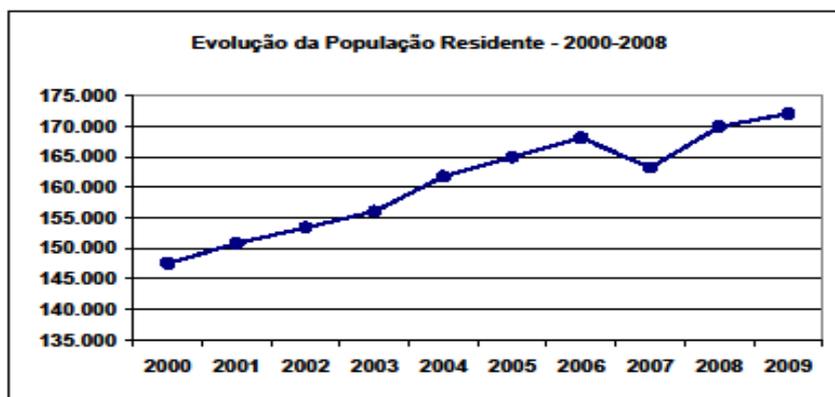
## 1.2 Conhecendo a cidade de Itajaí

A cidade de Itajaí, localizada no Vale Baixo do Itajaí, no Estado de Santa Catarina, é o universo desta pesquisa. O histórico de enchentes no Vale do Itajaí acompanha a história da colonização e de seu desenvolvimento. Itajaí ocupa uma área de 289 km<sup>2</sup>, sendo 20% urbana e 80% rural (ou áreas de preservação) <sup>6</sup>. Segundo informações do IBGE a estimativa é de uma população de 172.081 residentes <sup>7</sup>.

Distribuição da População Residente - 2000-2009

Ano	Tipo de Pesquisa	População
2009	Estimativa	172.081
2008	Estimativa	169.927
2007	Contagem da População	163.218
2006	Estimativa	168.088
2005	Estimativa	164.950
2004	Estimativa	161.789
2003	Estimativa	156.077
2002	Estimativa	153.357
2001	Estimativa	150.804
2000	Contagem da População	147.494

Fonte: IBGE, 2009.



Fonte: IBGE, 2009.

<sup>6</sup> Fonte consultada <http://pt.wikipedia.org/wiki/Itaja%C3%A9>. Data de acesso 10/01/2010

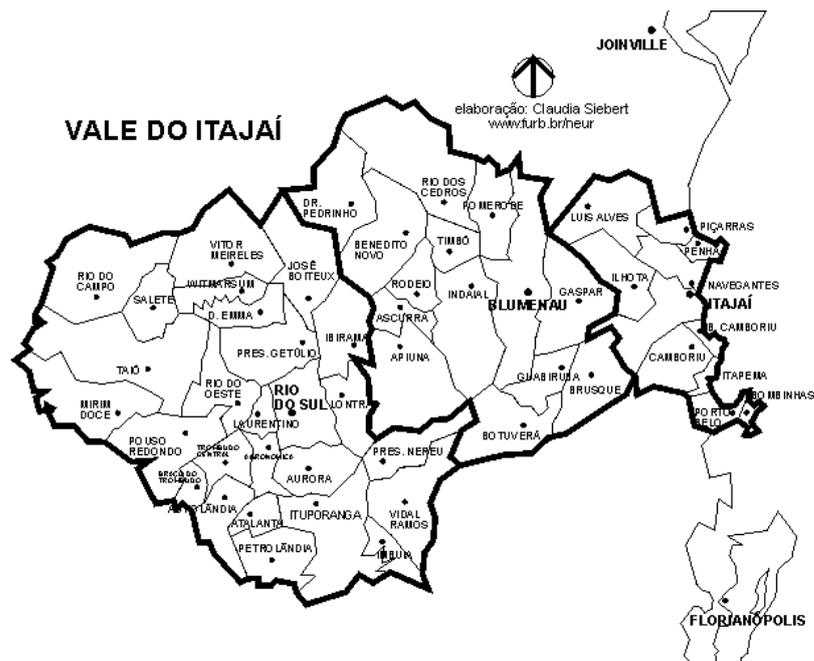
<sup>7</sup> Fonte consultada [http://www.itajai.sc.gov.br/estatistica\\_lst.php](http://www.itajai.sc.gov.br/estatistica_lst.php). consulta: Data de acesso 10/01/2010

A Bacia Hidrográfica do Rio Itajaí compreende uma área de 15.000 Km<sup>2</sup>, dos quais cerca de 80% se encontram na floresta pluvial da costa atlântica, montanhosa e fortemente entrecortada por rios e ribeirões (Frank e Pinheiro, 2003: 15).

No início do século XIX temos o processo de colonização do Vale do Itajaí. Era necessário concentrar a imigração entre o planalto e o litoral de Santa Catarina e abrir vias de comunicação entre eles. A alternativa encontrada para isso foi a colonização que aconteceu às margens dos principais rios do Vale do Itajaí. Interessava as autoridades no poder no período estabelecer, nas áreas de florestas da província meridional, colonos que fossem pequenos proprietários que usassem mão-de-obra familiar, de modo a não entrar no mercado de escravos nem competir na criação de gado (Frank e Pinheiro, 2003: 15). Como não havia comunicação entre a capital, desterro e o planalto, foi com esta finalidade que se deu o estímulo à colonização alemã no Vale do Itajaí (Seyferth, 1974: 30 - 31). Políticas públicas estaduais e nacionais repercutiram no planejamento urbano da região. Sandra I. Momm Schult e Adilson Pinheiro destacam como se deu a ocupação das áreas urbanas no estudo sobre as enchentes na Bacia do Itajaí:

As cidades do Vale do Itajaí se formaram a partir do desenvolvimento de colônias agrícolas. A configuração urbana atual é consequência da origem colonial aliada a um sítio físico com muitas restrições à sua ocupação. O resultado é um processo de desenvolvimento urbano com inúmeros problemas e com possibilidade de intervenção espacial limitada. A construção do espaço urbano de maneira espontânea, a partir de interesses pontuais com pouca intervenção do Estado, definiu um contexto bastante próprio para o desenvolvimento das ações de planejamento urbano. A história do planejamento do Vale do Itajaí está associada muito mais aos movimentos das políticas públicas estaduais e nacionais, do que realmente a uma prática local e regional de planejamento e intervenção na dinâmica urbana. (Frank e Pinheiro, 2003: 177).

Partindo deste pressuposto, temos a formação urbana de Santa Catarina que aconteceu no sentido leste-oeste iniciando-se no litoral. E diferentemente de outros Estados, neste processo ocorreu a dominância de várias “cidades-pólo” que, no Vale do Itajaí são: Itajaí (Baixo-Vale), Blumenau (Médio- Vale) e Rio do Sul (Vale-Alto), cidades estas que apresentam maior índice de modificações devido ao uso inadequado do solo. Os fatores que evidenciam são: o relevo acidentado, a hidrografia com diversas bacias isoladas, a deficiência da rede de transportes, a formação histórica, as diferenciações culturais e a localização da capital numa ilha (Siebert, 1997).



Desde a metade do século XIX é datado o mesmo problema na região do Vale do Itajaí: as enchentes que resultam em milhares de desabrigados, danos materiais dos mais variados e o que é mais grave, inúmeras mortes. Sabe-se que os maiores prejudicados são pessoas pobres da periferia que não possuem condições seguras e ideais de moradia e enfrentamento às tragédias e suas conseqüências.

A enchente que aconteceu em novembro de 2008, apresenta recorrência de ciclos de 20 ou 25 anos. A enchente de 2008 se tornou uma enchente impactante, porém não pode ser considerada atípica. O que pode ser considerado como um elemento atípico na enchente de 2008 que assombrou o Vale do Itajaí foi um anticiclone na costa catarinense que proporcionou deslizamento após semanas de chuva. A enchente aconteceria, porém teve um adendo que provocou os deslizamentos. O anticiclone promoveu uma espécie de deslizamento das encostas, devido a uma descarga de água, promovida pelos ventos intensos que entram no vale, carregados de água. Tal fenômeno se passa numa taxa de retorno longa. A enchente propriamente dita é muito comum, faz parte da dinâmica hídrica da região.

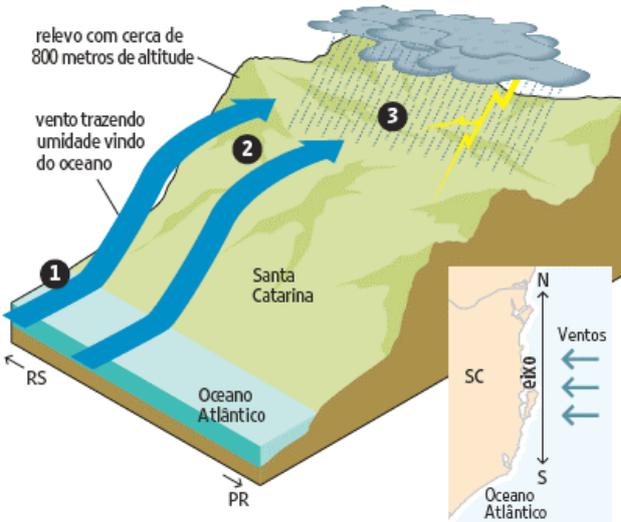
## COMO A CHUVA SE FORMA

Geografia do litoral de SC contribui para fortes chuvas

**1** O litoral de SC está alinhado ao eixo Norte-Sul (é menos curvado que em outros Estados), além de ter um relevo elevado, localizado a poucos metros do mar

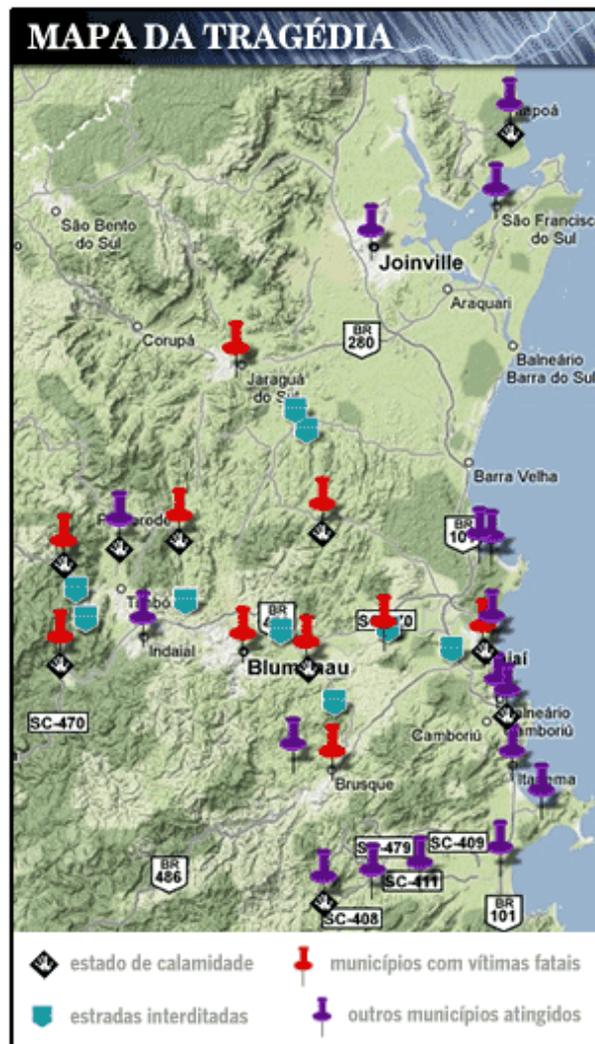
**2** Assim, os ventos que trazem umidade do oceano "batem" nas montanhas, sofrendo um movimento de elevação mais forte, que gera a concentração de nuvens

**3** A chuva é persistente porque a região é de alta pressão atmosférica — ou seja, o vento vem do oceano para o continente, gerando um círculo vicioso



Fonte: Polícia Rodoviária Federal, Defesa Civil de SC e Emanuê de Lima Nascimento, meteorologista e professor da Universidade Federal de Santa Maria

(Fonte: Folha de S. Paulo, 2008, apud Fraga, 2008: 10)





A etnografia mostrou que a enchente colocou em risco vidas e moradias, ocasionando desdobramentos que pautam o ritmo da vida cotidiana. Isso porque, ao ter suas casas ocupadas pela água, perder todos os seus pertences e, por vezes, a própria casa, a enchente provocou uma alteração na singularidade de cada trajetória e de cada projeto contido num campo de possibilidades.

Busquei nas narrativas de famílias, moradores da cidade de Itajaí que conviveram em 2008 com mais uma enchente catástrofe. Em 2008 a enchente aconteceu com proporções e ações muito diferenciadas, pois além do subir das águas, os morros desmoronaram sobre as

ruas, casas e pessoas causando um número de mortos inesperado e um grande número de desabrigados, situações não vivenciados em outras enchentes.

### **1.3 Etnografia das redes sociais a partir de trajetórias e biografias no evento de crise**

Esta etnografia apresenta redes sociais formadas por dois grupos distintos. Um deles se refere a famílias que no período da enchente precisaram abandonar suas casas por causa do elevado nível que a água atingiu, portanto sofreram perdas materiais. Neste grupo predominou o número de mulheres, situadas em segmentos populares de diferentes idades. Apenas Maria, uma das interlocutoras que pediu para não ser identificada, tem curso superior e, embora tenha sofrido perdas materiais, esteve na liderança de um abrigo temporário instalado para alojar desabrigados em decorrência da enchente.

O outro grupo é formado por pessoas que não tiveram suas casas afetadas pela água, mas no período da enchente cederam suas casas como abrigos temporários para socorrer amigos, parentes e até mesmo desconhecidos. Neste grupo de narradores, incluí a narrativa de Roberto, professor de História da FURB. Este personagem não estará incluído nas redes de inserção em campo e nem nas redes de parentesco, mas a relevância de seu relato para a pesquisa consiste em sua participação como voluntário da Defesa Civil. Sua narrativa apresenta elementos que contribuiram para a compreensão de como se deu a formação de uma rede de solidariedade em um nível institucional, em que predominou o vínculo vertical, que acontece quando “se dá uma assimetria de recursos” (Lomnitz, 2009: 19).

Esta etnografia apresentará estes interlocutores situados em redes sociais formadas a partir da minha inserção em campo e dispostas nas redes de solidariedade que se formaram para atender as demandas de uma situação de emergência, ou seja, redes de solidariedade formadas no contexto da enchente.

Os critérios que adotei na escolha das narrativas que constituem a etnografia foram orientados pela experiência que os sujeitos em questão tiveram no período da enchente. De certa forma, a escolha das narrativas foi condicionada pelo contexto da pesquisa e pela disponibilidade das interlocutoras. Outro critério na escolha das narrativas é que as lembranças dessas pessoas devem ser analisadas tendo a cidade de Itajaí como *locus* privilegiado de suas experiências de vida (Eckert e Rocha, 2005:96).

Desta forma, no período da enchente de 2008 no Estado de Santa Catarina, aconteceram situações de crise e de ruptura cotidiana que acionaram ações solidárias de diversas ordens. É oportuno introduzir aqui o tema da reciprocidade, presente na obra de Marcel Mauss, como ponto de partida para analisar a lógica social que perpassa as experiências de trocas no âmbito das ações solidárias que se encadearam no contexto da enchente. Ao discorrer sobre as dádivas que eram trocadas nas sociedades arcaicas, Mauss (2003) observou a presença da reciprocidade na forma em que os presentes eram acompanhados de obrigatoriedade de retribuição, maneira que distingue este sistema de dádivas da troca econômica de mercadorias, pois atravessa também a vida moral. Dar, receber e retribuir são as três obrigações que assentam o sistema da dádiva. É necessário que estas regras sejam cumpridas para o estabelecimento de relações. Na linha de pensamento de Marcel Mauss encontra-se Alain Caillé (2002) propondo como paradigma o individualismo metodológico. Para o autor o dom – o símbolo, o político – se transforma no operador que cria o vínculo social(2002: 193), que define como “qualquer prestação de bens ou serviços efetuada sem garantia de retorno, tendo em vista a criação, manutenção ou regeneração do vínculo social. Na relação de dádiva, o vínculo é mais importante do que o bem” (Caillé, 2002: 192).

A etnografia buscou reconstituir este vínculo social, a partir das redes em níveis da ação solidária que emergiram durante o processo de calamidade pública e das ações de reciprocidade e solidariedade em redes de vizinhança, familiares que persistem ao longo do processo de superação do trauma conhecido pela comunidade.

Para isso, fundamentei a construção destas redes tendo, sobretudo, por referência o trabalho de Larissa Lomnitz. Para a autora, redes sociais são construções abstratas (2009) que se desenham de acordo com os critérios do pesquisador. A enchente que aconteceu na cidade de Itajaí em novembro de 2008 provocou uma ruptura no cotidiano de seus moradores. A etnografia realizada junto a uma rede de moradores da cidade evidencia que esta ruptura não se deu no plano das relações ao contrário, sem as relações sociais o cotidiano não se reorganizaria.

Dessa forma, meu objetivo é mostrar as dimensões que este acontecimento vivido assumiu como violência pelo forte trauma circunscrito na comunidade que integram; o que aconteceu em consequência da situação da enchente, quais foram as redes acionadas, vivenciadas. Situação marcada como um drama social pela ruptura da previsibilidade de um

ritmo rotineiro da vida cotidiana, em face do risco e da ruptura de experiências de regularidade. Nos termos de Victor Turner se acentua uma crise, uma das fases do modelo de drama social de Turner que envolve a ruptura, a crise e a intensificação da crise, seguido da ação reparadora e desfecho.

A etnografia mostra como os atores sociais viveram esta experiência a nível familiar, de vizinhança, de bairro e de instituições. Larissa Lomnitz ao estudar comunidades populares, destacou a centralidade das redes sociais construídas sobre o sistema de reciprocidade em que predominava os vínculos horizontais, enquanto estratégia de sobrevivência. As narrativas dos interlocutores chave orientaram a construção de uma rede de solidariedade em que acontece um intercâmbio do tipo horizontal, que segundo autora:

Cada pessoa é o centro de uma rede de solidariedade e, ao mesmo tempo, é parte de outras redes. A solidariedade implica em um sistema de intercâmbio de bens, serviços e informações que ocorre dentro da sociabilidade. Este intercâmbio pode ser horizontal, quando a troca se dá entre iguais mediante um sistema de reciprocidade, ou pode ser vertical, quando se dá uma assimetria de recursos. (Lomnitz, 2009: 19)

Para dar conta da interpretação da dramática da vida cotidiana na condição urbana de enfrentamento destes “riscos ambientais”, a cada apresentação da proposta de pesquisa e entrevista em campo, busquei como foco de análise quais foram as redes de solidariedade que se formaram e quais as formas públicas de atendimento e prevenção desta situação de vulnerabilidade que a Defesa Civil assumiu. Verifiquei que, temporariamente, a enchente propiciou a emergência de novas redes de interação e sociabilidade que podem ser definidas como relações de reciprocidade e solidariedade de indivíduos.

As redes de reciprocidade e solidariedade que emergem frente a um “evento crítico” (Das, 1995), incluem instituições sociais de diversas ordens e propicia novas formas de relação entre elas. Estas instituições são desde as famílias até o Estado; universidades e entidades religiosas. No contexto de uma tragédia como no caso da enchente, acontece a emergência de atores sociais atingidos enquanto atores políticos que passam a interpelar as instituições do Estado, em busca de providências.

Veena Das (1995) elaborou o conceito de evento crítico para analisar situações em que há uma ruptura no cotidiano ocasionada por violência, dor, sofrimento. Para a autora, o evento crítico possibilita a emergência de atores sociais comuns como agentes políticos que se mobilizam para interpelar o Estado. Eventos críticos conseqüentes de catástrofes naturais estão presentes no cotidiano de habitantes das grandes cidades. O encontro etnográfico

instituiu momentaneamente a ordenação de lembranças e conformação do trauma dos interlocutores, num processo de memória/esquecimento, no que se referia à experiência vivida pela ruptura provocada pela enchente, evidenciando a ineficiência de políticas públicas em lidar com eventos catastróficos.

#### **1.4 Impasses e aceitação em campo**

Dia 1º de setembro de 2009, minha orientadora, professora Cornelia Eckert, procurou-me para falar de um projeto de mestrado que seria financiado pelo CNPq<sup>8</sup> e que tinha como objetivo realizar um estudo antropológico da memória coletiva e traumática na catástrofe climática/ambiental em contextos urbano, mais especificamente centrado na enchente ocorrida em 2008, no Estado de Santa Catarina. Desenvolver este projeto de pesquisa implicaria em meu deslocamento periodicamente para Santa Catarina. Aceitei o desafio e me inseri na linha de pesquisa sobre crises, riscos e medos na vida cotidiana em *contextos urbanos*.

Uma vez vinculada ao projeto, era hora de pensarmos- eu e minha orientadora - em qual cidade seria viável a pesquisa num curto período, visto que o mestrado oferece apenas 24 meses para desenvolver uma pesquisa, dividindo o tempo entre disciplinas do curso e trabalho de campo. Itajaí foi a cidade que a professora Cornelia Eckert sugeriu. Primeiro por ter um contato na cidade, segundo, por ser uma cidade portuária e, através da mídia, termos o conhecimento da destruição parcial do porto de Itajaí. Assim, eu poderia delimitar a minha rede a algum grupo de trabalhadores portuários que viram sua fonte de renda afetada pela enchente. Posteriormente em campo, verifiquei e visualizei o prejuízo econômico que a enchente acarretou ao porto. Minha primeira visita formal, uma vez em Itajaí, foi para um trabalhador do porto, Saul, então presidente do Sindicato dos Estivadores<sup>9</sup>. Já nas suas primeiras colocações corrobora para dimensionarmos o impacto da enchente na vida do trabalhador portuário,

*“(...) então, nós vimos isto como uma tragédia propriamente dita, né? Até porque o porto de Itajaí operava com três navios, e aí com a queda do porto nós perdemos 70% de nossa capacidade. Isso significa dizer que este 70% de perda foi na questão econômica, na*

---

<sup>8</sup> Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico; Ed 702008 ME/DO - Edital MCT/CNPq nº 70/2008 - Mestrado/Doutorado

<sup>9</sup> A entrevista com Saul foi realizada no dia 28 de outubro de 2009; neste período ele ocupava o cargo de Diretor de Integração Portuária e, há dezesseis anos, era Presidente do Sindicato dos Estivadores de Itajaí; em janeiro de 2010, saiu da presidência do Sindicato, após perder as eleições.

*rentabilidade, na vida do trabalhador, diretamente, né. Isso, nós já vínhamos perdendo cerca de 30%, 35, ou até 40%, com a implantação da Porto Nave. Porque migraram as cargas, já estava migrando cargas de Itajaí e navios para Porto Nave<sup>10</sup>. E daí para completar a tragédia, porque a gente ainda não conseguiu colocar os trabalhadores do porto de Itajaí trabalhando na Porto Nave, e para piorar ainda a situação dos trabalhadores, veio, veio a enchente. Aí atingiu a sua casa em cheio, né, porque as casas que a maioria dos trabalhadores moram é na periferia, moram no bairro. Itajaí ainda não dá para dizer que é periferia. Então ele foi atingido em cheio na sua casa, no seu lar, ele perdeu móveis, perdeu roupas, perdeu seus pertences, seus bens, e para piorar, a sua fonte de renda. Então isso abalou profundamente a vida do trabalhador, porque o porto de Itajaí é a principal fonte de economia, fonte de renda, sem a menor dúvida. E o prejuízo tem sido muito grande (...)*”.

Na entrevista com Saul expus meu interesse em conhecer estes trabalhadores portuários que sofreram perdas causadas pela enchente no ano de 2008. O fato de ele ser Presidente do Sindicato dos Estivadores de Itajaí possibilitaria um fácil acesso à lista de trabalhadores da estiva<sup>11</sup> que no período de 2009 anteciparam as aposentadorias por causa da destruição parcial do porto e também em consequência da crise mundial naquele ano. Assim, por uma via institucional eu delimitaria rapidamente uma rede social, para que, a partir da pesquisa etnográfica, conseguisse interagir com interlocutores que configurassem o universo simbólico desses habitantes da cidade de Itajaí, buscando quais são as imagens que o constituem (Durand, 2002, apud Eckert e Rocha, 2005), na sua produção e reinvenção nas práticas e saberes de uma cotidianidade específica (De Certeau, 1994). Formada esta rede, cumpriria o objetivo de compreender a vida social de moradores de uma cidade que, pelo período de mais ou menos uma semana, ficou imersa.

---

<sup>10</sup> Porto Nave é um porto privado localizado na cidade de Navegantes.

<sup>11</sup> A primeira porção de carga de navio; serviço de movimentação de carga a bordo de navios nos portos.





Quando voltei para Itajaí com a intenção de fazer um trabalho de campo intenso no verão de 2010, me deparei com um cenário diferente do que encontrara anteriormente. Saul havia perdido as eleições para a presidência do sindicato. Com a mudança de gestão, esbarrei numa grande transição que se passava, pois Saul presidira o sindicato por dezesseis anos. Esta transição política se colocou como um grande obstáculo na constituição da minha rede, uma vez que para acessar tais trabalhadores era necessário conversar com o atual presidente, Charles, para que ele autorizasse e me disponibilizasse a lista com os contatos dos trabalhadores. Por um período de quase dois meses o Sindicato dos Estivadores se tornou um local onde eu passava diariamente na tentativa de marcar uma reunião com Charles. A justificativa que eu ouvia freqüentemente - inclusive cheguei a entrar em contato com sua filha - era de que ele não podia me atender por causa do excesso de trabalho que sua recente posse acarretara. Por fim, devido a minha insistência, consegui ser recebida por Charles, que gentilmente disponibilizou o contato de tais trabalhadores. Entretanto, eu precisava retornar em seguida para Porto Alegre por causa do início das aulas. A rede social não seria mais formada por ex-portuários.

## **1.5 Primeiro contato: encontro com as marcas de uma enchente**

Isto se passou no verão de 2010. Cheguei à cidade de Itajaí, no início de janeiro de 2010. Quando em minhas primeiras idas a campo eu soube que Saul não era mais Presidente do Sindicato e conseqüentemente, não seria mais de sua autorização que eu precisava, compreendi a dificuldade que seria entrar numa instituição num período de transição política. Outros contatos que eu fizera em outubro, não se encontravam na cidade por ser período de férias e se tratar de pessoas que me colocariam em contato com outras pessoas que foram atingidas; no entanto, estes contatos moram em bairros onde a água não subiu. Diante desta dificuldade, a única certeza que tinha era de que eu precisava conhecer famílias que sofreram algum tipo de perda com a enchente; partindo do pressuposto de que 80% da cidade de Itajaí ficara imersa por uma semana, não seria difícil encontrar pessoas que tivessem sido afetadas e que se disponibilizassem a compartilhar suas experiências. Resolvi então, consultar o material oferecido pela Defesa Civil de Itajaí, por meio de um voluntário no período da enchente, professor José Roberto Severino, com todos os dados referentes à grande cheia.

Vale destacar ainda, que no momento em que eu fazia meu trabalho de campo - nos ônibus, táxis, filas de banco, supermercados - o tema principal das conversas eram as tragédias de ordem climático/ambiental, isso porque a região Sudeste estava sofrendo por causa das enchentes; São Paulo estava um caos, o Rio de Janeiro sofria com deslizamentos que ocasionaram inúmeras vítimas fatais e em seguida, não se falava em outra coisa além do terremoto no Haiti.

Sempre que estive em Itajaí, hospedei-me em casa de contatos que fiz em Porto Alegre. Estes contatos moram no Centro, numa área que pode ser considerada nobre na cidade e que não foi atingida pela enchente. Ao pesquisar quais bairros foram mais castigados pela enchente, vi que teria que me deslocar para lugares que além de não conhecer, não tinha contatos.

Decidi sair de casa, pegar um ônibus, descer no bairro, parar em um bar, em uma igreja, em uma associação ou coisa parecida e começar a conversar com moradores, constituindo assim uma nova rede na cidade de Itajaí. Não estava desistindo de buscar por exportuários, mas diante de tal dificuldade a alternativa era ir para rua e conhecer pessoas.

Calcei um tênis, vesti uma roupa confortável, coloquei a mochila nas costas, munida de caneta e bloquinho de notas e sai de casa disposta a ir para algum bairro residencial. Bairro Cordeiros era o meu destino, pois segundo constava nos relatórios foi uma região



extremamente afetada. Ao sair precisava saber que ônibus deveria pegar e onde pegar. Segui em direção à Igreja do Santíssimo Sacramento, conhecida como Igreja Matriz, pois sabia que em frente à praça da Igreja têm vários pontos de ônibus. O fato de estar hospedada no Centro da cidade facilitava meu acesso ao transporte coletivo.



Ao lado da Igreja Matriz tem uma pequena sala onde se localiza a Fundação Itajaíense de Turismo. Avistando a sala pensei ser ali o lugar adequado para pedir informações, embora minhas informações não fossem turísticas. Encostada, em frente à porta, encontrava-se Vera, que trabalhava

como guarda patrimonial. Usava um boné, óculos escuros e uma farda de guarda. Pele morena, cabelos volumosos castanhos, e aparência de mais ou menos quarentas e poucos anos. Parei e perguntei que ônibus poderia pegar para ir até o bairro Cordeiros. De imediato ela estranhou minha pergunta e começou a fazer uma série de interrogações. Ela nem perguntou onde eu queria ir especificamente, como soubesse que eu não fazia idéia de onde estava indo, e me disse que este talvez fosse o maior bairro da cidade de Itajaí; entrou na sala para confirmar sua informação. Sem me responder qual o ônibus me levaria ao bairro elas - Vera e Raquel - começaram a enumerar os maiores bairros da cidade, entre eles São Vicente, Espinheiros, bairros estes que nos relatórios são apresentados como bastante afetados pela enchente. Interferi na conversa e disse que não estava pedindo uma informação turística. Apresentei-me, falei meu nome e que estava desenvolvendo minha pesquisa de mestrado que tinha como universo a cidade de Itajaí por ter sido em 80% de sua área, afetada pela enchente; meu interesse em tal bairro devia-se ao fato de saber que sua população foi fortemente

atingida. Argumentei que gostaria de conhecer o bairro, para entrar em contato com os moradores que vivenciaram a enchente. Neste momento ouvi inúmeras perguntas sobre meu mestrado, desde quais são as dificuldades em cursar, até quais eram os custos. Assim, Vera se apresentou como estudante do curso de Pedagogia da UNIVALI e Raquel, atendente da Fundação Itajaiense de Turismo, apresentou-se como estudante de Fonoaudiologia da UNIVALI.

Mais uma vez constatei que as enchentes eram o assunto do momento. Vera morava no bairro Fazenda e Raquel no Centro de Itajaí, ambas moram em áreas do bairro que não foram afetadas pela enchente, mas começaram a descrever inúmeros casos de conhecidos que tiveram, de alguma forma, suas casas atingidas pelas águas. Vera me disse que se eu quisesse conversar e conhecer vítimas e bairros atingidos pela enchente era naquele momento que ela resolveria. Atravessou a rua, dizendo que conversaria com Lelo, um senhor sentado em cadeira próxima a uma mesa, embaixo de uma árvore na praça em frente a Igreja Matriz. Enquanto isso, eu conversava com Raquel, que começou a discorrer sobre o que ocasionava as enchentes e o recente terremoto no Haiti. Segundo Raquel, estávamos no *“final dos tempos”*, e a natureza resolveu se vingar de todas as maldades que os homens fizeram. Explicou que quando chove muito, as águas do rio Itajaí-Açu vem de um lado e encontram as águas do rio Itajaí-Mirim no mar, e é neste exato momento que o mar se revolta, formando imensas ondas e se lançando sobre a cidade. Quando isso acontece, o mar destrói tudo que não pertence a ele.

Em seguida, Vera me chamou para apresentar Hélio, conhecido pelas pessoas que desenvolvem alguma atividade no local como Lelo. Ao lado de Lelo estava Carminha. Os dois trabalhavam como jardineiros dos canteiros que começam na praça em frente à Igreja Matriz, segue o Calçadão (Rua Hercílio Luz) inteiro e termina no píer, onde nesta época do ano é o local em ficam os navios de cruzeiro.

Vera já havia antecipado o assunto, mas falei sobre meu interesse na cidade. Lelo me convidou para ir até a rua onde mora, pois lá, além de sua família, todos os seus vizinhos tiveram perdas causadas pelo excesso de água que entrou em suas casas. Ao me convidar para ir a sua casa, deu-me o endereço, dizendo que se localizava próximo da rodoviária de Itajaí, perto de uma vila de papeleiros, porém, a parte em que mora é a parte nobre da região e desta forma eu poderia ir bem tranqüila. Lelo me convidou para ir no sábado, pois durante a semana, as pessoas estão todas trabalhando e dificilmente eu encontraria alguém em casa. A

esposa de Lelo, dona Onadir, não trabalha, mas segundo eles, ela nunca está em casa, pois passa o dia inteiro “*batendo pernas*”.

Foi por volta do meio-dia, período de almoço que nossa conversa aconteceu. Vera pediu licença, porque sua amiga Eliana acabara de chegar e almoçariam juntas. Lelo esperava sua esposa para almoçarem, hoje ela se atrasaria um pouco, mas dona Onadir vai todos os dias até a praça para almoçar com o marido.

Após Vera e Eliana almoçarem, Raquel me chamou para a sala dizendo que eu poderia “*perguntar as coisas*” para Eliana. Falei sobre minha pesquisa e Eliana disse que não teria tempo para me receber em sua casa, pois passava muito tempo fora. Além de diarista, Eliana trabalhava como faxineira, no período da manhã, cuidando do espaço da Fundação Itajaiense de Turismo e dos banheiros públicos que ficam ao lado. Mesmo assim, discorreu sobre sua experiência. Para falar da tragédia, a referência foi a invasão da água em sua casa: “*A água subiu um metro e sessenta e cinco centímetros*”. Morava no bairro Cordeiros, em um local mais conhecido como Brejos. Explicou-me que sua casa ficava no mesmo terreno de um parente. Quando a água subiu, microondas, televisor, utensílios domésticos e roupas ela conseguiu salvar, pois “*suspendeu*” tudo, levaram para cima da casa de seu parente. Colchões e móveis de madeira se perderam, pois num determinado momento a água subiu demais e as coisas começaram a boiar. Ela, porém, enfatizou, com orgulho, que não perdeu roupas nem louças, porque as roupas foram todas lavadas depois para retirar a lama. Relatou que foram uns quatro dias com a casa cheia de água e ela em cima da casa. Disse que se sentia paralisada, que já não conseguia chorar e contou rindo que um dia até assaram carne em cima da laje, porque sem energia elétrica, a carne que tinham no congelador estragaria - abriram até uma sidra. Agora Eliana está bem, já conseguiu comprar - e está pagando - parte dos móveis que perdeu. Com o financiamento que a Caixa Econômica Federal fez para as pessoas atingidas pela enchente, ela estava construindo outro andar em sua casa, sentindo-se com isso mais tranqüila com relação a possíveis enchentes.

Com Lelo, por sua vez, marquei de visitá-lo no sábado para conhecer a vila onde morava. Fui convidada por estas pessoas para me sentir a vontade em visitá-los na praça.

Fiquei com esses interlocutores entre o espaço da praça e da Igreja por mais ou menos duas horas. Vivenciei uma experiência de familiarização no espaço público, um território, enquanto transeunte, via apenas como efêmero, um espaço público, no centro da cidade de



Itajaí. Das pessoas que conheci e conversei, Lelo era o único homem. Outros também circulam naquele espaço, mas o “pedacinho” que conheci era predominantemente feminino. E elas mantinham a ordem ali, pois são pagas para fazer a jardinagem, a faxina - e fazem. A praça é limpa e os dois banheiros públicos também. O tempo em que estive lá, entre uma conversa e outra, eu escutava Vera e Raquel comentando sobre um homem que no período da manhã esteve sujando o banheiro, mas segundo elas ele não ficou por muito tempo, pois Carminha foi lá e o tirou a força.



Desde estes primeiros contatos buscava investigar sobre as redes que poderia configurar a partir da tragédia da enchente bem como informações sobre os processos solidários estruturados a partir deste acontecimento. Durante o evento, a imprensa publicava notícias sobre as redes de solidariedade que se formavam em nível nacional, fazendo doações de roupas, de calçados, de alimentos, de água até de mobílias e de utensílios domésticos para os flagelados de Santa Catarina. Neste sentido, um elemento importante de se destacar foi algo que todos me disseram em algum momento: se houberam doações vindas de outros Estados para a cidade, a fim de serem repassados por intermédio da prefeitura, eles não sabem para quem foi, pois não receberam nada de ninguém, a não ser de parentes. Dona Onadir disse que recebeu cestas básicas porque Lelo trabalhava para a Prefeitura de Itajaí e naquele período ajudava no carregamento das cestas. Fora isso, foram unânimes em dizer que além de não terem recebido nada, não conheciam pessoas que foram beneficiadas pelas doações.

Destaquei esta questão porque as pessoas que havia conhecido em Itajaí até aquele momento, eram pessoas que fizeram parte da gestão vigente na época em que ocorreu a enchente e também são pessoas envolvidas com sindicatos. Desde outubro quando estive a primeira vez na cidade conversei com pessoas que foram voluntários, fizeram e também receberam doações. Os meus contatos mais formais, fora da praça, foram pessoas que em sua maioria tinham curso superior. As pessoas que conheci na praça tinham pouca formação escolar, e careciam de poder aquisitivo. Dona Onadir, Lelo, Carminha eram pessoas que não aparentavam menos de 60 anos.

Para manter um contato com as pessoas que trabalhavam na praça em frente à Igreja Matriz, resolvi que passaria por lá para conversar, porém, no início, priorizei o horário do almoço de forma que não atrapalhasse os trabalhos que eles tinham para fazer. Chegava lá por volta de 13:30. No dia seguinte, quando voltei Vera e Ivonete, a filha de dona Mariquinha, estavam sentadas no espaço que fica entre dois banheiros públicos e a sala que é a Fundação Itajaíense de Turismo. Dona Mariquinha estava debruçada na janela da sala, do lado de fora, falando com alguém ao telefone. As pessoas que eu havia conversado anteriormente na praça conversaram com dona Mariquinha sobre minha pesquisa e já tinham comentado comigo que seria uma pessoa interessante de conhecer e conversar.

Ao chegar e cumprimentá-las, disse que fui ali para vê-las e também conversar com dona Mariquinha. Vera imediatamente começou a me interrogar sobre quais são os critérios para cursar o mestrado, pois fazia graduação em Pedagogia na UNIVALI e pretendia fazer pós-graduação em algum curso de alfabetização de adultos. Vera me fez inúmeras perguntas, desde saber minha idade até qual é o grau de dificuldade em cursar o mestrado. Contou-me que tem 45 anos de idade, é mãe de duas filhas, uma de 25 anos e outra de 23 anos de idade. Disse que eu estou certa em estudar, pois ela primeiro constituiu família e depois se interessou em estudar, com sua idade e quantidade de responsabilidade que tem fica muito mais difícil de conciliar com a faculdade. Vera trabalha como guarda de patrimônio no município de Itajaí e é concursada há 22 anos. Trabalhava 12 horas por dia, um dia sim, outro não.

Após conversarmos um pouco, mesmo com Vera não tendo esgotado seu interesse, ela resolveu ficar na sala de informações turísticas para que eu pudesse falar com dona Mariquinha.

Iniciei tentando falar sobre minha pesquisa, mas dona Mariquinha dispensou explicações ao dizer que já sabia do que se tratava e que gostaria de conversar comigo sobre a experiência que teve com a enchente de 2008.



Combinamos que eu iria a sua casa no fim de semana, ela foi minuciosa ao me passar seu endereço, dizendo que ônibus pegar, onde descer e sugerindo uns dois pontos de referência. Eu deveria descer no primeiro ponto de ônibus após a ponte do Rio Itajaí-Mirim.

Vera se mantinha afastada, aproximou-se quando percebeu meu movimento para ir embora. Daí, mais uma vez, ela me fez inúmeras perguntas, o que naquele contexto era muito importante para mim, pois queria, como pesquisadora, participar do cotidiano desse pequeno universo social que se constitui na praça e para isso preciso que confiassem em mim.

A partir de meu contato com Vera, comecei a tecer uma rede configurada a partir de relações de solidariedade durante a tragédia de 2008, orientada pela narrativa dos interlocutores. Embora Vera não tenha sofrido perdas ocasionadas pela enchente, foi por meio dela que conheci os principais interlocutores desta pesquisa, uma vez que, além de Dona Mariquinha e Lelo, ela me apresentou à Vilda, fiscal de obras da Prefeitura, pessoa que intermediou meu contato com membros da Igreja Testemunhas de Jeová.

Quando conversei com Vera sobre a possibilidade de me colocar em contato com pessoas da igreja, e expliquei a necessidade de construir redes, ela se dispôs a me ajudar, porém não perdia oportunidade de discorrer sobre a Bíblia. Conversávamos bastante a respeito e ela me contou que saiu da igreja que freqüentava anteriormente, Assembléia de Deus, e que estava estudando a Bíblia com os Testemunhas de Jeová. Contou que *“não se agradava de politicagem dentro das igrejas”*, motivo pelo qual saiu de onde estava. Estava feliz, estudando e percebendo que esta nova igreja é fiel ao que está escrito na Bíblia.

Prometeu conversar com Vilda, que estudava a Bíblia com ela, objetivando me colocar em contato com pessoas que sofreram perdas no período da enchente de 2008, como também com pessoas que foram solidárias com as que tiveram perdas.

Tornei-me freqüentadora da praça central de Itajaí; às vezes ficava durante horas conversando com Vera, dona Mariquinha e com quem mais estivesse por ali; em outros momentos, quando tinha algum compromisso com outras pessoas, esforçava-me para passar na praça apenas para dar um “oi”. Geralmente, era tranqüilo ficar por ali; de vez em quando algum acontecimento, relacionado a algum usuário do banheiro público que deixava o local sujo, rompia com a calma, o que por sua vez suscitava relatos sobre outros episódios semelhantes.

Durante algum tempo, fiquei esperando o contato com as pessoas que Vera estava intermediando. Em alguns momentos eu ficava constrangida diante do constrangimento dela em não ter conseguido o contato.

Quanto às pessoas que faziam parte da minha rede, embora freqüentassem igrejas, não eram membros efetivos, e sempre que eu perguntava a respeito, respondiam-me que não tiveram ajuda de instituições religiosas e sim de amigos, parentes, vizinhos.

Ainda aguardando alguma resposta de Vera, consegui acessar uma associação cristã da igreja Assembléia de Deus. Fui bem recebida na associação, porém voltei para Porto Alegre aguardando o retorno que eles ficaram de me dar. Mais uma vez esbarrei num período de transição da presidência da associação.

Finalmente, Vera conseguiu com Vilda o telefone de Paulo, ancião da igreja. Entrei em contato com ele que, gentilmente, recebeu-me em sua casa. O local onde Paulo mora não foi atingido pelas águas, mas ele abrigou várias pessoas em sua casa. Através de Paulo, acessei outros membros da igreja e conheci um pouco da participação desta instituição em situações de crise. Mais tarde, conheci Vilda, que é vizinha de Paulo e que não foi diretamente afetada pela enchente; digo diretamente, por que de alguma forma, toda a população vivenciou a enchente, seja pelo fato da água ter invadido suas casas, seja por abrigar em suas casas pessoas que foram obrigadas a abandonar seus lares.

## **1.6 Redes de inserção em campo**

A partir da minha inserção em campo delineei uma rede de solidariedade formada em um contexto urbano, numa situação de catástrofe. O trajeto etnográfico que descreverei ao longo desta pesquisa foi elaborado a partir das redes de inserção em campo. Para uma pesquisa antropológica que se propõe abordar o fenômeno urbano de uma sociedade complexa (Velho, 2003) exponho a importância das redes sociais para analisar as formas das ações solidárias que foram construídas nos diversos momentos que constituíram o drama social instaurado pela enchente, configurando novos vínculos sociais.

# REDE DE INSERÇÃO EM CAMPO

VERA



D. MARIQUINHA



S. LELO



VILDA

## LEGENDA



PERDEU A CASA



DESABRIGADO



PARENTE CONECTOR



FALECIDO



CASAL



FILHO



NETO



NOME DESCONHECIDO



D.MARIQUINHA



MARLENE



IVONETE



IDINEI



DINHA



IDALETE

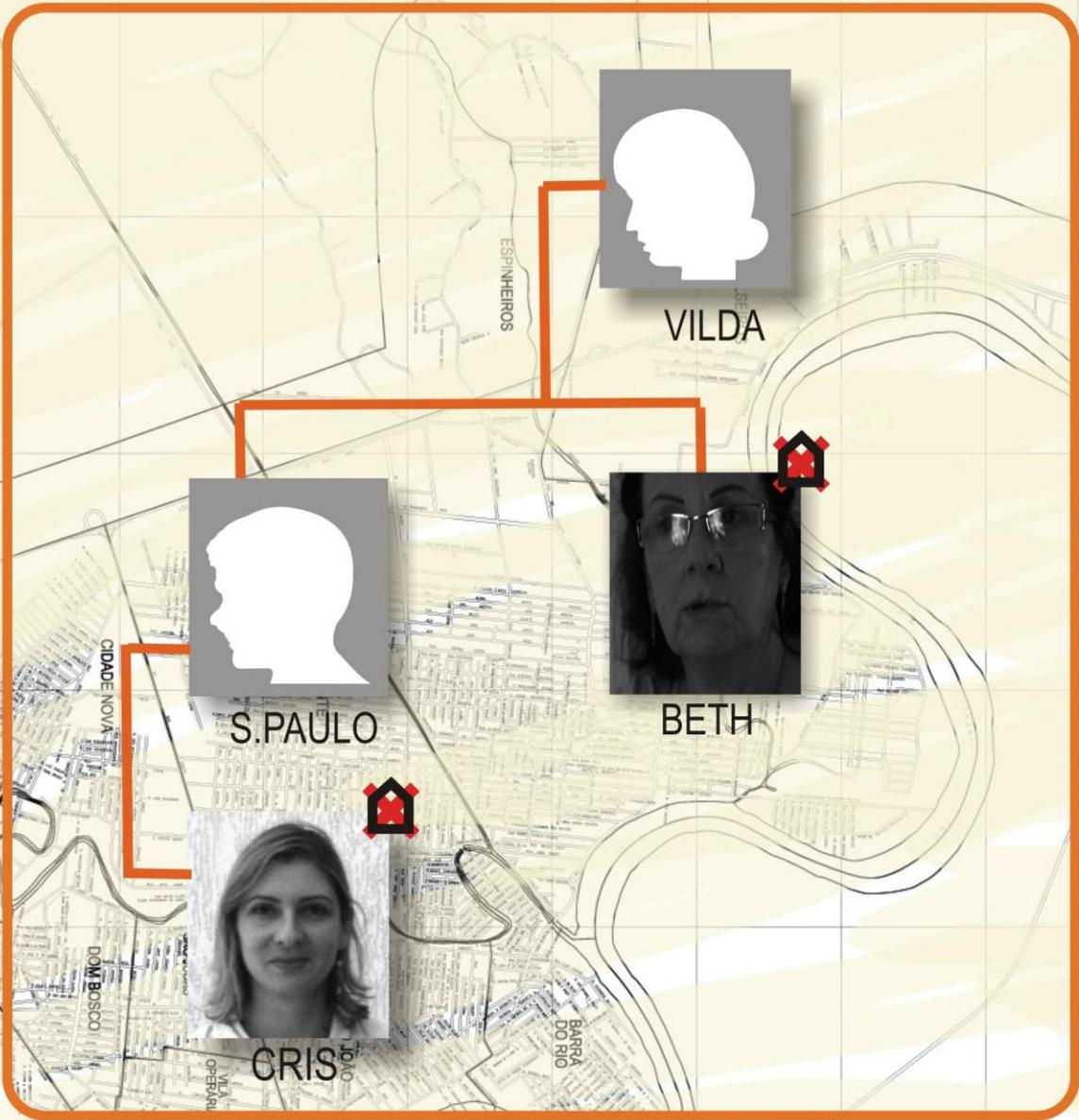


JULIANA



ÂNGÉLICA





## 1.7 O convite para conhecer as casas e o "ser afetada" pela situação ética e por questões de gênero



Ao conhecer Vera que trabalhava como segurança Patrimonial do município e passar a freqüentar a praça diariamente, ela se tornou para mim uma personagem semelhante ao informante principal do clássico estudo antropológico de Foote White "Doc"<sup>12</sup>. Algumas vezes presenciei Vera repreendendo adultos que insistiam em

se sentar nos balanços das crianças no parquinho. Sua preocupação, dizia ela, era como representante da Prefeitura e como avó, porque quando alguém com peso superior ao permitido se senta num dos balanços, danifica-os. Isso pode, posteriormente, machucar alguma criança. Neste caso, a Prefeitura se torna responsável pelo acidente. Vera tem uma neta de dois aninhos, Sofia, e se desespera com a idéia de que ela sofra qualquer tipo de acidente por descuido.

Para desenvolver minha etnografia, construir uma rede de solidariedade e acessar uma instituição como a igreja Testemunha de Jeová, precisei que Vera e dona Mariquinha intermediassem em diversos momentos a realização da minha observação e garantissem o meu acesso às pessoas que constituem a rede de solidariedade em questão. Por vezes, protegeram e me aconselharam sobre os "imponderáveis" do trabalho de campo; exemplo disso, foi dona Mariquinha dizendo para eu não esperar pelo cumprimento das promessas de uma pessoa que se comprometeu com me apresentar conhecidos atingidos pela enchente; realmente, tais contatos não aconteceram. Além disso, Vera me orientava a tomar cuidados com minha bolsa, porque eu tinha "*cara e sotaque de turista, e turista é sempre visado por ladrões*", muitas vezes, quando eu queria fotografar, Vera ficava ao meu lado. Da mesma

---

<sup>12</sup> Foote White contava com "Doc", um intermediário para realizar sua observação. Embora num contexto diverso, assim como Foote Whyte, contei com a presença de "Doc" – Vera, dona Mariquinha - para realizar a observação participante. "Doc" para Foote White definia a figura de um informante-chave (Foote Whyte 2005: 304).

forma, Vera algumas vezes me acompanhou para eu entrevistar homens ligados a igreja Testemunhas de Jeová, porque, a doutrina deles não permite que eles fiquem sozinhos com uma mulher estranha. Certa vez, quando combinava minha primeira ida numa reunião da igreja para conhecer membros que foram atingidos pela enchente e ajudados pela igreja, Vera, tomando cuidado para eu não me sentir ofendida, pediu para que eu não usasse para a reunião bermuda nem camiseta regata.

Na praça, espaço público, negocie a entrada no espaço privado, ou seja, saí da praça e entrei na casa de famílias, negocie a nossa vivência. Isso porque mesmo por um curto período estive presente em “micro-eventos” familiares e conheci questões particulares em relação a estas famílias. Saí do espaço público e acessei uma pequena parte da forma como aos poucos se constroem as redes de vizinhança, de compadrio, de solidariedade. A partir de conversas aparentemente despreziosas, estabeleci uma relação de amizade e construí a rede que possibilitou minha inserção em campo. Porém, a relação de amizade se tornou possível porque sabiam do meu interesse de pesquisa, e mesmo em momentos que eu não mencionava a questão da enchente, era interrogada sobre minha vida, curiosidades como: *“e seu namorado deixa você passar tanto tempo longe assim?”*, ou então quando me apresentavam para outras pessoas, comentavam sobre a pesquisa e meu interesse na experiência de passar por uma enchente. Pairava certa curiosidade a meu respeito. A única confusão que faziam e que não consegui esclarecer era sobre onde eu morava: Rio Grande do Sul ou São Paulo? Se eu era paulista e minha mãe morava em São Paulo, porque eu morava em Porto Alegre e pesquisava em Itajaí? Mais uma vez eu explicava que no projeto ficou definido Santa Catarina como universo de pesquisa

A partir do meu contato com a Vera, a rede de inserção em campo se formou predominantemente por mulheres. Atentando para os “ruídos” significantes, os excedentes de sentido do campo disciplinar (Oliveira, 2000), ao tecer minha rede de inserção em campo duas questões se colocaram: uma questão de classe e outra questão de gênero. A questão de gênero foi determinante em minha inserção em campo como pesquisadora. O sentimento de familiaridade com as interlocutoras foi construído uma vez que, por eu ser mulher tínhamos assuntos e interesses em comum. Comentários triviais sobre cor de esmalte, produtos de beleza, modelos ou estampas de roupas e conversas sobre questões domésticas, possibilitaram maior aproximação e facilitaram a minha entrada em suas casas para compartilhar suas experiências de vida.

Embora, em diversas ocasiões eu tenha conversado e até mesmo entrevistado homens, no decorrer do meu trabalho de campo, as mulheres se tornaram minhas principais interlocutoras, pelo fato de ser mulher, a indicação de pessoas constituiu uma rede feminina. Por exemplo, Vera me apresentou Lelo, que por sua vez me apresentou Dona Onadir, sua esposa. No caso das mulheres, sempre me apresentavam outras mulheres, seja vizinhas, parentes. No que diz respeito à igreja, mesmo tendo feito o primeiro contato com algum homem, imediatamente eles me direcionavam a uma mulher, ou então, caso necessitasse entrevistá-los, era indispensável à presença de uma mulher.

Para refletir sobre esta questão recorro ao trabalho de Fernanda Pivato Tussi (2010), em sua pesquisa sobre o tema do aborto onde a autora reflete sua posição em campo a partir de uma demarcação de gênero. Da mesma forma que a autora (Abu-Lughod, 2000 apud Tussi, 2010:39) compreendo que o fato de eu ser mulher interferiu determinadamente na pesquisa de campo e na construção da etnografia. Assim como as autoras, sou levada a refletir de que a demarcação de gênero agiu facilitando a minha entrada e permanência, por algum tempo, na casa destas famílias. Na mesma medida em que a questão de gênero facilitou a imersão no cotidiano destas famílias, impôs limitações por não ter o mesmo acesso ao gênero masculino.

Esta reflexão pode ser transposta para pensar a questão de classe social que se apresentou, pois as mesmas mulheres que me convidaram para frequentar suas casas, conhecer suas famílias e participar de aniversários, batizados, amigos secreto, têm baixo poder aquisitivo. Não tive o mesmo acesso, por exemplo, a casa de Maria, única interlocutora que tinha nível superior de escolaridade.

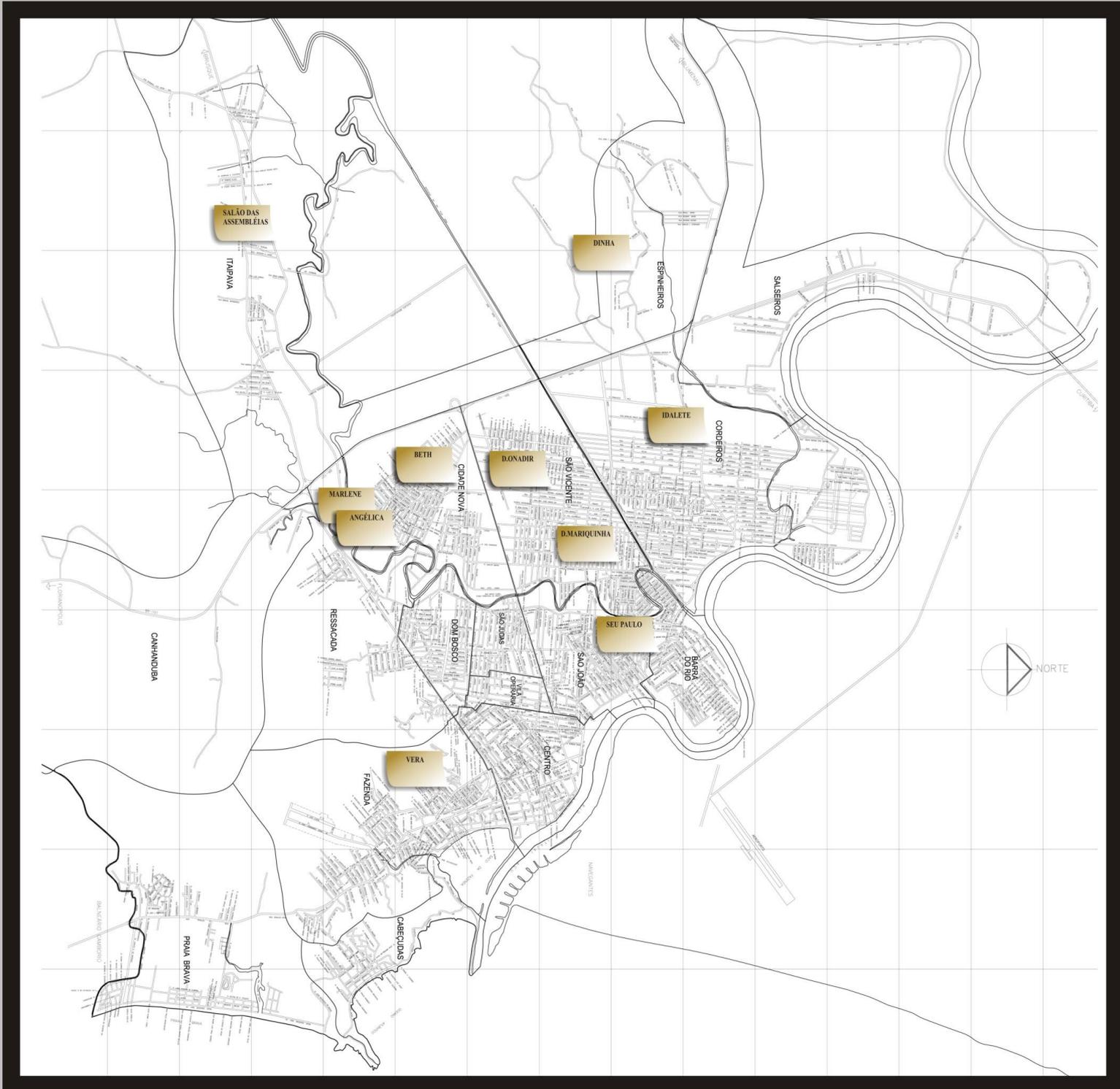
Em meio ao trabalho de campo aconteceram situações de constrangimento. Houve situação em que estava com a entrevista marcada com uma interlocutora e após algum tempo estando em sua casa, soube que seu marido tinha saído de casa, durante o tempo que eu estivesse ali, porque ele não se sentia bem em lembrar, falar sobre questões referentes à enchente. Eles vivenciaram as enchentes de 1983, 1984 e 2008, por isso, lembrar isso era um desgaste emocional.

Em dois momentos da pesquisa fui afetada por situações éticas. Duas interlocutoras aceitaram compartilhar suas experiências com a condição de que seus nomes não fossem citados no texto. São elas Andréa e Maria. Seus relatos apresentaram densidade narrativa que não poderiam ficar de fora de uma pesquisa que pretende abordar um problema recorrente em nossa sociedade. Desta forma, não pude produzir imagens fotográficas do encontro com estas interlocutoras; em um dos casos, não foi possível gravar entrevistas; no outro, embora

houvesse o consentimento de gravar a entrevista, em determinados momentos a interlocutora fazia uma pausa, que deveria ser compreendida por mim como algo que ela tinha a dizer que não poderia ser gravado. Não poderei inserir tais interlocutoras numa rede de relações, pois elas seriam facilmente identificadas. Mesmo sob estas condições, além das conversas informais durante a participação em atividades compartilhadas com estas interlocutoras em campo, realizei entrevistas em profundidade focadas em questões específicas ou ao esclarecimento das perguntas que a observação propiciou ao longo de nossos encontros.

### **1.8 Mapa urbano da cidade de Itajaí e quadro de entrevistados**

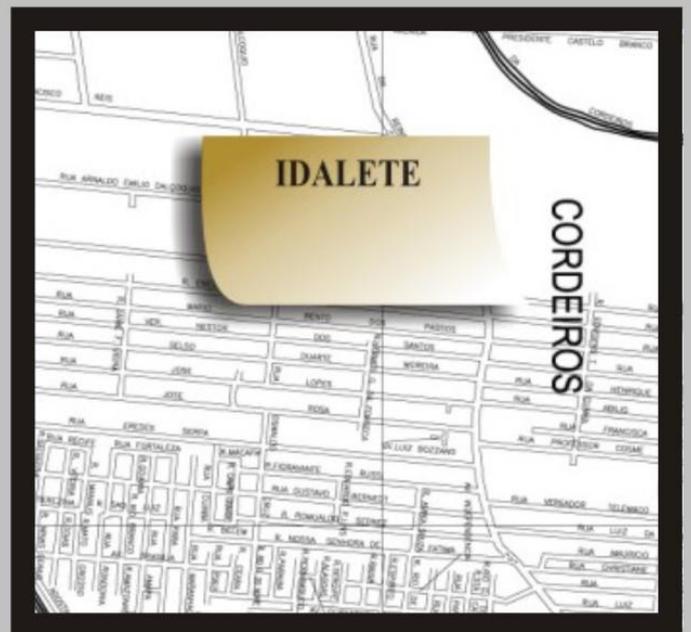
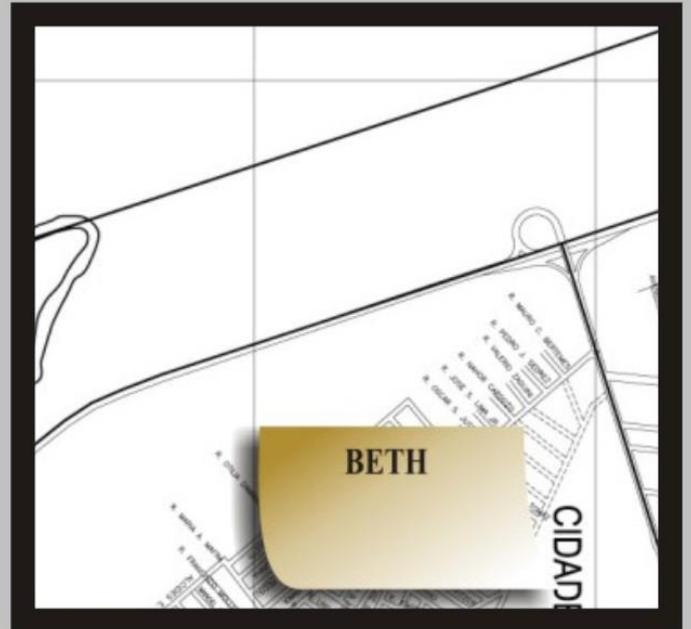
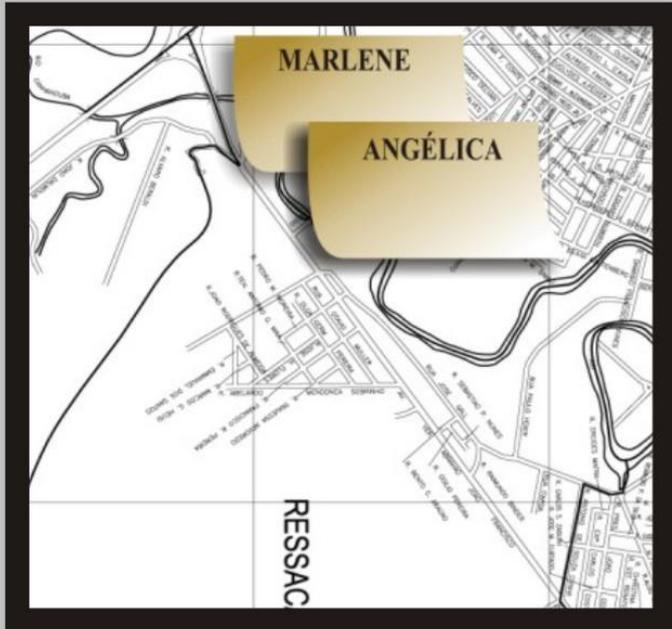
# Disposição espacial das famílias na cidade de Itajaí



# Localidades não afetadas pela enchente



# Localidades afetadas pela enchente



<b>Entrevistados</b>	<b>Profissão</b>	<b>Idade</b>	<b>Local onde mora</b>	<b>Data de entrevista</b>	<b>Veículo/pessoa mediadora</b>
<b>Seu Lelo e Dona Onadir</b>	Jardineiro e dona de casa	53 anos e 66 anos de idade	Bairro São Vicente,	24/01/10	Vera
<b>Dona Mariquinha</b>	Serviços gerais	62 anos de idade	Bairro São Vicente,	18/01/10	Vera
<b>Marlene</b>	Dona de casa	46 anos de idade	Bairro Promorar III	04/11/10	Dona Mariquinha
<b>Angélica</b>	Serviços gerais	21 anos de idade	Promorar III	13/11/10	Marlene
<b>Dinha e Laurindo</b>	Dona de casa e aposentado	49 anos e 54 anos de idade	Espinheiros	28/11/10	Dona Mariquinha/Marlene
<b>Beth</b>	Vendedora	59 anos de idade	Cidade Nova	20/11/10	Vera/Vilda
<b>Maria</b>	Pedagoga	57 anos de idade	Não identificar	25/01/10	Não identificar
<b>Andréa</b>	Serviços gerais	46 anos de idade	Não identificar	15/11/10	Não identificar
<b>Seu Paulo</b>	Aposentado /ancião da igreja		São João	19/11/10	Vera/Vilda
<b>Roberto</b>	Professor universitário		Centro de Itajaí	29/10/09	Juliane/Micheline
<b>Seu Saul</b>	Presidente de integração portuária	58 anos de idade		28/11/09	Encaminhada até ele na administração do porto
<b>Everlei Pereira</b>	Coordenador da Defesa Civil de Itajaí			11/10/10	Encaminhada até ele na Defesa Civil de Itajaí

\*As datas não correspondem a todas as entrevistas realizadas. Com as interlocutoras aconteceram mais do que uma entrevista;

\*\*há relatos de interlocutoras pertencentes a rede de solidariedade que não foi realizada entrevistas formais.

\*\*\* todos os entrevistados são moradores da cidade de Itajaí há mais de dez anos.

## Capítulo 2

### Inserção em campo e apresentação das personagens

Partindo do encontro etnográfico, momento em que a memória desses habitantes era trazida à lembrança, selecionei seis personagens que apresentaram como denominador comum em seus relatos o fato de terem vivido na cidade de Itajaí a maior parte de suas vidas, acompanhando, portanto, o crescimento da cidade. São mulheres com idades que variam entre quarenta e seis a sessenta e oito anos; são mães, avós, bisavós. Exceto Dinha e Andréa, que com experiência diversa, dona Mariquinha, Marlene, dona Onadir, Beth e Maria tiveram que abandonar suas casas por conta do elevado nível atingido pela água. Dinha, por um período de uns quinze dias, acolheu mais ou menos quarenta pessoas em sua casa. Quando conversávamos sobre o que motivou isso, sem hesitar, ela respondia que, em 1983/1984, teve a triste experiência de abandonar sua casa em decorrência da enchente, migrar para um abrigo temporário na UNIVALI, com um filho e grávida de outro. Andréa estava longe de seus filhos, de certa forma imobilizada, sem ter notícia deles, sem poder agir para socorrê-los. Após a enchente viveu o drama de saber que a casa onde três de seus cinco filhos moravam desabara, e eles, na época menores de idade, não tinham para onde ir. Por mais de um ano seus filhos estiveram separados, cada um morando de favor na casa de pessoas que se sensibilizavam com a situação que se encontravam.

Meu propósito foi ouvir os relatos dessas mulheres que apresentaram tamanha densidade narrativa na duração do encontro etnográfico. Pretendo, a partir de suas falas, reconstruir um momento social coletivo no ato de costurar pedacinhos dessas lembranças individuais.

## 2.1 Dona Mariquinha



Dona Mariquinha era a faxineira que cuidava da limpeza dos banheiros públicos da praça no período da tarde. Tem, hoje, 63 anos de idade, é viúva e mãe de 5 filhos. Mora no bairro São Vicente, em um terreno cedido pela prefeitura. Quando comecei meu contato com as pessoas que trabalhavam na praça da matriz, Vera, mais especificamente, orientou-me a conhecer dona Mariquinha para conversar sobre minha pesquisa, pois, além de ter uma história interessante, era acessível e estimada por todos. A afabilidade, característica marcante em de dona Mariquinha, conheci em minhas idas e vindas à Itajaí.

Nosso primeiro encontro foi durante um dia de verão com a temperatura elevadíssima, tornando-se insuportável caminhar na rua. Esta conversa aconteceu num espaço de pouca sombra que tinha entre a sala da Fundação de Turismo e os dois banheiros públicos, um feminino e o outro masculino. O banheiro feminino, desde que cheguei à praça estava interditado, assim, tanto homem quanto mulher usavam o banheiro masculino. Durante nossa conversa dona Mariquinha se mostrou envolvida com o assunto, não permitindo que nada tirasse sua atenção. Às vezes éramos interrompidas por alguma pessoa que queria usar o banheiro e perguntava se estava ocupado ou então, alguém que chegava já tentando abrir a porta e, até mesmo eu, por impulso, antecipava-me em dizer que estava ocupado. Naquele local da praça se constituía um espaço que por hora era familiar, privado, íntimo e em outros

momentos se instauravam situações que me fazia lembrar que estávamos num espaço público, no centro da cidade de Itajaí.

A nossa amizade começou no início de 2010. Naquele dia, ao me dizer que tinha 62 anos de idade, senti certo estranhamento, pois sua aparência era de um pouco mais velha. Dona Mariquinha relatou sua experiência, descrevendo-se como alguém que trabalhava para sobreviver e que teve muitas perdas. Narrou a constituição de sua família e a precariedade física de sua casa, seja pela localização à beira do rio Itajaí-Mirim, seja por estar muito velha, caindo aos pedaços.

Tranquila, dona Mariquinha se apresentou como uma incrível narradora. Foi a partir do meu encontro com ela que a rede social que eu tanto ansiava constituir começou a se delinear. Assim foi a nossa primeira de inúmeras conversas que, aos poucos, ganharam densidade, afeto e cumplicidade.

A primeira vez que me viu, dona Mariquinha comentou que estava a me esperar, pois havia sido informada sobre a pesquisa e disse que gostaria de me dar uma “entrevista”. Neste primeiro encontro aconteceu a primeira entrevista em que dona Mariquinha discorreu sobre sua trajetória de vida. Falou pouco, neste dia, sobre a sua experiência nos dias da enchente, mas suas lembranças fizeram referência às cidades por onde passou desde que nasceu. Sua narrativa abrangeu das cidades por onde passou até a precoce e trágica morte de seu filho:

*“Eu vou dizer uma coisa para ti: eu moro na beira do rio tá. No bairro São Vicente, Itajaí. Eu já moro aqui há muitos anos, bem dizer, ó... eu, eu nasci no Baú (Morro do Baú). Só que eu vim para cá cedo, eu moro há muitos anos aqui. O Baú é no Gaspar, e eu nasci ali. Ai, viemos para cá, viemos para vários lugares assim, ó, moramos em Gaspar, em Ilhota, eu morei em Gaspar pouco tempo. Mas quando eu vim aqui para Itajaí eu tinha treze anos, doze anos, eu tenho sessenta e dois anos. Meus filhos nasceram tudo aqui em Itajaí, todos eles. Eu sou mãe de cinco filhos, tem um que é morto, que morreu de acidente, de moto, ia fazer vinte anos, e tenho duas filhas e dois filhos casados, entende”?*

Aos poucos nos conhecemos. Entre conversas sobre a enchente, dona Mariquinha comentava sobre a precariedade de sua casa, seu desejo de construir uma casa nova, mas a impossibilidade disso diante de suas condições financeiras. Certo dia ela me contou que se inscreveu no programa do Gugu, pedindo a construção de uma casa nova, mas não fora atendida. Acreditava que o rapaz que a inscreveu não o fez de forma correta e perguntou se eu não poderia escrever uma carta contando sua história e enviar ao programa.

### **2.1.1 A elaboração de uma carta: entre fotografias e documentos a narrativa das vicissitudes dramáticas de uma trajetória social**

A minha permanência em campo foi marcada pela assiduidade das visitas à praça e ida freqüentes à casa da dona Mariquinha. Geralmente passava o período da manhã em sua casa e voltávamos juntas para a praça ao meio-dia, horário em que começava o seu expediente de trabalho. Nestes encontros, entre as nossas conversas as vezes eu fazia alguma fotografia e posteriormente lhe entregava cópias impressas.

Certo dia, dona Mariquinha sabendo do meu fácil acesso à internet pediu para que eu escrevesse uma carta para enviar para o programa do Gugu, solicitando a construção de uma casa nova para ela.

Assim, combinei de ir à sua casa no período da manhã para escrevermos a carta, pois teríamos tempo de conversar e escrever sem que ela se atrapalhasse em seu horário de sair para trabalhar. Voltaríamos juntas para o Centro.

Quando cheguei à frente da casa de dona Mariquinha encontrei sua nora, Josi, saindo no portão da casa ao lado; em seguida vi Idnei, filho de dona Mariquinha e Diogo, seu neto. Ao me avistar, Josi chamou dona Mariquinha e disse que sua colega estava lhe esperando. Josi entrou no quintal e me disse que dona Mariquinha estava se sentando para conversar com a vizinha e tomar café.

Quando chegou ao portão dona Mariquinha, simpática como sempre, abraçou-me e disse: “*ô nega, nem me lembrava mais que tu vinha*”! Convidou-me para entrar e disse para eu não reparar na bagunça, porque havia acordado há pouco tempo e não tivera tempo de fazer nada. Perguntei-lhe qual era o motivo do alvoroço, pois seu filho saiu da casa da vizinha falando alto e sua nora também conversava situação que parecia estranha àquela hora da manhã. Dona Mariquinha respondeu que sua filha Ivonete que morava na cidade de Navegantes ligou para a casa da vizinha pedindo para chamar Idnei para que ele fosse até sua cidade, procurar debaixo dos viadutos tal ladrão que assaltou sua casa. A fala de dona Mariquinha e de seu filho não era tanto de preocupação, mas era um tom de considerar absurda a idéia de sair pela rua à procura de um bandido.

Dona Mariquinha vestia a mesma roupa que dormiu, pois não tivera tempo trocar de roupa. Acordou com sua vizinha chamando para atender sua filha no telefone e em seguida eu

cheguei solicitando sua atenção. Mesmo sem conseguir trocar de roupa e com afazeres domésticos esperando por ela, dona Mariquinha se sentou tranquilamente como se a única tarefa a realizar naquele dia fosse discorrer sobre sua vida. Diogo, seu netinho, ficou em volta o tempo todo.

Aproveitando a ocasião de escrevermos a carta e entrar em tantos detalhes referentes à sua vida, sua família, dona Mariquinha resolveu buscar suas fotografias para que eu pudesse conhecer seu filho Ivonei, que faleceu.

Acomodei-me no sofá e começamos a escrever a carta. Dona Mariquinha não é alfabetizada desta forma eu lia várias vezes o mesmo parágrafo para saber se ela aprovava. Pedi sua autorização para usar a carta na dissertação, pois dona Mariquinha narrou sua história de forma que pudesse chamar atenção de tal apresentador para sua condição de vida. Em alguns momentos, houve impasses sobre se determinadas coisas eram relevantes ou não de se colocar na carta, se pareceriam ou não apelativas, como por exemplo, mencionar que seu marido era agressivo. Ela nutria a hipótese de que ao expor a tal apresentador as vicissitudes comoventes de sua trajetória social, ele se sensibilizaria e lhe daria a construção da sua desejada casa nova.

Eu lia e relia, refazia as frases, porém, no momento em que começou a relatar a morte de seu filho que fazia 20 anos de idade, em acidente de trânsito, dona Mariquinha se emocionou de tal forma, que foi impossível conter o choro, mostrando que este é um trauma insuperável.

Observei que suas fotografias estavam soltas dentro de uma pasta. Em outra pasta dona Mariquinha guardava letras de música que seu filho caçula Idnei, que aspirava a carreira de cantor, copiava quando ainda era garoto. Ela disse não ter coragem de jogar fora.



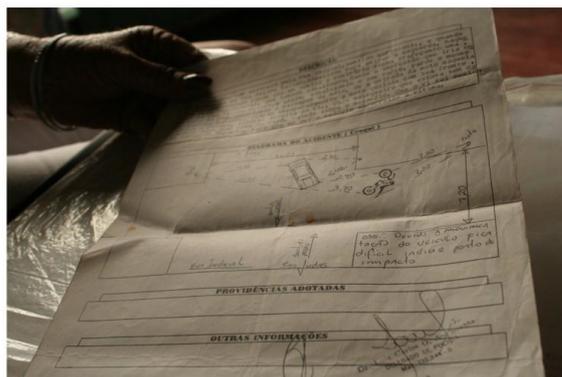




Em uma terceira pasta, juntamente com o contrato de compra da casa<sup>13</sup>, estavam a certidão de casamento, certidões de nascimento dos filhos e os atestados de óbitos de seu filho e de seu marido. Não foi pelas fotografias que dona Mariquinha começou a narrar sua trajetória de vida; foi a partir da certidão de casamento e dos atestados de óbitos de seu marido e de seu filho, dispendo-os de forma que eu pudesse fotografar, ou melhor, ela pediu para que eu fotografasse aqueles documentos. Constitui sua narrativa através de lembranças relacionadas à sua família.

---

<sup>13</sup> A casa não tem escritura e sim um contrato de compra. Segundo dona Mariquinha, por ser um terreno à margem do rio, é de propriedade da Marinha, porém pagam IPTU para a prefeitura.



## 2.1.2 Sobre lembranças e laços afetivos

Ao falar de Anísio, seu falecido marido, Dona Mariquinha relatava situações de medo, sofrimento e dor. Aos dezessete anos de idade ela fugiu de casa para se casar com seu marido. Seus pais não aceitavam o namoro, pois Anísio, seu marido e o irmão dele, tinham fama de serem muitos “*maus*”. O casamento, portanto, não foi algo alheio a suas escolhas. Concluiu que deveria ter obedecido a seus pais, assim não teria sofrido tudo o que sofreu, acreditava que as conseqüências em sua vida seriam outras. O alcoolismo, o jogo e o envolvimento com outras mulheres fora do casamento, compõem a dramaticidade de sua narrativa quando evoca a lembrança de sua relação com o marido. Ele trabalhava como pedreiro, porém o dinheiro

que recebia gastava com jogo, bebidas e “amigas”<sup>14</sup>. Ela e seus filhos eram agredidos por ele quase todos os dias, conta que ele os levava para o mato, amarrava-os e batia. Dona Mariquinha relatou o descaso de seu marido com a casa:

*“Meu marido era um homem assim ó, ele trabalhava, mas se ele fosse um homem caprichoso, ele gastava muito em vagabundagem, muito, muito, muito, muito. O que ele ganhava ia só na putaria, só na putaria! Ele trabalhava como pedreiro, mas ele nunca tinha vontade de fazer as coisas. Ele dizia assim: ah, quando eu morrer ou tu morrer, os filhos que se virem. Só que eu não pensava assim, eu pensava na gente. Imagina, a gente morando numa casa que está caindo, não é fácil”.*

Em diversos momentos, orientava suas narrativas pelas perdas de entes queridos. Emocionava-se sempre que falava de seu filho que morreu, Ivonei. A ruptura causada na vida de dona Mariquinha com a morte do filho fortaleceu uma relação afetiva com Flávia, mulher que era esposa de seu filho na época em que ele sofreu o acidente.

Em uma de minhas primeiras idas à sua casa no mês de janeiro de 2010 conheci Flávia<sup>15</sup>. Dona Mariquinha apresentou-me Flávia, referindo-se a ela como sua nora. Flávia não teve filhos com Ivonei e na época em que ele morreu, eles estavam casados há um ano.



<sup>14</sup> Dona Mariquinha usava o termo ‘amigas’ para se referir as amantes do marido.

<sup>15</sup> Flávia se insere na rede de parentesco de dona Marquinha; ela não é citada na rede de solidariedade, pois no período da enchente morava em outra cidade.

Flávia seguiu sua vida, casou-se novamente e hoje é mãe de um lindo casal de crianças. Em janeiro fotografei seu bebê com apenas dois meses de idade. No mês de novembro fui convidada para a festa de primeira comunhão de Camila e o aniversário de um aninho de Cleisson. A relação de Flávia e dona Marquinha continuou muito próxima depois da morte de Ivonei. Assim que os conheci, por desconhecer a constituição desta família, enganei-me pensando que o atual marido de Flávia fosse um dos filhos de dona Mariquinha, por causa da proximidade das famílias e por Camila se referir a dona Mariquinha como avó.



### 2.1.3 Relações de trabalho

Em seu local de trabalho, por mais de uma ocasião presenciei Vera “repreendendo” dona Mariquinha por ela “*não saber dizer não*”. Isto porque, de vez em quando alguém lhe pedia para cuidar da bicicleta enquanto faziam, a pé, alguma coisa no Centro. Outros deixavam sacolas temporariamente aos seus cuidados. Aos cuidados de dona Mariquinha, porque outras pessoas se recusavam a fazer um favor para desconhecidos, favor como estes que pressupunha a responsabilidade por objetos. Ela parecia não se importar em assumir tal responsabilidade.

A renda mensal de dona Mariquinha são dois salários mínimos, um que recebe de pensão por causa da morte de seu filho, e outro é referente ao seu trabalho de faxineira dos banheiros públicos da Praça da Matriz. Complementava a esta renda o dinheiro de algumas faxinas que fazia na casa de algum conhecido no tempo que dispunha no período da manhã e lavava as roupas de dois rapazes solteiros que trabalham cuidando de carros no estacionamento do Hospital Pequeno Anjo, ao lado da Igreja Matriz.

Esta renda tinha que dar conta de seu sustento, assim como precisava ajudar seu filho, Idnei, que morava na casa de trás com sua esposa Josi e seu filho Diogo. Idnei trabalhava como músico e recebia pouco dinheiro com seu trabalho. Segundo dona Mariquinha:

*“O que eu ganho lá é um salário, o meu filho toca, mas o meu filho ganha pouco, o meu filho não ganha muito, entende quando tem baile ele toca, quando tem coisas para tocar eles tocam, mas agora mesmo, estão a quase dois meses parados. Ele ganha pouco, o que ele ganha é para o gasto deles. Eles começaram há pouco a banda, eles também cobram pouco. Ele trabalha só com música, nada de outro serviço. Já trabalhou como servente, mas agora está só trabalhando com a música”.*

Certo dia, estávamos a “jogar conversa fora” e surgiu o assunto sobre como deveria ser complicado limpar um banheiro público. Diversas vezes este assunto surgia geralmente suscitado por algum episódio ligado aos banheiros ao lado. Desta vez a conversa teve como ponto de partida as “surpresas” que às vezes esses banheiros públicos reservavam e se desdobrou para a relação existente entre patrão e empregado. Dona Mariquinha contou que em diversos momentos de sua trajetória de trabalho ligada a serviços gerais, ela teve a impressão de que por ser pobre e desenvolver uma tarefa que não oferece “status”, os chefes ou pessoas com algum cargo considerado superior ao seu se referiam a ela como se fosse “burra”. “Burra” foi a palavra usada por ela para descrever como muitas vezes acreditava que era considerada. Descreveu situações em que se sentiu inferiorizada porque o chefe lhe explicava o serviço como se ela fosse uma criança. Dona Mariquinha demonstrou sua indignação: o fato de ser pobre e não ter escolaridade não interfere em sua capacidade de compreender as coisas. Sua trajetória de trabalho é marcada por situações em que se vê rebaixada dentro das hierarquias sociais.

Sua narrativa evocava situações que evidenciavam uma trajetória de trabalho de conflitos com os chefes. Os problemas não se deviam apenas a subestimar a sua capacidade de compreensão, mas por vezes seus direitos de trabalhadora eram negados. No momento em que fiz meu trabalho de campo, dona Mariquinha trabalhava na praça, empregada por uma empresa terceirizada que prestava serviços para a Prefeitura de Itajaí. Há uns três anos,

quando começou a trabalhar naquele local, era empregada por outra empresa que ela e grupo de colegas processaram judicialmente, por conta de direitos negados:

*“Dia 3 agora vai ter audiência, nós botamos tudo no pau. Eu não queria fazer isso aí, porque eu não gosto, mas a gente foi obrigado. Eu trabalhei dois anos e dois meses aí nessa firma, nós estamos trabalhando com outra terceirizada agora, aí eu não recebi as férias, eu vendi as férias e não recebi. Ele só pagou para nós o salário do mês, e liberou o fundo de garantia e não pagou mais nada para nós. Muita gente já tinha uma férias vencida, outras tinham quase duas férias vencidas, eu já tinha quase duas férias vencidas, e nenhuma ele pagou. Não pagou nada e botamos tudo no pau. Eu tinha a idéia de pegar aquele dinheirinho, ajuntar com o fundo de garantia e comprar uma casinha, daquelas que é três mil e poucos, quatro mil reais. A guria ligou lá do postinho e o nosso advogado disse que se ele tirar a firma do nome dele e passar para o nome de um irmão dele, nós não temos como receber, e aí perdemos tudo. Já pensou, a pessoa trabalhar dois anos? Nêga, eu voltou dizer uma coisa para ti: nós trabalhava ali feriado, a nossa carteira é fichada de segunda a sexta, sábado a gente trabalhava quatro horas, eu trabalhei por dois anos e dois meses de graça para ele, e ninguém sabia. Agora que a prefeitura foi olhar nos contratos e não era para nós trabalhar. Se ele quisesse que nós trabalhasse, ele tinha que pagar extra para nós. E ele não pagava. Eu trabalhei dois anos e dois meses de graça para ele quatro horas por sábado”.*

Apesar de tantas tarefas para prover seu sustento, a vida de dona Mariquinha não se reduzia ao trabalho. Acompanhando-lhe em alguns eventos de família, observei que ela não abre espaço para se abater pelo cansaço ou desânimo. Sempre que chegava em sua casa havia outras pessoas além dela e Diogo. Era comum chegar um vizinho, um parente, pessoas que se deslocavam de sua casa em busca da companhia de dona Mariquinha. O mesmo acontecia em seu local de trabalho.



#### 2.1.4 A imagem que reflete a condição de sua moradia

O postinho<sup>16</sup> era onde dona Mariquinha passava as tardes durante a semana. Às vezes, quando Diogo<sup>17</sup> não tinha aula ou precisava faltar à escola pela impossibilidade de alguém levá-lo ou buscá-lo, passava a tarde com Dona Mariquinha no postinho. Certa tarde, como de costume, fui ao postinho para ver dona Mariquinha. Diogo tinha faltado à aula e estava acompanhando a avó no serviço. Embora na praça estivesse a efervescência comum de dias de semana, o postinho estava tranqüilo. Diogo desenhava em papéis espalhados pela mesa e dona Mariquinha, sonolenta, ficava sentada em uma cadeira observando o movimento da praça. Ela expressou contentamento quando me viu, disse que estava entediada, pois já não tinha mais o que fazer por ali, mas precisa cumprir seu horário de expediente. Em seguida, pediu para Diogo pegar no armário uma revista que ela guardara para me entregar. Na revista, havia uma reportagem que ela não sabia ao certo do que se tratava, mas pela fotografia era algo de interesse da minha pesquisa. Comentou que aquela fotografia lembrava a situação vivida por ela na enchente de 2008. A fotografia era de uma matéria da revista Carta na Escola (novembro de 2008, edição 31), que não dizia respeito à enchentes, mas sim falta de saneamento básico em diversas regiões do país, porém a aproximação de sua experiência se deve pobreza e a condição de vulnerabilidade das moradias.

---

<sup>16</sup> Forma como se referem a sala da Fundação de Turismo de Itajaí.

<sup>17</sup> Diogo é um dos netos caçulas de dona Mariquinha, por morar em seu quintal, eles passam muito tempo juntos, o que provoca ciúmes nos outros netos e filhos dela. Quando retornei à Itajaí em outubro, dei de presente para dona Mariquinha um porta retrato e várias fotos impressas de seus netos. Ela escolheu a fotografia do Diogo e colocou no porta retrato, ao lado da televisão na sala.



## 2.2 Marlene

Dona Mariquinha foi quem me apresentou para sua irmã, Marlene. Ela explicou que eu estava ali, na sua casa, porque fazia um trabalho para os meus estudos sobre a enchente. O

primeiro comentário de Marlene não fugiu ao padrão dos comentários que escutava diariamente: “*perdi quase tudo que tinha e não recebi nada do veio para cidade como doação!*”.

Dona Mariquinha introduziu uma conversa para que Marlene me contasse sua história. Ela iniciou um assunto que ainda lhe causa admiração, o fato de sua irmã, Marlene, ter tido nove filhos, ou melhor, onze filhos, mas dois morreram ainda quando era bebê. Destacou o fato de sua irmã ter ficado doente, sem conseguir sair da cama, por dezessete anos.

Após este primeiro contato<sup>18</sup>, passei a freqüentar a casa de Marlene e aos poucos conheci seus filhos, seu marido e parte da trajetória familiar. A família de Marlene e de dona Mariquinha é composta por muitas pessoas, mas mesmo assim os diversos núcleos familiares mantêm uma estreita relação. Antes de conhecer Marlene, dona Mariquinha e suas filhas, Ivonete e Idalete haviam comentado comigo sobre ela. Marlene é a irmã caçula de um grupo de 15 irmãos. Seus irmãos, sobrinhos e sobrinhas lhe dispensavam atenção especial porque há mais de vinte anos, no dia em que seu pai foi enterrado, Marlene foi acometida por uma doença inexplicável, que não foi diagnosticada pelos médicos, mas que lhe imobilizou por dezessete anos, pois passava o tempo todo na cama, não conseguindo assumir os cuidados de sua casa. Esta situação de um longo período de doença não afetou a capacidade de reflexão de Marlene e nem provocou o esquecimento de como e quando aconteceu, nem mesmo sobre a forma que sua família vivenciou esta ruptura. Marlene narrou sobre o dia em que ficou mal:

*“O marido da Mariquinha e o Zezinho, marido da minha outra irmã, começou a dizer que eu ia morrer, morrer, daí a minha irmã falou: não dá bola para eles, não dá bola. Ta, daí nós pegamos o ônibus e viemos, tava um dia bem bonito, um sol bem bonito, aí quando chegou ali perto da, esqueci o nome do negócio ali, é um salão que tinha ali, um centro social, aí nós paremos para ligar para o hospital para saber do menino da minha irmã que tava internado, aí nós passemos a mão porque não estava de alta, e daí nós saímos correndo porque começou a dar trovão, trovão, trovão, e a gente saiu correndo até em casa. Chegando em casa eu fui a primeira a entrar debaixo do chuveiro para tomar banho. Tomei banho, ainda não tinha nada, quando eu abaixei a cabeça e fui enrolar a toalha, me alevantei e deu uma coisa em mim, quando fui ver já não conhecia mais minha família. Foi indo, foi indo, foi indo, e eu ruim, foi passando semana, passando semana, eles diziam assim, tu não tens nada, tu não tens nada, minha família dizia, isso é só medo do seu pai. Eu dizia: isso não é medo do meu pai, eu não to me sentindo bem. Aí eles diziam, não guria, isso aí é bobícia da sua cabeça, aí diziam assim, é só uma bobícia que tem na cabeça dela, aí foi indo, fui parar até na colônia. Tudo é que é lugar eles me levavam, e nada, nada. Assim eu fiquei por 17 anos, o médico não achava minha doença”.*

---

<sup>18</sup> Eu a conheci em março, no dia em que fui me despedir de dona Mariquinha, porém, a conversa foi curta, pois não havia mais tempo. Voltando em outubro para Itajaí, a encontrei novamente e estabelecemos maior contato.

As suas irmãs, dona Mariquinha e Dinha relataram que era desoladora a situação em que Marlene vivia. Buscaram por soluções médicas e espirituais, dentro das possibilidades da família. Enquanto Marlene viveu naquela condição de doença, Robson<sup>19</sup>, seu filho mais velho, assumiu as responsabilidades e aprendeu a cuidar da casa e dos irmãozinhos, com a ajuda de suas tias e primas. Certo dia, segundo sua narrativa, ela reagiu e ficou curada da doença:

*“Aí quando foi de repente, eu comecei a escutar o rádio da igreja, fui na igreja e pedi para deus para ele tirar aquelas coisas que tinham em mim. Fazem agora uns 4 anos, eu pedi para deus, deus me ajuda, deus que eu vou para a igreja. Aí a cabo de uma semana eu me alevantei, saí da cama e fui na casa da minha cunhada, ficaram tudo de bobeira: aí meu deus a mana (forma como seus irmãos se referem a ela) não saía de casa, porque eu não saía de casa, eu só ficava em cima da cama. Eu pesava 49 quilos. Eles diziam, meu deus, a mana está aqui é um milagre para a mana estar aqui, daí eu comecei, eu prometi para deus que eu ia para a igreja, agora eu não saio da igreja, eu vou sempre para a igreja, e aí eu peço agora para deus me abençoar e arrumar minha casinha, né”.*

Antes de adoecer, Marlene morava com seu marido Aloir e seus filhos Robson e Ronei, na beira do rio, numa casa velha que pertencia ao seu irmão e sua cunhada; seu pai morava junto. À sua doença foi acrescida a necessidade de morar em outro lugar. Quando seu pai morreu e ela adoeceu, Marlene precisou sair da casa seu irmão com sua família. Neste momento, Marlene se encontrava grávida de seu terceiro filho. Não tendo para onde ir, um conhecido de Aloir que “*carregava carroça*” cedeu um curral de porco para sua família morar. Limparam o lugar e lá viveram durante cinco anos. Foi quando nasceu “*a menina*”<sup>20</sup> e viveu apenas por cinco meses, falecendo por causa de desnutrição, conseqüente das precárias condições de vida que a família vivia.

Após cinco anos morando em tal curral, Aloir ganhou um terreno da Prefeitura no bairro Promorar III. Segundo Marlene, Aloir trabalhava no setor de obras da Prefeitura, fazendo asfalto. Recebia um salário mínimo mensal por seu trabalho e com este dinheiro construíram a primeira peça para sua família morar, no terreno doado pela prefeitura.

Um dia, levei as fotografias que fiz para Angélica, nora de Marlene, ver. Angélica tem vinte e um anos, e é casada com Ronei, segundo filho de Marlene. Ela tinha quinze anos quando eles se envolveram. Quando ela viu a foto de David num cômodo, no fundo da casa, ela falou que quando conheceu a família, eles moravam naquela “*pecinha*”, eram muito pobres.

---

<sup>19</sup> Na época em que Marlene adoeceu, Robson tinha cinco anos de idade.

<sup>20</sup> Maneira que Marlene se referia a sua filha que faleceu aos cinco meses.



Quando se mudaram para a casa que moram até hoje, Marlene tinha quatro filhos, sendo que tivera mais duas gestações em que, numa aconteceu um aborto espontâneo e na outra, “a menina” faleceu aos cinco meses de vida.

A relação de reciprocidade estabelecida na rede de parentesco de Marlene contribuiu com o sustento de sua família durante o período em que ela se encontrava numa condição de saúde debilitada e com limitadas condições financeiras. Hoje Marlene tem nove filhos, mas por causa de sua doença, precisou da ajuda de seus parentes. Ivonete, 39 anos de idade, filha de dona Mariquinha, ficou responsável por duas meninas, Daniela, maior de idade e casada, e Princesa<sup>21</sup> de sete anos de idade.

*“Eu tenho duas moças, uma tem 19 anos e a outra tem 7 anos, eu nem pude cuidar delas, precisaram pegar para cuidar porque não dava, não tinha como cuidar mesmo. Já pegaram no hospital, e essas pessoas que vinham cá e me ajudavam, faziam uma comida, porque eu não saía da cama, meu marido tinha que trabalhar. Os meus dois pequenos mesmo que tava com 10 e 11 anos, que limpavam a casa, lavavam a roupa, porque eu fiquei mais é na cama”.*

Marlene se casou com 19 anos de idade. A súbita cura que teve de sua inexplicável doença coincidiu com o nascimento de seu filho caçula, Andrei, uma criança encantadora. Seus quatro filhos mais velhos, dois rapazes e duas moças, já constituíram família, não dependendo mais dos pais. Entretanto, os infortúnios de sua família não foram amenizados com a recuperação de Marlene, porque após sua melhora, Aloir, seu marido, que tem 50 anos de idade adoeceu. A narrativa de Marlene foi

---

<sup>21</sup> Bruna, mas a família a chama de Princesa.

organizada por ela de forma linear, aprofundando nas questões relativas aos problemas de saúde que enfrentara anteriormente e aos problemas de saúde que seu marido tem atualmente. Ressaltou as dificuldades financeiras que se defronta no dia a dia, segundo Marlene:

*“Ele ficou doente, porque ele já ficou doente neste meio tempo, quando eu estava ficando boa, ele ficou doente. Eu e ele, mas graças a deus que eu me alevantei em seguida, e ele ficou, ele ficou muito tempo em cima da cama, né. Ficou bem ruim. Agora tem tempo que ele encosta, ele fica seis meses encostado, aí tiram o encosto dele e ele fica cinco ou seis meses desencostado, sem ganhar nada. Daí a gente fica nesta luta, né. Ele fica ruim, ruim, ta andando daqui ali, daqui a pouco fica ruim e já tem que botar ele na cama, já era para fazer a cirurgia, né? Mas daí eles não vieram avisar, o telefone meu estava estragado. Eu não atendi por que não tinha como atender, aí não avisaram para ele que tinha que fazer a cirurgia e ele perdeu a cirurgia”.*

### **2.2.1 O cotidiano e seus infortúnios**

Em outubro de 2010, período em que iniciei uma aproximação da família de Marlene, havia uns seis meses que Aloir perdera o direito de receber mensalmente um salário mínimo por causa da impossibilidade de trabalhar. No mês de dezembro, quando eu finalizava meu trabalho de campo, Aloir ainda aguardava o agendamento da perícia para avaliar as condições de sua saúde e saber se voltaria a receber.

Enquanto isso, a família se mantinha através de doações feitas por vizinhos, amigos e parentes que conheciam a situação e demonstravam solidariedade. Presenciei uma situação que pode ser exemplo: uma tarde eu estava na cozinha da casa de Marlene conversando com ela e as crianças em volta, Aloir apareceu, pedindo para umas das crianças descerem e atender alguém que chamava em frente de casa. David desceu e retornou rapidamente trazendo metade de um repolho e uma caixa pequena de molho de tomate aberta. David contou que alguém - não prestei atenção no nome da pessoa-, entregou-lhe; Marlene pediu para que ele guardasse na geladeira e logo voltou sua atenção para mim, dizendo que vivem assim: recebendo comida de amigos e vizinhos, porque seu marido não pode trabalhar por estar doente e há seis meses ele não recebia o benefício da Previdência.

Perguntei para Marlene se ela recebia ajuda de seus filhos mais velhos. Ela respondeu que o que eles ganham é insuficiente para o sustento de suas famílias, quanto mais para contribuir com os pais. Ao contrário, Marlene e Aloir ajudam seus filhos, cuidam de seu netinho Bryan, para sua nora Angélica trabalhar, e cederam o piso inferior da casa para Robson morar com sua esposa, Juliana.

Há algum tempo, Marlene perdeu o direito de seus filhos de receberem o benefício do governo, o Bolsa Família<sup>22</sup>. Seus quatro filhos menores de idade que moram em sua casa, estavam freqüentando a escola. Entretanto, quando Marlene foi renovar o benefício, incluiu no pedido os documentos de sua filha Princesa, que mora com Ivonete. Ivonete recebia a Bolsa Família para suas crianças, incluindo a Princesa. Assim, quando Marlene entrou com o pedido para receber o benefício de uma criança que não mora com ela, constou a irregularidade no sistema e cancelaram o benefício de seus quatro filhos. Ivonete continuou recebendo por Princesa.

Para Marlene, quase não há possibilidades de conseguir um em emprego, assim,

*“Meu sonho é ganhar uma máquina de fazer sorvete, né. Porque na verdade eu não sei fazer nada, assim. Eu não sei costurar, não sei não sei nada, né. E eu nem posso trabalhar, porque se eu pegar um sol, seu eu andar para algum lugar para vender alguma coisa... eu já tentei vender roupa, mas não dá, eu fico ruim. Já tentei trabalhar, limpar a casa, já limpei mas chega lá eu fico ruim. É assim”.*

Ela não é alfabetizada; tentou trabalhar como faxineira, como vendedora de roupas, mas não se sentia muito bem e por isso não seguiu adiante. Seu projeto de trabalho é determinado por sua condição de saúde, classe social e seu nível de escolaridade. Seu sonho é ganhar um carrinho de fazer sorvete para trabalhar.

### **2.2.2 A fotografia como “método” de interação com as crianças**

Geralmente quando eu ia à casa de alguma pessoa, levava comigo a câmera fotográfica para, se tivesse oportunidade e permissão, fotografar. A fotografia, principalmente em minhas idas à casa de Marlene, colocava-se como uma moeda da troca na interação com as crianças. As crianças o tempo todo solicitavam nossa atenção. Então, para descontraí-los e algumas vezes apaziguar as confusões entre eles, eu sugeria que tirássemos fotos. Prontamente eles se posicionavam e aí a disputa era para fazer poses.

---

<sup>22</sup>“O Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda com condicionalidade, que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza. O Programa integra a Fome Zero que tem como objetivo assegurar o direito humano à alimentação adequada, promovendo a segurança alimentar e nutricional e contribuindo para a conquista da cidadania pela população mais vulnerável à fome”. Acesso em : 24/02/2011 <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>



As crianças brincavam, brigavam e interagiam muito. Os encontros com Marlene eram marcados por muito barulho. Difícil foi o momento de transcrever as entrevistas, algumas vezes impossível de ouvir o que Marlene dizia. As crianças são parte importante de sua vida. Ao me relatar acontecimentos importantes de sua história de vida, quando eu perguntava “quando” aconteceu, por exemplo: “quando seu pai morreu?”, ela me respondia calculando a partir da idade que este ou aquele filho tinha naquele momento: “seu pai morreu quando Robson, seu filho mais velho, que hoje tem vinte e quatro anos, tinha cinco anos”. Moraram naquele curral cedido por um amigo papaleiro, quando sua filha morreu aos cinco meses com problemas causados por desnutrição.

David tinha oito anos no momento em que eu fazia meu trabalho de campo. Ele prestava atenção nos meus gestos, nas minhas conversas com sua mãe e com frequência lia as anotações que eu fazia em meu caderninho de notas. Por causa de sua curiosidade, ofereci-lhe uma vez a câmera para que ele também fizesse fotografias. Comigo regulando a câmera e por vezes segurando para que não caísse por causa do peso, David fez algumas fotografias, até sugeriu tirar uma fotografia minha ao lado de Marlene. Fotografava o irmão, o sobrinho, eu... Mostrei-lhe como fazer para aproximar ou afastar os objetos, manuseando a lente. Ele se entusiasmou com o ofício temporário de fotógrafo. Os ângulos e as pessoas que escolhia para fotografar estavam mediados pela afetividade que David despendia e eles.



Ao entardecer e eu precisava voltar para casa. David mostrava muito cuidado com a câmera. Ele, em seu entusiasmo, dissera que quando crescesse, queria ser como eu. Achei engraçado. Enquanto eu guardava as coisas, David me surpreendeu ao pedir para que eu o deixasse tirar uma foto de seu pai no quarto. Por maior zelo e cuidado que eu tivesse com a câmera, esse foi um pedido irrecusável. David fez a fotografia que eu não faria. Sua aparência era de um homem velho e doente; ele caminhava com dificuldade, era magro, estava com a barba por fazer e os cabelos grisalhos, crescidos.



## 2.3 Dinha

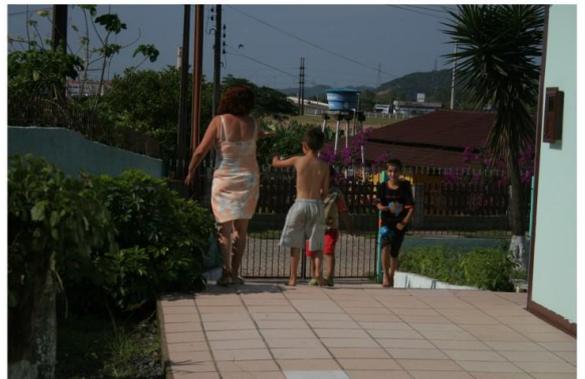
Dinha nasceu em 1961 na cidade de Itajaí. Ela é uma das irmãs mais novas de um grupo de quinze irmãos. Laurindo, marido de Dinha, tem cinquenta e quatro anos de idade, é aposentado da marinha. Dinha e Laurindo são casados há nove anos. Ambos têm filhos das relações anteriores, Dinha é mãe de cinco filhos e Laurindo é pai de três filhos. Segundo eles, seus filhos são adultos, encaminhados na vida, portanto não carecem mais de seus cuidados.

O contato que tive com Dinha se limitou a um único encontro, porém, este encontro foi intermediado e facilitado pela relação que existia entre suas irmãs, dona Mariquinha e Marlene e eu. Este encontro é o que pretendo relatar neste tópico.

Passei um domingo agradável em sua casa na companhia de Laurindo, dona Mariquinha e Diogo, chegando mais tarde Marlene e seus dois filhos pequenos, Andrei e Roberto. Com a chegada de Andrei e Roberto, que imediatamente se juntaram a Diogo, foi-se embora a calmaria, o que por sua vez contribuiu para que o dia ficasse mais divertido. Diversão que não ficou isenta de gritos, criança machucada, brigas, mas também risos e brincadeiras. Para acalmar os garotos, Dinha sugeriu uma brincadeira em que eles caminhavam carregando uma pequena pedra na cabeça; aquele que conseguisse fazer o percurso de ida e volta sem deixar a pedra cair, seria o vencedor. Até a Marlene entrou na brincadeira, e claro que ninguém venceu a prova! Sentia-me feliz por finalizar o trabalho de campo na companhia de pessoas que, ao longo do tempo, desenvolvi uma relação de afeto. Neste dia as três irmãs disseram que quando eu voltasse à Itajaí não gastaria mais com hospedagem, pois ficaria na casa delas.

Durante o domingo houve até a tentativa frustrada de Dinha me ensinar a fazer alguns pontos de crochê, mas minha falta de habilidade começava por não ter coordenação para segurar a agulha e não conseguir finalizar o ponto. Quando chegamos à casa de Dinha, eram quase dez horas da manhã. Estávamos com fome porque não tínhamos tomado café antes de sair da casa de dona Mariquinha e seguir a longa caminhada até ali. Era evidente a nossa fome e cansaço, tanto que Dinha após me emprestar um par de chinelos serviu café com leite e biscoitos para nós. Ainda assim a disposição de dona Mariquinha me impressionava, ela queria me mostrar tudo, dos quartos da casa da irmã, até a vista que se tem de cima do morro.

Dinha havia encaminhado o almoço. Desde as nove horas da manhã preparava uma saborosa carne de panela no fogão a lenha. Dona Mariquinha e Marlene haviam falado sobre mim para Dinha, desta forma, maiores apresentações e explicações foram dispensadas no início. Ao longo do dia, algumas curiosidades foram suscitadas, algumas resolvidas. Como por exemplo, Laurindo me perguntou, de forma direta, como eu me mantinha financeiramente e como bancava longo período de hospedagem na cidade. Respondi que me mantinha com a bolsa que recebia para a pesquisa e lhe falei o valor. Nem mesmo dona Mariquinha havia me questionado sobre isso.





Laurindo ficava pouco tempo entre nós, saía, voltava. Mesmo assim, relatou que vivenciou as enchentes de 1983/84 e 2008. Nunca foi afetado por perdas materiais, porque a mais de trinta anos mora nesta casa, num ponto alto da cidade onde é pouco provável que chegue a água da enchente. No entanto, sua experiência não é menos dramática, afinal seus filhos, seu pai, os parentes de Dinha e seus amigos se encontram em situação de vulnerabilidade e em tais momentos de ruptura solicitam sua atenção.

Quando propus gravar a entrevista, mais especificamente centrada na experiência de abrigar muitas pessoas em sua casa, Dinha e Laurindo aceitaram, mas no decorrer da entrevista observei que Dinha não se sentia a vontade como anteriormente. Resolvi desligar o gravador, ato que foi seguido do comentário de Dinha que: *“agora sim fica melhor falar!”*

Passei parte do dia próxima à Dinha e ela, em vários momentos, ordenou suas lembranças buscando como referência suas memórias ligadas ao papel de mãe e ao trabalho. Discorreu sobre a tranquilidade que é sua vida hoje já que não precisava mais trabalhar e não se preocupava mais com a educação dos filhos. Passava o dia em casa fazendo crochê, o que por vezes lhe oferecia um retorno financeiro, pois sempre alguém mostrava interesse em fazer alguma encomenda. Embora ainda mantendo o hábito de fumar, caminhava por dia uns 4 Km ao entardecer. Duas vezes por semana frequenta uma igreja evangélica. Segundo Dinha, cativava estes hábitos – exceto fumar – para manter a mente e o corpo saudáveis.

## **2.4 Andréa<sup>23</sup>**

Andréa tem quarenta e seis anos de idade. É viúva há quatro anos, seu marido morreu por causa de câncer na próstata. Tiveram cinco filhos, sendo que os dois mais novos são ainda menores de idade. Recebia, mensalmente, um salário mínimo de pensão e, as vezes, complementava a renda familiar realizando faxinas em algumas casas quando era solicitada ou indicada.

Apresentava dificuldades em desempenhar o trabalho de faxineira por várias razões, entre elas por causa de problemas de saúde. Além de problemas cardíacos, uma doença nos ossos lhe provocava inchaços e muita dor, tornando-se difícil a realização de tarefas que exigissem esforços físicos.

Não lhe identificar, foi a condição para apresentar sua história e a experiência de seus filhos na pesquisa. Autorizou identificar seus filhos, porém optei por preservar a identidade deles não os inserindo em uma rede de relações, nem revelando seus nomes.

O drama na vida de Andréa de seus filhos começou dias antes da enchente tomar conta da cidade, pois antes da invasão da águas, outra invasão alterou o curso de suas vidas. Durante uma madrugada, a casa de Andréa foi invadida por policiais armados, buscando apreender drogas. Quando invadiram sua casa, Andréa mostrou resistência para entregar o que foram buscar, gerando violência maior, pois além dela ser agredida, seus filhos presenciaram a violência e foram agredidos física e verbalmente. Enfim, os policiais encontraram a droga guardada em sua casa e Andréa foi detida por tráfico.

Na semana seguinte, aconteceu a enchente e seus três filhos, menores de idade na época, precisaram abandonar a casa porque ficou imersa. Douglas tinha dezessete anos de idade, Renato tinha quatorze anos e Laura tinha onze anos de idade.

### **2.4.1 Circunstâncias que levaram à Andréia**

Despedi-me de Jéssica e combinamos que no feriado do dia 15 de novembro eu voltaria em sua casa para conhecer sua amiga Camila. O interesse em conhecer Camila se deu

---

<sup>23</sup> A pedido da personagem principal desta narrativa, os nomes serão fictícios e não se encontra inserida em alguma rede, para não ser identificada posteriormente.

porque quando conversei com Jéssica sobre a enchente, ela discorria sobre seu drama, mas ponderava: “*mas foi pior para quem ficou em abrigo!*”. Diante dos meus questionamentos sobre sua experiência Jéssica sugeriu Camila, sua amiga como uma pessoa interessante de ser entrevistada pelo fato de ter ficado em abrigo. Seria uma pessoa importante de conhecer e naquele momento da pesquisa eu poderia ampliar a rede, embora privilegiasse tecer a rede a partir do que as narrativas apontavam em relação à solidariedade que se estabeleceu entre as pessoas.

No dia que combinei com Jéssica, saí de casa vestida e calçada confortavelmente, com mochila nas costas carregada com meus apetrechos de campo - caderno de notas, gravador, câmera fotográfica mais uma lente. Era uma tarde ensolarada, mas por ser feriado, a cidade se encontrava calma em comparação a sua efervescência diária. Desta vez, não esperei o ônibus por muito tempo, pois verifiquei os horários na internet.

Ao chegar a meu destino, do ônibus avistei Paula, garota que me acompanhava nas casas onde eu deveria ir e que não sabia chegar. O bairro se encontrava tranquilo e Paula tinha saído de casa a fim de dar uma volta, pois não tinha nada para fazer. Uma vez que a interlocutora da pesquisa não se encontrava em casa, pedi para Paula me acompanhar até a casa de Jéssica que já sabia o propósito da visita.

Em frente à casa de Jéssica, ficamos em dúvida se ela estaria em casa, porque estava tudo fechado. Mesmo assim, Paula insistiu em chamá-la e em seguida Jéssica veio nos atender com seu filho nos braços, ambos com aparência de que recém acordaram.

A aparência de Jéssica pressupôs que não tinha em sua casa ninguém além do marido, do filho e dela. Ou seja, eu não conheceria naquele dia sua amiga Camila. Situações semelhantes eram recorrentes em meu trabalho de campo o que era desestimulante.

Jéssica apresentava desenvoltura ao falar e objetividade ao agir. Quando me avistou agradeceu pelas fotos fiz e lhe dei impressas e disse que sua amiga não viria, porém ela tinha resolvido meu problema e eu entrevistaria outra pessoa que no período da enchente passou por um abrigo.

Imediatamente, em voz alta, chamou um adolescente, Adriano, seu irmão, e mandou que ele me levasse até a casa de Douglas, pois o marido de Jéssica tinha conversado com ele sobre meu interesse de pesquisa.

Compreendi que Jéssica não estava disponível para mais conversa. Comprometerá-se comigo e estava me dando um retorno. Agradei seu empenho, embora sem saber como entrevistar Douglas, pois não sabia nada a seu respeito, além de sua passagem por abrigo.

Seguimos para a casa de Douglas, Paula, Adriano e eu. Mentalmente eu tentava elaborar questões para conversar com alguém que não havia previsto, quando fui surpreendida por uma pergunta que Paula fez para Adriano: “*A mãe do Douglas já saiu da cadeia?*” Douglas respondeu que sim.

Continuei em silêncio, não esbocei reação. Tal imponderável não me emocionava nem um pouco. Eu sabia que transitava por um bairro da periferia ligado ao tráfico de drogas. A situação que se instaurou me causou apreensão, mas a alternativa que se apresentava era a de seguir em frente e ver o desenrolar dos fatos. Imersa em meus pensamentos, me esforçava para prestar atenção no entorno. Adentramos um quintal onde havia três casas. Paramos em frente a porta e Adriano chamou por Douglas.

Uma mulher entreabriu a porta e deixou apenas parte de seu rosto à vista, evidenciando certa hesitação ao atender. Adriano perguntou por Douglas e a mulher respondeu que ele não se encontrava. Pela recusa da mulher em aparecer por inteiro, imaginei que a surpreendemos em alguma situação embaraçosa. Adriano, sem jeito, esboçou alguma apresentação. Percebi que a situação era estranha e resolvi me apresentar e falar da pesquisa e qual o meu interesse ali. Ela respondeu que não tinha o que falar porque não vivenciou a situação da enchente, mas seus três filhos passaram por dificuldades no período em questão.

Aos poucos ela abriu a porta e me convidou para entrar. Paula e Adriano ficaram debruçados na janela enquanto Andréa e eu conversávamos. Falei de onde eu era e do vínculo com a universidade e a pesquisa, perguntei se poderia gravar nossa conversa, uma vez que meu interesse era na experiência vivenciada no período da enchente. Não considerei precipitado pedir para gravar a entrevista, pois percebi sua desconfiança ao nos atender, e o ato de gravar poderia amenizar tal desconfiança em relação ao meu interesse. Naquela situação, o gravador não a constrangeu, ao contrário, legitimou meu interesse sobre o tema da enchente e lhe deu segurança para falar.

Andréa consentiu e mencionou que passado a enchente eu era a primeira pessoa que aparecia em sua casa interessada em saber a atual situação da família. Andréa não permitiu

que fosse fotografada e nem que tivesse o seu nome revelado. Andréa foi o nome sugerido por ela para que eu contasse sua história.

Durante a conversa Andréa foi se sentindo mais a vontade em falar. Relatava a experiência dos filhos que precisaram abandonar a casa e recorrer a abrigos. Falava dos filhos, mas discorria sobre sua aflição ao saber que eles se encontravam em situação de vulnerabilidade.

Estive quatro vezes na casa de Andréa, incluindo a primeira vez que não fora planejado. A segunda vez em que fui à sua casa, o objetivo era conhecer o seu filho Douglas, entrevistá-lo sobre a experiência da enchente e conhecer o terreno da casa em que moravam. Entretanto, Douglas se mostrou tímido, falando pouco, o que me levou a compreender que as conversas com sua mãe apresentavam maior densidade. Na terceira ida na casa de Andréa, levei algumas fotografias que eu fizera no encontro anterior; por fim, a última vez que conversei com Andréa foi para me despedir, pois estava encerrando meu trabalho de campo.

As visitas à casa de Andréa foram marcadas por momentos de tensão, pois à medida em que Andréa se sentia à vontade com falar comigo, eram feitas revelações sobre sua vida que me preocupavam quanto à minha segurança em campo. Não se tratava de incoerências da parte de Andréa, sua condição de vida naquele momento era marcada por incertezas que não eram simples de se resolver. Ela omitiu a verdade sobre a situação do cumprimento de sua pena e o fato de ter cinco filhos e não apenas quatro, mas que seu filho mais velho cumpria pena em regime fechado por tráfico de drogas.

O que em um primeiro momento poderia parecer incoerente nos atos e falas da interlocutora e risco para a pesquisadora em campo, refletia condições de vida precária. Além disso, trazia em seu âmago uma condição de vulnerabilidade que conforma o estilo de vida e visão de mundo de sua família.

## **2.5 Beth**

Beth nasceu na cidade de Itajaí e hoje tem cinquenta e nove de idade. É casada com Lauro há quase quarenta anos. O casal teve uma filha, Débora. Atualmente dedicam toda a atenção à Beyonce, sua neta de três anos de idade.

Conheci Beth e sua família, por Vilda. Meu interesse era conhecer alguma família ligada à Igreja Testemunhas de Jeová que tivesse a casa afetada pela enchente. A casa de Vilda não fora afetada, ela abrigou pessoas em sua casa. Diante de minha necessidade Vilda me levou até a casa de Beth, primeiro por saber que a casa de Beth ficou quase toda imersa, depois porque sabia que ela era comunicativa.

Vilda me levou numa quinta feira até a casa de Beth, Vera nos acompanhou. Beth e seu marido nos receberam gentilmente em sua casa. Beth se mostrou disposta a contribuir com minha pesquisa contando sua experiência e mostrando sua casa.

Após intensificar meu contato com Beth, compreendi que as experiências de Beth com as enchentes se constituem em um trauma para sua família, pois em duas vezes que estive em sua casa, soube mais tarde, que seu marido arrumara alguma coisa para fazer na rua, enquanto eu estivesse lá, porque ele preferia não lembrar nem falar sobre a experiência de vivenciar uma enchente. Débora, sua filha, não foi receptiva à minha presença na casa de sua mãe. Certa tarde ela chegou e encontrou Beth e eu conversando, ela ironizou: *“o papo deve estar bom porque vocês estão falando há horas”!*

Beth era quem cuidava a maior parte do tempo de sua neta, Beyonce; por isso, marcava de me receber nos intervalos que sua filha tinha do trabalho, pois se recusava a dividir a atenção dedicada à sua neta com qualquer coisa.

Em novembro de 2010, quando conheci Beth, ela aguardava que se aposentaria a qualquer momento. Por mais de dez anos ela trabalhou como responsável pelo caixa de uma confeitaria da cidade. Sua trajetória de trabalho é marcada por períodos de afastamento por motivo de doença.

Antes de sua filha nascer, Beth se tornou membro do reino<sup>24</sup>. Duas vezes por semana ela participava das reuniões do reino e aos sábados, no período da manhã, após uma reunião dedicada ao estudo da Bíblia, saía a campo<sup>25</sup> com outros membros da Igreja, de casa em casa na cidade, com o objetivo de evangelizar. Seu marido e sua filha não participavam como

---

<sup>24</sup> Reino é a forma como se referem à igreja Testemunha de Jeová.

<sup>25</sup> Campo é a forma como se referem ao trabalho de evangelização.

membros da Igreja, mas sua filha encontrava-se estudando a Bíblia, processo pelo qual as pessoas necessitam passar para se tornarem membros da Igreja.

Seu marido estava aposentado há uns quatro anos e a aposentadoria de Beth estava se encaminhando, o que significava para eles chegar a um momento de tranquilidade, uma vez que passaram quase a vida inteira trabalhando para construir a casa e algumas vezes refazerem-se das perdas conseqüentes das enchentes que sofreram.

Beth se casou com dezoito anos de idade. Optou por ter apenas uma filha. Contou-me que se casou jovem por ser esta a alternativa que encontrou para sair do domínio autoritário dos pais. Segundo ela, quando era jovem o casamento se apresentava como opção para se tornar independente dos pais. Casou-se porque teria sua própria casa e encontrou um homem que precisava de alguém para cuidar da casa. Para Beth, amor e sexo são critérios adotados pelos jovens atualmente para assumir uma relação. Amor para ela é algo que se constrói ao longo de uma vida juntos.

Beth me mostrou fotografias de sua neta. As fotografias da família se perderam com a enchente. A incerteza sobre o nível em que a água chegaria e a rapidez com que subiu fez com que não houvesse tempo de proteger as fotografias. Mas nem todos os objetos que guardam recordações foram perdidos. Conseguiu lavar e recuperar algumas louças que ganhou quando se casou, embora em algumas porcelanas permaneçam as marcas de lama.

Ao longo do tempo a família de Beth aumentou. O casamento da filha e o nascimento da neta os levaram a aumentar a casa. Em conseqüência da enchente de 2008, obrigou-se a construir um pavimento superior na casa, para que, da próxima vez, a família não tenha que sair de casa – passaram por três enchentes. A casa é grande, pois é dividida para duas famílias; na parte de baixo da casa ficam as salas e as cozinhas, os amplos dormitórios ficam no pavimento superior.

Beth me mostrou os cinco quartos que tem na casa. Embora sejam apenas dois casais e uma criança, cada um tem seu espaço. O quarto da frente, melhor localizado e bem iluminado é o de sua neta, que não utilizava o quarto porque a noite dormia com a Beth e durante o dia brincava numa sala de brinquedo instalado no piso inferior.

Com expressão de orgulho Beth me mostrou os vestidos que hoje são de sua neta, mas que foram de sua filha quando ela tinha um aninho de idade. Os vestidos apresentavam

manchas que adquiriram ao longo de trinta e seis anos. São vestidos que não servem mais em sua neta e que ela usou poucas vezes, apenas para fotografar, mesmo porque é uma criança que tem roupas, calçados e brinquedos de boa qualidade. Entretanto, em meio a tantos brinquedos, destacavam-se um guarda-chuva e uma boneca que foram de sua mãe quando criança<sup>26</sup>.



---

<sup>26</sup> Diferente de outras ocasiões que eu me sentia a vontade para interagir e fotografar as crianças, com autorização e presença dos pais e consentimento das crianças, optei por não fotografar Beyonce. Fotografei apenas as fotografias de um álbum de quando ela era bebê, porque Beth fez questão que eu fotografasse.

## 2.6 Dona Onadir

Conheci dona Onadir no contexto da Praça da Matriz onde Lelo, seu marido, trabalhava de segunda a sexta-feira como jardineiro dos canteiros públicos que começam na praça e se estendem ao longo do calçadão central, terminando no píer. Sempre ao meio dia dona Onadir vinha até o Centro para almoçar com Lelo na praça. Eles dividiam o almoço que Lelo recebia da Prefeitura, e que por ele ser “*enjoado*” para comer, não conseguia comer sozinho, podendo assim dividir com sua esposa.

Dona Onadir tem sessenta e seis anos de idade, é mãe de três filhas. Nasceu na cidade de Itajaí. Está casada com Lelo há vinte anos. Seu primeiro casamento durou quase trinta anos, mas num determinado momento, conforme suas palavras, “*fui trocada por uma mais nova*”!

Segundo dona Onadir, o primeiro casamento foi marcado por sua submissão a um homem que não soube lhe valorizar. Casou-se muito nova e teve três filhas, mas antes teve um aborto. A diferença de idade entre suas filhas é de menos de um ano e meio. Contou que “*parou de criar*” ainda jovem, mesmo sem recorrer a métodos para evitar uma gravidez. Suas principais referências dizem respeito a ela enquanto esposa e mãe:

*“Eu casei com quatorze anos, e tive filha nova, com dezesseis anos eu já tinha a mais velha. Vai fazer cinqüenta e dois anos que eu sou casada. Fez cinqüenta e um anos agora dia dez de janeiro. Eu casei em cinqüenta e nove com o pai dessas. Aí, era para ter um filho mais velho, mas não deu, se fosse vivo estava com cinqüenta e poucos anos. E depois tive estas. Quando tive esta caçula aí, eu tinha vinte e um anos. Aí eu nunca mais fiquei grávida. Até hoje, nunca tomei comprimido na minha vida. Aí eu, como diz o ditado “parar de criar cedo”, com vinte e um anos. Imagina parar de criar com vinte e um anos! Tem um ano e quatro meses de diferença uma da outra. A Cida é de oito de fevereiro, a Janete é dia treze de julho, a Márcia é dia doze de novembro”.*

Dona Onadir narrou seus dramas vividos como mãe, como esposa, como mulher sem escolaridade que ainda adolescente constituiu família. Sem suprimir as particularidades de sua trajetória, suas experiências podem ser refletidas enquanto expressão de um quadro sócio-histórico. Ou seja, inserida num campo de possibilidades como dimensão sócio-cultural, espaço para formulação e implementação de projetos (Velho, 1994). A sua narrativa é orientada pelo tema das suas relações familiares e apresentava revolta quando mencionava a separação do primeiro marido:

*“O Lelo é meu segundo marido, eu fui casada por vinte e nove anos. Separei por que ele arrumou outra. As minhas filhas estavam casadas. Já estou há vinte e três anos divorciada. Agora eu sou casada com o Lelo, né”.*

E a partir da separação de seu primeiro marido novas escolhas foram encadeadas em sua vida. Há oito anos retirou um seio em consequência de câncer que teve e este fato limitou suas possibilidades de continuar exercendo a atividade de cozinheira que passara a desempenhar após a separação. Assim, Lelo entra em cena exercendo papéis que, em alguns momentos de sua narrativa, pode ser de provedor:

*“Antes de eu conhecer este meu marido, eu estava separada, mas eu vendia salgadinho. Eu sou cozinheira, eu sou doceira. Eu fazia muito para fora. Trabalhava para casamento e tudo. Mas depois que eu operei, depois que eu casei com o Lelo, o Lelo trabalhava como vidraceiro. Sempre um troquinho ele dava para a gente, porque ele não pagava aluguel. Era vinte, era trinta, dava para a gente viver. Mas antes de conhecer ele, eu fazia congelado, vendia na bicicleta a encomenda. Aí arrumei esse clandestino aí. Aí eu não fiz mais nada, logo em seguida também deu esse problema no meu seio. Aí deixei por conta dele. Ficou por conta dele, vivendo assim, não foi fácil”.*

Após o divórcio, no momento da divisão de bens, dona Onadir ficou com uma casa grande e um carro. Vendeu a casa e comprou a casa onde mora com Lelo. Têm três casas no fundo do quintal, alugadas para pessoas idosas, sozinhas. A renda das casas alugadas é de onde provém seu sustento.

*“Aí depois eu troquei aquela casa lá, por esta aqui, eu tinha muitos móveis da minha separação. O meu outro marido gostava muito de comprar as coisas por que dizia que eu não era estragada, eu cuidava das coisas. Por mais rica que eu já fui na minha vida, porque eu já fui rica, nêga. Porque o meu marido era rico. Ele ta pobre, não tem nem onde morar, por causa de mulher. Eu ainda fiquei com a casa que to morando. Aí quando eu me separei fiquei com uma casa, aí eu troquei por esta”.*

O carro trocou por outros ao longo do tempo e vendeu há dois anos pelo valor de sete mil reais, dinheiro que foi utilizado como entrada para um Fiat Uno 2008. Mas quem pagava 500 reais de prestação mensal pelo carro era Lelo, afinal de contas quem usava o carro era ele; logo ele precisava de uma responsabilidade, assim dos 700 reais que ele ganhava como jardineiro da Prefeitura *“ele pagava as prestações do carro e o restante gastava nos bares”*. Embora tenha relatado que após sua operação Lelo tenha assumido o papel de provedor, em outros momentos havia uma contradição decorrente da ênfase que ela colocava no fato dele não contribuir com nada em casa e por isso lhe atribuiu a obrigação de pagar as parcelas do carro. O carro novo era usado para Lelo ir trabalhar, o que se colocava como outro problema, pois a empresa que ele prestava serviço contribuía apenas com 100 reais mensais para a gasolina. Relatou que já foi rica, por que o ex-marido era rico, mas ela se considerava pobre e tinha que se respeitar como alguém desta categoria. A forma como ela representava o que é ser pobre incluía valores que vão contra, por exemplo, a posse de tal carro novo:

*“e recebi também um carro velho. Aí passemos a mão e ficamos com o carro, e fomos trocando, fomos trocando, era um carro já velho, né. Aí trocamos por este aí e agora a gente ta pagando. Mas como o Lelo saiu do serviço, ta atrasado, nêga. A gente ta pagando quinhentos e tantos reais. Eu tenho que dar conta de comida, de tudo, de tudo! Já pensastes? Desde o papel higiênico. O Lelo não tem condições de comprar nada sozinho, coitadinho! Paga só o carro. Eu compro roupa, ainda tenho prestação. Porque o meu marido não faz nada, nada. Tudo é eu amiga! Não é fácil, não. Ainda fuma que nem um doido. Não há dinheiro que chegue para o cigarro, querida. Misericórdia, né! O pobre é que tem manias, né? Porque o rico não fuma, o rico é muito difícil. O pobre é que é nojento, o pobre é que não economiza nada, pode ver, o que mais compra no mercado é pobre. O pobre enche o carrinho só de coisas supérfluas. Eu compro roupa para mim. Eu compro roupa, compro bolsa, mas quando é coisa barata, na promoção. Eu não compro perfume caro, eu não compro creme caro, não dá. Eu ainda acho um absurdo pagar quarenta e nove reais, cinqüenta reais por um vidro de perfume. Eu acho isso um absurdo! Eu compro carne! Faço uma comprinha. A visão da minha cabeça é essa. Três reais cada maço de cigarro. Compra um hoje, não dá para de noite, não dá para até amanhã de manhã. Quando eu vejo aí, é dois, três maços de cigarro na mão! Agora ta fumando um lá do Paraguai que custa dois e pouco. Ele é doze anos mais novo do que eu. Ele é muito pobre, bebe muito. A bebida acaba, bebe assim que eu vou dizer uma coisa para ti, chega do serviço seis horas, já para no buteco. Já bebe uma cachaça, já toma uma cerveja, mas é todo dia, todo dia, todo dia! De segunda a segunda. Então eu dei essa responsabilidade para ele pagar o carro, não dá nada dentro de casa, mas a responsabilidade dele é: vai pagar o carro! Para ti aprender, porque pobre é pobre! Pobre não tem que dar uma de rico. Porque o pobre tem que respeitar. Porque a minha classe é essa eu não vou fazer mais do que não é. Eu tenho que me manter na minha linha, não pode extrapolar. Quisestes o carro? O carro tava pago, se dana. Quer andar com o carro novo? Mas foi eu que fiz, fui eu quem fiz a troca, o outro tava pago. Agora tem uma coisa, se não der conta de pagar, entrega! Eu quero os sete mil que eu dei de entrada no carro. Mas se dane, se dane. Eu não dou um tostão! Não dou! Porque é pobre e quer aparecer? Não dou! Quis pegar um carro mais novo, desculpe a expressão nêga, mas se fudeu ”!*

Quando conheci Lelo, vi que era um homem humilde e tímido, tanto que, após discorrer sobre meu interesse de pesquisa, ele se dispôs a ajudar, mas delegou a tarefa de conversar sobre a enchente e mostrar-me a casa, a dona Onadir. O deslocamento dela diariamente para almoçar com o marido era motivo de admiração para as pessoas da praça. Entretanto, quando entrei no espaço doméstico, senti-me constrangida em ouvir como ela se referia a ele. As conversas com dona Onadir centravam-se em sua relação de conflito com o marido, o que se apresentava de forma incoerente muitas vezes:

*“também eu sou assim ó, eu to conversando, pode ser meio dia, não tem comida, fica calado! Não tenho obrigação de me levantar e fazer comida para ti. Eu vou fazer, mas não chega assim: o almoço não ta pronto? Ele diz assim para mim: o almoço não ta pronto porque andastes na estrada o dia inteiro? Ai, dei-lhe uma lei para ele que eu disse: eu to sentada a hora que eu quiser eu faço, se quiseres ta tudo ali ó, graças a deus que tem para tu fazeres para tu comer”!*

Questionei sobre o porquê de ela se deslocava para almoçar todos os dias com ele. Dona Onadir contou que não conseguia ficar sozinha em casa. Sentia-se ansiosa e começava a fazer uma coisa ou outra, deslocar os móveis, às vezes fazia serviço de pedreiro em casa. Para lidar com a ansiedade e dormir bem durante a noite, ela contou que tomava fluoxetina e evitava ficar em casa durante o dia:

*“Eu vou lá, porque como hoje, eu to sozinha, não sei que horas que ele vai vir, vamos supor, que é um dia de semana, aí eu vou ficar aqui olhando estes nojentos (referia-se aos inquilinos). Aí, eu pego o ônibus, não pago mesmo, e vou para a cidade (risos)! Ando para lá, ando para cá, entro nos bancos, entro nas lojas, bisco daqui, bisco de lá! Mas é só agora, porque a outra firma que ele estava não dava marmita, ele levava de casa, e esta dá. Aí eu digo, ta, ta, eu vou. E nós dois comemos uma marmita. Mas nem comemos nada, ele não come muitas coisas, ele não come purê de batata, ele não come uma lingüiça, um peito de frango, aí eu como aquele pedacinho ali, entendestes? Aí ficamos ali sentados mais um pouquinho. Mas eu gosto dele, sabe? É um homem tão maravilhoso. É um cara que não me cobra nada. Agora não! Agora a cachaça, ta... Mas antes querida: antes, a gente brigava de bater na cara um do outro, já mandei ele embora, mandei muitas vezes ele embora, mas ele fica no portão. A família não quer porque eles acham que eu, que errado é ele, que eu sou uma super mulher para ele. Cá para nós duas: quem é a mulher que vai aturar um homem que não coloca nada dentro de casa? Que nunca colocou nada dentro de casa? Quem é a mulher? Não é carinhoso. Pensa bem? Quem é? Só eu, né! Com a graça de deus. Ainda reclama querida? Se come uma galinha ensopada hoje, só come hoje, amanhã não come mais. Não come até acabar não! Mas eu não faço, não. Vai tomar banho! Não ganho para isso. Não me sustenta”.*

A primeira vez que fui à casa de dona Onadir e Lelo eles me convidaram para almoçar. Aceitei primeiro porque era uma boa oportunidade de tornar mais forte a relação com eles, e depois já era quase meio dia, eu sairia dali e iria para casa de dona Mariquinha e não tinha avistado nenhum restaurante no caminho. Ao ficar para almoçar começaram os imponderáveis. Lelo sempre quieto, falava ou coisa ou outra, porém mostrou-se um homem muito simples, de poucas palavras e até mesmo tímido. Dona Onadir algumas vezes o repreendia ou dizia qualquer coisa, mostrando que ela mandava na casa. Ela preparou salada de tomate, repolho refogado, peixe frito, arroz; feijão ela já tinha pronto e também tomates secos em conserva, preparados em casa. Requentou no microondas a comida que tinha sobrado do dia anterior, tudo junto num potinho: arroz, feijão, berinjela refogada e empanadinhos de frango.

Lelo tinha saído para dar uma volta ainda não tinha retornado, mas segundo dona Onadir, ele que se danasse, pois quem mandou sair quando o almoço estava quase pronto? Ela sentou-se na ponta da mesa e disse que era para eu me sentar do seu lado direito. Disse que eu poderia comer o peixe com as mãos que ela não se importaria, porém, comer peixe com as mãos é algo que não estou habituada. Prestando atenção no que eu comia e querendo colocar cada vez mais comida em meu prato, ela com as próprias mãos, retirou o peixe do meu prato e também com suas mãos, começou a retirar os espinhos do peixe e colocar novamente em meu prato! Escolheu pedaços de peixe que estavam em seu prato, disse que neles não havia espinhos e colocou no meu prato e assim começou a me servir peixe com as próprias mãos. Estávamos almoçando, Lelo chegou, sentou-se para almoçar. Serviu arroz e feijão, e como se fosse mãe, dona Onadir começou a servir outras coisas dizendo que ele era muito chato para

comer. Eu já estava satisfeita. Tinha deixado uns dois pedacinhos de peixe no prato, quando para minha surpresa, ela retira o resto de peixe do meu prato, retira os espinhos e coloca no prato de Lelo. A única coisa que pensei é que ainda bem que não foi o contrário! Fazendo isso ela disse que Lelo não sabia comer peixe, e que ela retirava os espinhos para ele por medo dele se engasgar!

Relatou que suas filhas não a visitam e que ela se sentia sozinha, por isso a opção por se casar novamente:

*“não é fácil, não é fácil! Olha, eu só me casei porque eu não tenho ninguém. Minhas filhas não me ajudam, eu não tenho uma aposentadoria, eu não tenho uma companhia, não tenho nada. Eu sou uma clandestina. Tu pensas que as minhas filhas vem para cá? Não. Ah, tu tens marido! Estão sempre cobrando que eu tenho marido. Mas nunca foram umas filhas que vem aqui. Se dão bem com o Lelo, assim, meias falsas, porque o pai delas ta morando com uma delas. Ela tem uma mercearia e ele ta cuidando e ela trabalha na clínica dela. Tudo na mesma casa. Aí eu disse, eu sou obrigada a arrumar um homem para mim. Eu vou ficar velha sozinha? Já aconteceu este problema comigo, deus tenha misericórdia, Jesus todo poderoso! A minha sorte foi o carro. Lelo leva para cá, Lelo leva para lá. Ninguém se envolve na minha vida, só eu, eu resolvo tudo”.*

Dona Onadir encadeou suas idéias no momento da entrevista de forma que trouxe elementos importantes que compõe suas condições de vida; porém, sua narrativa não foi isenta de contradições. Em sua narrativa o casamento se apresentou enquanto uma tática que contribuí para lhe proteger da solidão na velhice, colocando a família como um espaço moral em que ordena sua vida e que é referência para suas experiências na sociedade.



## 2.7. Pobreza e violência

A forma como aconteceu a minha inserção em campo delineou um estudo antropológico sobre narrativas biográficas e trajetórias de mulheres de camadas populares. São mulheres moradoras da cidade de Itajaí, que configuram a rede social deste universo de pesquisa. Estas mulheres apresentaram em comum narrativas biográficas demarcadas pela pobreza, pela instabilidade em relação ao emprego, pelo salário escasso incapaz de pagar todas as contas e por condições de moradias precárias.

Ao me aproximar dos conjuntos habitacionais localizados na periferia da cidade, houve a preocupação de algumas interlocutoras e pessoas que residiam no mesmo prédio em que eu me hospedava de me “*alertar*” sobre os “*riscos*” a que estava sujeita ao transitar em tais espaços sociais. Tais “*alertas*” não eram tácitos ao associar pobreza e criminalidade, o que por sua vez significa que vivenciar uma condição de pobreza vai além dos obstáculos para obter meios para a subsistência. O livro “As vozes do meio fio”, os autores falam de uma “cultura da evitação” (Silva; Milito, 1995) que é a forma como as camadas médias da sociedade brasileira se relacionam com os meninos de rua; esta idéia corrobora para reflexão sobre a forma como as camadas médias se relacionam com a periferia de sua própria cidade; significa dizer que a experiência de ser pobre expõe o sujeito à condição de ser confundido e rotulado como criminoso.

No entanto, durante o processo de trabalho de campo, emergiram algumas questões de violência presentes nas sociedades complexas contemporâneas ao considerar as trajetórias sociais e os itinerários urbanos destas mulheres procedentes de camadas populares da cidade de Itajaí, em Santa Catarina.

A objetivação do mundo de Andréa era perpassada por tensão provocada por sua condição de vulnerabilidade diante de sua condição de foragida da justiça. Isso, por sua vez, provocava uma relação de tensão que transitava entre uma assimetria entre etnógrafo/nativo e nativo/etnógrafo. Entretanto, predominava a assimetria etnógrafo/nativo, porque eu estava como pesquisadora vinculada a uma instituição pública e Andréa se apresentava como uma mulher que a qualquer momento poderia ser denunciada e encarcerada novamente. A cada vez que eu voltava na casa de Andréa esta questão se tornava visível, pois aos poucos, novos dramas eram revelados na medida em que ela se sentia segura em relação ao que eu buscava ali. A assimetria entre nós era mantida não apenas “em razão de nossas origens sociais e

culturais” (Oliveira, 2009: 129), mas principalmente em função de nossa condição social no momento do encontro etnográfico.

A violência faz parte do cotidiano das mulheres que compõe a rede social desta pesquisa. A enchente se configurou em mais um tipo de violência e trauma na vida dessas mulheres que vivenciam em seus cotidianos outras formas disseminadas de violência como a que, por exemplo, Andréa narrou sobre uma carreira ligada ao tráfico de drogas, ou dona Mariquinha ao narrar que a violência doméstica se fazia presente em seu cotidiano no período em que seu marido estava vivo.

Michelline Ramos de Oliveira realizou sua pesquisa junto a mulheres pertencentes a extratos sociais populares que passaram por experiências marcadas com episódios de violências e abusos. Parte de sua pesquisa se passou na cidade de Itajaí, privilegiando uma rede de mulheres de um bairro localizado na periferia da cidade e outra rede era formada por mulheres em condição de encarceramento num presídio. Seu trabalho se faz pertinente em decorrência de sua contribuição para o reconhecimento do ethos e das condições de vida de mulheres residentes na cidade de Itajaí. A pesquisadora atentou para a maneira como conformavam os conflitos violentos em suas falas sobre o crime, destacando assim certos códigos éticos-morais presentes em suas formas de vida. Formas de vidas estas em que se fazem presentes condições de miséria, fome, analfabetismo, segundo a autora características que marcam estes bairros marginais,

(...)Ou seja, espaços sociais onde drogas, homicídios, agressões físicas, estupros, exploração sexual e outras tantas violências encontram sentido na forma como restauram as lembranças das experiências de seus corpos e de suas mentes numa grande metrópole(...).  
(Oliveira, 2009: 129)

Seguindo a linha de pensamento de Cornelia Eckert (2007), em seus estudos da memória do cotidiano sob o enfoque da cultura do medo, em face das situações de crise e violência no mundo contemporâneo (Eckert, 2007: 61), é possível apreender, a partir de elementos das trajetórias de vida, as ações que permitem a estas mulheres enfrentarem o sentimento de medo e a vulnerabilidade do viver cotidiano (Eckert, 2007).

Eckert (2007) atenta para dissolução das relações sociais frente à condição de insegurança e vulnerabilidade que o indivíduo vivencia nas sociedades complexas contemporâneas. Teresa Caldeira (2000) mostra que o crime desorganiza a experiência do sujeito e provoca medo capaz de transformar os significados atribuídos aos espaços sociais em

questão. A forma como o medo social é construído por diversos meios de comunicação de massa apresentam evidências que reificam a relação entre crime e pobreza.

## **2.8. Condições de vida**

Debruçando-me sobre a rede social em que as interlocutoras desta pesquisa interagem, tornou-se possível apreender a conformação das relações sociais no que concerne a organização familiar, de parentesco e de vizinhança.

Estas mulheres apresentaram trajetórias sociais em que pesa a centralidade da família nas formas de vida. Narraram experiências perpassadas por questões de insegurança, instabilidade e dificuldades financeiras que por vezes se encontram no limiar da miséria e que promove a família a um espaço social em que acontece a realização da vida cotidiana.

Idnei, filho de dona Mariquinha coabita com a família no terreno da mãe. O trabalho de dona Mariquinha na praça e eventuais trabalhos de diaristas, ou lavando roupa de rapazes conhecidos, viabilizam a sobrevivência dela e da família de seu filho, diante das condições impostas pela exigüidade do salário de Idnei e instabilidade provocada pela carreira de músico que o contexto social em que vive oferece. A família aparece, neste caso, enquanto importante referência na trajetória do indivíduo.

Dona Onadir, apesar de seus 66 anos de idade não é aposentada. Dividiu sua casa em outros espaços que pudessem ser habitados por apenas uma pessoa em cada cômodo. Dessa forma, agrega a renda familiar uma contribuição que ajuda a suprir algumas necessidades diárias.

Na rede social em questão há grande mobilização do trabalho feminino por conta da insuficiente renda familiar. O trabalho exercido por estas mulheres apresenta fragilidade por causa da idade avançada delas – dona Mariquinha, dona Onadir -, problemas de saúde – Beth, Andréa, Marlene – e a falta de especialização de mão de obra que as condições vigentes no mercado impõem. Em consequência disso, a pequena renda obtida, embora seja fundamental, pouca diferença faz na provisão do dia-a-dia, pois não há garantia de uma renda mensal mesmo que seja pequena.

Dona Mariquinha ao lavar roupa de rapazes que trabalham no estacionamento do hospital, dona Onadir ao “coabitar” com inquilinos, Marlene em sua tentativa de vender

roupas de casa em casa, desenvolvem mecanismos de trabalho informais a fim de obter um complemento à renda familiar.

A narrativa destas mulheres atenta para práticas de solidariedade entre relações familiares que cumprem importante papel na sobrevivência cotidiana. O “processo de re-coabitação”<sup>27</sup> (Peixoto, 2007) aparece nas configurações espaciais das moradias de dona Mariquinha, Marlene e Beth. As redes de solidariedade que se constituem nestas redes familiares desempenham uma espécie de “assistência social” que inclui complementação de renda familiar, cuidados dos netos pequenos, e construção da própria casa que edificam na extensão da casa dos pais.

---

<sup>27</sup> “Retornar para a casa familiar, ou ir morar na casa de um (a) filho(a) introduz uma nova dinâmica na organização doméstica: a reorganização do espaço – abrir, criar lugares para receber o novo(s) membro(s); a adaptação das regras, horários e tarefas às necessidades e atividades de cada um, e do grupo em particular. Morar com três ou quatro gerações implica em uma contribuição material e financeira, mas, também, em um suporte moral e afetivo no apoio logístico do cotidiano doméstico”. (Peixoto, Luz 2007)



# Capítulo 3

## A enchente de 2008: ruptura no cotidiano das famílias e a formação de redes de solidariedade de emergência



Cenas de guerra, drama, tragédia humana eram as definições que chegavam aos nossos olhos e ouvidos sobre o que estava acontecendo no Estado de Santa Catarina. A tragédia que se iniciou no dia 22 de novembro de 2008 em Itajaí, quando as águas começaram a subir e ocupar as casas da maior parte da população, instaurou um cenário desolador de drama humano. Foram inúmeras perdas, não somente materiais como também de vidas.

As chuvas de agosto, setembro e outubro de 2008 elevaram o nível dos rios da Bacia do Itajaí, encharcando o solo e culminando na maior tragédia vista na região. No dia 22 de novembro a cidade de Itajaí começou a ser inundada, o que expôs mais uma vez a fragilidade e vulnerabilidade da região. A prestação de serviços básicos foi afetada. A cidade ficou submersa e, em consequência disso, foram interrompidos os abastecimentos de água, energia elétrica, serviços de telecomunicação e transportes. Apesar de ser uma tragédia atribuída a fatores naturais, os danos provocados na região foram reforçados pela forma de organização sócio-espacial. Fenômenos de ordem naturais relacionados a problemas de organização sócio-espacial resultam em um desastre, que pode ser compreendido como “(...) um acontecimento, ou uma série de acontecimentos, que altera o modo de funcionamento rotineiro de uma sociedade. Estes acontecimentos são provocados por uma grande variedade de agentes naturais ou criados pelo homem (...)” (Mattedi; Butzke, 2001: 09).

O professor de História da FURB, José Roberto Severino foi a primeira pessoa que entrevistei em Itajaí, pois no período da enchente ele participou como voluntário da Defesa Civil; analisou o fenômeno no seu processo histórico. Segundo ele, não há um planejamento urbano para a cidade de Itajaí que leve em conta o ciclo das cheias:

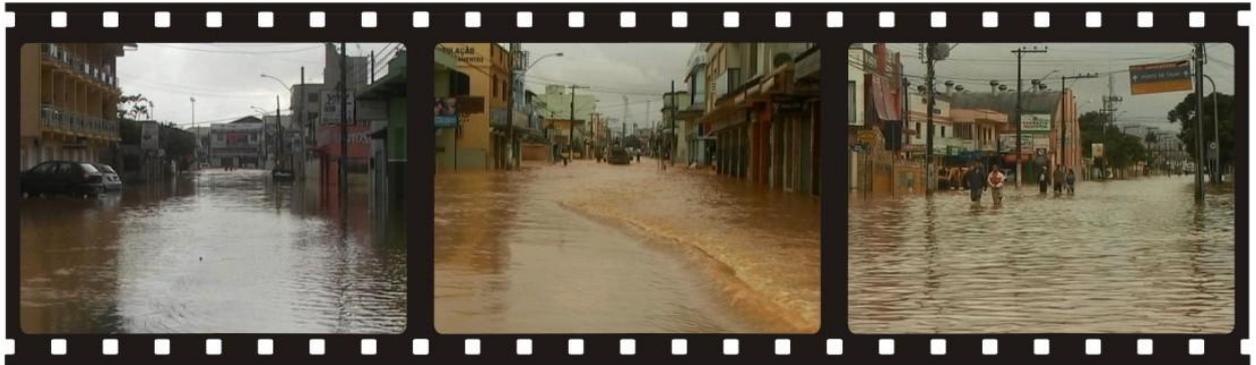
*“têm algumas regiões da cidade que conseguiram fazer parte dos 10% que não foram atingidos porque faziam parte das sesmarias portuguesas que não ficam nenhuma delas dentro da água. O que provavelmente foi um aprendizado com as populações nativas que viviam aqui, que tinham uma experiência da relação com estas dinâmicas das águas aqui. Então, isso é um dado importante. A cidade ficava parte dela, numa área não inundável, por experiência, e uma área inundável por ciclos, e isso já era por si só um problema que precisava ser tratado, por que a cidade se expandiu e hoje ela cresceu ainda mais para áreas de ciclos menores de enchentes, são anuais. Então quanto mais a cidade se expande mais a dinâmica de chuva é perversa. Recentemente foram inaugurados três grandes loteamentos em áreas deste tipo, loteamentos populares. Então é uma problemática do presente, esta expansão urbana desenfreada”.*

A enchente que aconteceu em novembro de 2008 em Itajaí evidenciou a vulnerabilidade da região afetada. As inundações, as enxurradas, os escorregamentos e outros movimentos de massa envolveram em situação de catástrofe mais de 1,5 milhões de catarinenses, dos quais cerca de 140 mortos e cerca de 80.000 desabrigados ou desalojados

(Diomário de Queiroz, 2009.). Segundo dados da Defesa Civil de Itajaí, foram dois casos de vítimas fatais.

No período de pesquisa, a paisagem urbana permanecia fortemente marcada, evidenciando o nível em que a água chegou. Tais marcas não se limitavam aos muros e paredes das casas; eram marcas latentes nas vidas de quem teve suas casas afetadas pela água. Além de adultos e crianças, ainda abrigou animais de estimação destas famílias.

Embora seja uma lembrança de um tempo recente, pois a cidade em geral se encontra em processo de reconstrução, é por meio dela que os habitantes da cidade de Itajaí refletem sobre seus tempos vividos “de forma descontínua” (Bachelard, 1994; Eckert, 1995) e reinventam suas condições de existência, por isso, compreende-se a memória social como um conhecimento de si e do mundo a partir da convivialidade no espaço social (Halbwachs, 1990). Relatos dramáticos como o de Dona Mariquinha e Marlene estão bem vivos na memória dos moradores da cidade de Itajaí que tive a oportunidade de conversar sobre a experiência de vivenciar a enchente.



### **3.1 Redes de solidariedade de emergência de nível institucional: a Defesa Civil de Itajaí e a igreja Testemunhas de Jeová**

#### **Roberto: voluntário na Defesa Civil de Itajaí**

José Roberto Severino é professor de História da FURB e quando não estava na universidade, encontrava-se na Livraria Aberta que se localiza no Centro de Itajaí, em uma casa tombada como patrimônio histórico. Entre 2005 e 2008 ele foi Superintendente da Fundação Genésio Miranda Lins, responsável pela coordenação do Arquivo Histórico e do Museu da cidade. Ele nasceu em Itajaí. Hoje sua casa se encontra na área que não foi atingida pela enchente, mas por fazer parte da estrutura de governo vigente no período, foi convocado para integrar a equipe que traçaria um plano de prevenção caso a enchente acontecesse.

Segundo Roberto, no mês de outubro e novembro, aconteceram chuvas permanentes - praticamente 40 dias de chuva sem cessar -, período em que não era possível sequer ver o sol. Após dia 15 de novembro, emitiram um alerta de que havia um risco de enchente. Blumenau e todo o Alto Vale de Itajaí tinham um sistema de monitoramento de alguns afluentes do Itajaí Açu. O risco de uma enchente passou a ser divulgado pela imprensa. A partir daí, começou a mobilização da administração da cidade para que toda a estrutura de governo fosse integrada no esforço de traçar um plano de prevenção, pois havia um risco considerável que ameaçava a cidade com seus cento e oitenta mil habitantes (180.000 h). Na semana de eventos, 20 de novembro, a chuva não cessou, a Defesa Civil compreendeu que era inevitável a enchente.

Diante de uma situação que não poderia ser evitada, a questão que se colocava era: que mecanismo de defesa a Defesa Civil adotaria? Dois dias antes fizeram uma previsão e a Defesa Civil passou a trabalhar com níveis de alerta. No dia 20 a possibilidade de uma enchente acontecer chegou ao alerta vermelho. A Defesa Civil não era estruturada com planos para cada nível de catástrofe. O que havia estava no plano das idéias, além de alguns contatos. Roberto explicou que a enchente de 2008 poderia ser mais catastrófica se comparada a outras cheias que haviam acontecido:

*“O alerta vermelho diz: vamos levantar as coisas, porque a gente não sabe o nível que a água vai chegar. A enchente de Itajaí não foi mais catastrófica porque os níveis do Itajaí Açu ficaram quatro metros abaixo dos níveis atingidos nas enchentes de 1983 e 1984, que chegou perto de 16 metros. Agora chegaram perto de 12 metros. Assim seria uma enchente muito mais impactante. Semelhante a uma que já houve, em 1911, mas é muito rara, por isso que a taxa de retorno dela é menor. A pergunta era: quanto da cidade será inundada?”*

No dia 22 de novembro, sábado, a possibilidade de uma enchente se tornou realidade, pois a cidade começou a ser tomada pelas águas. Roberto seria o responsável pelos cuidados com o patrimônio histórico da cidade. Diante das necessidades impostas naquele momento, deslocou-se para a Defesa Civil, porém, dadas as circunstâncias de emergência e ruptura, ele foi levado a se tornar um voluntário na área de comunicação da Defesa Civil.

A partir do dia 21 de novembro sabia-se que haveria uma enchente, porém não na dimensão que assumiria. Roberto descreveu que a sede da Defesa Civil ficava num lugar chamado Barra do Rio, uma antiga sesmaria portuguesa, localizada numa área alta aonde os imigrantes alemães e italianos chegavam. Era o lugar onde as embarcações aguardavam o momento de migrar para colônias. Uma área seca ocupada pelos portugueses desde o século XVIII. Ali se encontrava a instalação física da Defesa Civil e outras Secretarias.

Na sexta-feira e no sábado Roberto recorreu à Defesa Civil para tratar de assuntos referentes ao patrimônio histórico e, preocupado com a situação da enchente, relatou:

*“Fui para lá cobrando uma série de coisas e o Sérgio que era o responsável me apresentou para algumas pessoas: vai aqui conversando com a secretária tal... e eu fui indo lá ao longo da sexta-feira. No sábado eu fui lá umas duas vezes e na terceira vez que eu fui, eu fui com a minha companheira, a gente pegou o carro e fomos lá resolver uma situação e faltava uma pessoa para atender ao telefone e eles estavam com problemas porque as pessoas ligavam muito e ela sentou, ela sentou ajudando no telefone e eu ajudando em outra parte e dali não saímos mais. Porque nós ficamos lá e a noite começou a encher, da tarde para a noite começou a chover, e no domingo então, a enchente já estava na cidade”.*

Ao longo do sábado, Roberto entrou em contato por telefone com funcionários, parentes e amigos, para confirmar a possibilidade da enchente e para alertá-los sobre a necessidade de proteger as suas casas. Se a casa fosse numa área que sofreu alagação em 1983/1984, a orientação da Defesa Civil era para que a pessoa saísse da casa. Segundo Roberto, havia dados concretos disso, recebidos pela Defesa Civil do Estado e pela Defesa Civil de Blumenau. Desta forma, a experiência que Roberto viveu de Defesa Civil foi um mero acaso.

Na passagem de sábado para domingo Roberto decidiu chamar mais pessoas para ajudar. Recorreu a todos os funcionários e os comissionares da Fundação para trabalhar na Defesa Civil. Desta forma, montaram uma central de telefone, porque só havia um telefone na Defesa Civil, o que causaria problemas de comunicação: *“Tiraram a central telefônica da Fundação, levaram para lá, e aí tinham 20 telefones!”*, explicou o entrevistado:

*“Juntaram os aparelhos, foram buscar na Secretaria da Criança, e criaram toda uma estrutura, incluindo colchonetes. Fiquei todo o tempo da enchente que foi praticamente dez dias, dormindo lá, comendo sanduíche e bebendo água, mas no domingo e na segunda-feira não se comeu nada, pois não tinha comida e não havia como sair do local”. (Entrevista, 29/10/09)*

*“Nós viramos as noites recebendo telefonemas porque as pessoas ligavam para o número da Defesa Civil pedindo para serem resgatadas, porque as pessoas foram para cima das casas, e aí foi uma situação de emergência. Não tinha água, banheiro entupido, porque não tinha esgotamento. Faltou água, faltou energia. Então nós trabalhávamos com gerador para alimentar a casa da Defesa Civil”.*

Em alguns momentos a narrativa de Roberto apresentou elementos que evocavam a idéia de “*communitas*” desenvolvida por Victor Turner (1974). Isso porque a situação de “*communitas*” seria caracterizada pela “*liminaridade*”, que pressupõe a suspensão temporária, neste caso, de “*status*” demarcados. Roberto considerava a situação em que se encontrava semelhante à de quem estava na rua: estavam sem água e com a energia elétrica suspensa, parte dos telefones suspensos. Os celulares, quando a água chegava a uma torre de transmissão, a companhia parava de funcionar. Era uma ou outra companhia que tinha as torres no alto; se uma parte do sistema fosse atingida, seria interrompida a comunicação. Os canais locais de televisão pararam aos poucos até ficar somente o canal da universidade, uma TV local e a rádio da universidade. O funcionamento de tudo o que havia na cidade, do porto até o mais humilde comércio cessou. Roberto relatou que “*toda a cidade foi parando aos poucos*”.

A enchente expôs o total despreparo do poder público em lidar com uma questão recorrente na cidade. No dia 23 de novembro, o então prefeito de Itajaí Volnei José Morastoni, decretou situação de calamidade pública<sup>28</sup>. O caos instaurado no Estado de Santa Catarina repercutiu em todo o país e gerou mobilizações de solidariedade às vítimas. O drama vivido por Roberto evidenciou que não havia um plano efetivo para situações de emergência. Desta forma, o “evento crítico” (Das, 1995a) instituiu novas formas de agir que resultou, momentaneamente, em uma nova configuração de papéis sociais para os atores envolvidos, como se pode observar na narrativa de Roberto sobre o momento de “*communitas*” em que se encontrava. Sua narrativa mostrou os desafios que eram colocados a cada dia que a cidade estava tomada pelas águas e como estes atores sociais se adequavam àquela circunstância:

---

<sup>28</sup> Decreto nº 8.760, de 23 de novembro de 2008. Declara em situação anormal, caracterizada como calamidade pública a área do município afetada por enchentes ou inundações graduais.

*“Ficamos neste trabalho, até chegar segunda-feira que a notícia se espalhou pelo Brasil e aí começou um segundo processo que é de como a gente faz, onde que a gente vai alojar estas pessoas, que precisa alojá-las e o que a gente faz daqui para frente, que passos vão ser dados. Por que como a Defesa Civil, eu não era da Defesa Civil, estava na Defesa Civil, a Defesa Civil estava cuidando de salvar as pessoas lá, toda a equipe com os bombeiros. Nós ficamos com a responsabilidade dos telefones”.*

Roberto estava responsável pela emergência e mantinha contato direto com os bombeiros através de um rádio. Desta forma, ele solicitava o que fosse necessário para os bombeiros que se encontravam na rua. O telefone fixo da Defesa Civil não tivera seu funcionamento afetado. Até o domingo era apenas o corpo de bombeiros da cidade; a partir da segunda-feira começou a chegar o corpo de bombeiros de algumas regiões vizinhas como Florianópolis e Joinville. Chegaram voluntários. Vieram voluntários de diversas ordens, alunos da Universidade Federal do Paraná vieram para contribuir, para trabalhar na cidade.

Para Roberto, nos primeiros dias, apresentava-se o problema de primeiro salvar as pessoas e depois alojá-las num lugar seguro. A pergunta que ficava era: que lugar seria este? Ao longo de uma semana de cheia, segundo Roberto, vários problemas se apresentavam e a Defesa Civil da cidade respondia de uma forma amadora. A UNIVALI foi um dos lugares que ativaram para servir de abrigo. Num primeiro momento era um número próximo a 40 mil pessoas desalojadas. O alojamento ficou sob responsabilidade da Defesa Civil e foram 40 mil pessoas e instituições públicas sob responsabilidade da Defesa Civil.

Terminada a etapa de retirar e salvar as pessoas começou a segunda etapa, *“porque a água não baixou, encheu e ficou”*, comentou Roberto. De segunda para terça-feira começaram um trabalho de suprir a falta de água potável. Entraram em contato com quem poderia fornecer, de fora da cidade, água potável, fraldas, mantimentos secos e gás de cozinha. Houve logística para isso. De segunda para terça-feira começou a chegar o Exército. Na quarta-feira chegou a Força Aérea, que levou dias para montar um hospital.

*“Mas, como tu acompanhastes pela imprensa a gente ficou do dia 21 de novembro até dezembro com isso. Foram praticamente três semanas de desespero. Nos dez dias depois quando a água começou a baixar nós tínhamos outro problema que era acompanhar o retorno para casa, que casa? Teve lugares que a gente teve que interditar, existia todo um cuidado, então nós é que fazíamos isso, junto com os engenheiros, o pessoal do porto. A minha experiência foi a de participar voluntariamente, mas como um cidadão que estava vendo a sua cidade numa situação de emergência. A gente estava numa posição estratégica que permitia que contribuíssemos mais, porque nós tínhamos telefones, depois conseguimos restaurar a coisa da internet, isso tudo possibilitou trazer recursos buscar alternativas, relocar pessoas, criar dinâmicas de abrigos porque os abrigos precisavam, não havia um plano de como as pessoas se comporta nos abrigos, Blumenau tem um jeito, Itajaí tem outro. Então cada lugar foi dando uma resposta aos problemas de uma forma amadora”.*

Vale lembrar que a experiência narrada por Roberto pode ser aproximada do conceito de evento crítico para analisar situações em que há uma ruptura no cotidiano ocasionada por violência, dor, sofrimento elaborado por Veena Das (2004).

A descontinuidade no cotidiano provocada pela enchente revelou elementos dramáticos das relações sociais, como o fato de divergências políticas partidárias virem à tona no momento de organizarem as doações de provimentos vindos de outras regiões do país. A distribuição das doações se apresentou como oportunidade para agentes políticos agregarem prestígio em seu favor, conforme Roberto narrou:

*“A hora que começa a chegar os donativos, os políticos, os vereadores começam a se arvorar Porque? Eles querem ser os responsáveis pelo atendimento, pelas doações. E isso é uma outra coisa que tem que ser pensada, me parece assim. Porque a gestão disso não deve ficar nas mãos dessas pessoas. Houve uma dificuldade num primeiro momento, mas o prefeito tomou a frente novamente, não, isso daqui vai ficar sob responsabilidade... nomeou pessoas para ficarem responsáveis. Porque você tem roubo nessas horas, tem as vontades das pessoas de terem as melhores coisas, a melhor parte do quinhão daquilo que veio. O drama humano ele trás o melhor e o pior do ser humano, né? Aí tinha uma galera ali que era muito dedicada, mas também tinha um povo que não era tanto”.*

A posição de gestor que Roberto ocupava naquele momento lhe oferecia autoridade para deslocar os funcionários da Fundação e do Museu a fim de que desempenhassem funções na reorganização das escolas e postos de saúde que foram afetados pelas águas:

*“Aí, os funcionários da Fundação, praticamente na hora que baixou a água nós mandamos todos para lá. Nós ficamos com a Fundação, com o Museu fechados, até que fosse feita a doação de alimentos, de água, dobrar as roupas. Ficaram neste trabalho. Mas aí foi uma decisão minha como gestor, não foi ordem do prefeito. A ordem era: bem, as escolas, por exemplo, estavam cheias de água, né. Então o objetivo era, bom as pessoas vão para a escola para contribuir. O impacto da enchente foi grande, os postos de saúde, praticamente todos foram tomados pela água”.*

A fala de Roberto revelou sua interpretação sobre seu papel social, sua experiência frente àquele evento. Partindo de sua posição, ele discorreu sobre o tempo vivido, tempo que colocou em evidência o despreparo do poder público com lidar em situações de ruptura:

*“Foram muitos dias, eu fiquei sem ver meu filho, sem ver minha família, nós ficamos dentro da defesa civil sem dormir direito, sem comer direito, mas era a realidade de todo mundo, né? Todo mundo estava vivendo uma realidade parecida com esta. Eu não participei da Defesa Civil como funcionário, eu participei como cidadão. Foi uma experiência e tanto porque a gente tem, daquele local que estávamos na central de telefones, um ponto de vista geral da situação. Isso nos causa uma impressão muito marcante da falta de planos, e ao mesmo tempo da capacidade dos bombeiros de agir, porque eles foram muito eficientes, tanto que em Itajaí morreram duas pessoas apenas. Mesmo com a situação caótica que se colocou, porque tem que ser colocado isso, é caótica e a gente tem que torcer para que isso não se repita muito, sabendo que se repete. A torcida não resolve nada, tem que torcer para arrumar então! Criar mecanismos, planejar.*

*Tem que ter planos e tem que ter recursos, porque planos tinha. Tem que canalizar os recursos para efetivar os planos. O plano tem que existir na prática”.*

A mudança de local da sede da Defesa Civil de Itajaí não é considerada positiva segundo a narrativa de Roberto. Para ele, o futuro da cidade depende de um planejamento que leve em conta a questão das cheias e a expansão urbana frente a isso:

*“Agora foi criado outro ambiente para a Defesa Civil que do meu ponto de vista, e aí é pessoal, que é engano, porque ela foi colocada exatamente numa área que corre risco. Tem a vantagem de estar de frente as áreas que mais sofrem, que é o bairro São Vicente e os Promorares que são loteamentos em área de várzea. Ela é próxima da BR 101, para o caso de uma evacuação. Mas a defesa Civil é a última a ter que se evacuar de algum lugar. Ela tinha que estar num outro lugar, não ali onde foi colocada agora. Neste governo eles mudaram de base. Mas me parece que falta muito a ser feito. Nós não temos condições de pensar o futuro da cidade sem um planejamento adequado disso porque a expansão urbana vai ainda causar mais impacto. Porque estes loteamentos populares dos quais eu falava a pouco, eles, ainda não são ocupados. Então, você vai ter aí mais umas milhares de pessoas morando em áreas que serão atingidas nos ciclos menores de cheia. Imagina nos grandes ciclos, nestes de a cada vinte anos aí”?*

O drama vivido por Roberto no período da enchente, período em que a cidade era administrada pelo partido político a que é filiado – Partido dos Trabalhadores -, foi organizado por uma argumentação linear sobre o evento. Ao final, sua narrativa trouxe elementos que constituem uma análise crítica e as medidas adotadas pela nova administração, que no momento em que realizei a entrevista, era de competência de um partido de oposição ao seu - Partido Progressista. Por meio de sua narrativa, sua trajetória de trabalho como professor de História de nível superior emerge. Sua participação naquele momento como voluntário e seu conhecimento acerca do processo histórico sobre a formação da região do Vale do Itajaí fundamentaram seu “prognóstico pessimista” sobre o planejamento urbano da cidade em que nasceu. Sua narrativa atenta para as desigualdades sociais e para a inevitabilidade de outras enchentes em que o sofrimento será legado aos pobres, porque eles vivem sob uma condição de segregação sócioespacial urbana e, em consequência disto, habitam áreas expostas aos riscos das cheias.

## **Paulo**

*“Ficaram umas 22 pessoas aqui e todos os dias almoçavam aqui umas 50 pessoas, ajudávamos entregando cestas básicas. Então a gente ajudou a socorrer algumas pessoas da região, na casa de um amigo aqui perto também ficaram umas 30 pessoas, na casa de outra vizinha que não entrou água ficaram umas 15 pessoas. Nós temos um salão de congressos, um salão de assembleias que ficaram 575 pessoas, foram cuidadas, recebendo café da manhã, almoço e janta. Os irmãos de outras congregações como Florianópolis, Brusque mandaram para cá cestas básicas, comida, carne, ajudaram muito realmente”.*

A narrativa de Paulo oferece a possibilidade de nos aproximar da complexidade das redes de solidariedade que se configuraram a partir do evento crítico (Das, 1995) provocado pela enchente no Vale do Itajaí em novembro de 2008. Trata-se de uma rede de solidariedade que não será desmembrada aqui, mas que pela narrativa de Paulo, apresentará elementos para a reflexão sobre o engajamento de comunidades religiosas nos processos de ajuda e solidariedade que se formam frente às catástrofes.

Entre em contato com Paulo, através de Vera que, tendo conhecimento do meu tema de pesquisa e interesse em redes de solidariedade instauradas a partir da enchente, colocou-me em contato com membros da igreja Testemunhas de Jeová para me apresentarem a experiência da igreja durante o período em questão.

Paulo é ancião há mais de trinta anos; é casado e tem três filhos. É metalúrgico aposentado, proprietário de uma empresa em São Paulo. Ao se aposentar, abriu mão de sua vida na cidade de São Paulo e se mudou para Itajaí com a família, onde se dedicaria de forma integral para o reino<sup>29</sup>. Mora numa casa no bairro São João, em uma área que não foi atingida pela enchente. Por isso, assim como inúmeros moradores, sua casa serviu de abrigo para parentes e amigos, no seu caso mais especificamente, pessoas ligadas à igreja Testemunhas de Jeová.

Para que eu pudesse acessar outros membros da igreja, fez-se necessário passar por alguma liderança. Em sua casa, Paulo me disponibilizou material referente à enchente e pediu para que sua filha Cris me levasse para conhecer o Salão de Assembléias das Testemunhas de Jeová.

A partir do contato com Paulo, conheci outros membros da igreja.

Segundo Paulo, a Igreja<sup>30</sup>, em situações de calamidade pública, desempenha atividades de socorro às vítimas de forma paralela à Defesa Civil. Mesmo antes de a Defesa Civil comunicar à população que a água subiria, eles foram informados por membros considerados fontes seguras, de que a enchente era inevitável. Desta forma, os membros da Igreja tiveram

---

<sup>29</sup> Forma que os membros se referem à igreja.

<sup>30</sup> É sabido que as instituições religiosas se mobilizam frente às catástrofes formando redes de solidariedades; nesta pesquisa o recorte será especificamente da experiência da igreja Testemunhas de Jeová, através da narrativa de Paulo.

tempo de suspender seus móveis e abandonar suas casas. Diante da iminência de uma enchente, começou a mobilização da comunidade ligada à igreja em formar as redes de solidariedade para abrigar as pessoas que deixariam as casas. A narrativa de Paulo se caracterizou pela riqueza de informações sobre a mobilização de uma rede de solidariedade formada através dos membros da igreja e as ações de ajuda promovida por eles:

*“Na verdade as testemunhas de Jeová alertavam as pessoas a saírem antes da enchente. Quando em muitas casas a água começou a subir, já foram abrigados na casa de outros irmãos. Acontece que foram muitas pessoas para o salão da assembleia, e conforme a água subia, vieram alguns irmãos de Balneário Camboriú que tinham lanchas, entraram nas ruas da Cidade Nova, Nilo Büttencourt e São Vicente e começaram a trazer os irmãos. E junto com as testemunhas de Jeová, socorreram também outras pessoas que estavam ilhadas, total de 500 testemunhas de Jeová e 75 eram outras pessoas”.*

Levando em conta as peculiaridades desta rede de emergência, faz-se pertinente novamente atentar para a noção de evento crítico de Veena Das (1995) para refletir sobre a mobilização desses atores sociais frente às situações extraordinárias instauradas como “micro-eventos” recorrentes do “evento maior” que fora a enchente. Na ausência do poder público, os atores sociais desempenharam papéis sociais diferentes daqueles vividos em seu cotidiano. Segundo Paulo, havia um trabalho da Igreja Testemunhas de Jeová paralelo ao desempenhado pelas autoridades públicas, pelo fato de os fiéis partirem do princípio de que, ao zelar pela comunidade ligada à Igreja, além de cumprirem os mandamentos de Cristo – principalmente o amor pelo próximo -, exoneram o Estado dos encargos referentes a tal demanda. Assim, conforme o relato de Paulo, o primeiro momento frente à possibilidade de uma ruptura a Igreja mobilizou recursos para o atendimento de emergência e quando a água baixou centraram os esforços em ajudar na reordenação do caos provocado pelo volume de água. Houve o cuidado com a segurança, pois, ao abandonar as casas, estas se tornariam vulneráveis não apenas aos estragos provocados pelas águas, como ficariam expostas ao crescente número de saques, conforme Paulo relatou:

*“Essas pessoas foram socorridas e acolhidas e depois houve um trabalho de limpeza das casas, aí vieram irmãos de Brusque, Jaraguá, Joinville, Blumenau vieram para cá já com baldes, vassouras, cândida e outros produtos nos carros, já limpavam as casas dos irmãos, e depois da casa dos irmãos, eles iam para outras casas ajudar também. Houve muitas dedicação também em cuidar das casa dos irmãos, porque houve muito saques também, né. Barcos nossos que eram para levar as coisas, foram roubados também, comida, roupas, produtos de limpeza. Nestas situações se perde um pouco da noção do certo e do errado. A gente viu pessoas que ficavam com muitas cestas básicas, colchões, 40/50 colchões que não precisavam, não precisava tanto. Diferentemente do pessoal, das testemunhas de Jeová, que sobrou duas carretas de mantimentos porque os irmãos estavam satisfeitos e dispensaram. Foi levado para outras pessoas, por exemplo, estava tendo outra calamidade em Belo Horizonte e foi levado para lá. A nossa obra é feita em 236 países de forma voluntária”.*

Ao entrar em contato com Paulo, pretendia conhecer as suas interpretações em relação ao evento e à sua participação na mobilização para ajudar os atingidos pela enchente. Centrei os esforços para me aproximar das suas representações sobre as formas de enfrentamento que uma rede social pertencente a uma comunidade religiosa assume num momento de crise. Conforme Paulo explicou, a rede de solidariedade de emergência que a igreja forma frente a calamidades públicas, é de ordem mundial. Desta forma, a matriz localizada em Nova Iorque aciona os demais países, se necessário, e distribui os donativos. O foco de ajuda, num primeiro momento, são os membros da Igreja. A distribuição dos donativos é feita de forma controlada, pois as cidades atingidas pela crise precisam repassar um relatório do destino dado aos donativos:

*“Qualquer socorro que precisa é prestado por um grupo de pessoas lá de Nova Iorque que têm várias filiais que fazem as revistas para a gente, a Sentinela, a Desperta!, bíblias, catálogos, revistas em 512 idiomas. Então quando tem catástrofes, eles se juntam, vão primeiro até as pessoas que são testemunhas de Jeová e dessas pessoas que são testemunhas de Jeová, ajudam pessoas de outros grupos. Eles confiam que as testemunhas de Jeová vão fazer bom uso não só dos recursos, do dinheiro, das cestas básicas, a água, o leite, a comida, como de qualquer outro recurso. Para você ter uma idéia, depois da enchente, esta filial que tem no Brasil e que fica em São Paulo passou um relatório para os EUA, e eles mandaram recursos para cá, para comprarem cento e tantos mil reais de móveis, geladeiras, fogões, mesa com quatro cadeiras, cama de casal, cama de solteiro, com colchão e tudo, cômoda, guarda roupa, roupas de cama. Após isso, todos os que receberam, testemunhas de Jeová, estudantes e tal, eles fizeram um recibo de adoção com o valor. A maioria das pessoas envolvidas teve que reconhecer firma e foi mandado para a associação, como são donativos voluntários de várias pessoas do mundo inteiro, cada recurso deve ser usado com responsabilidade e também com honestidade. Não é correto porque é uma ajuda voluntária, não saber em que seu dinheiro será empregado. A nossa associação vai fazer a doação, mais tem que reconhecer firma, foi fotografado tudo o que foi entregue e mandado para a associação. Porque além de ser uma associação bíblica é uma associação filantrópica que procura ajudar em casos de necessidade. A organização é em âmbito mundial. No caso de Itajaí, foi uma calamidade local, foram acionadas as igrejas a nível nacional. Quando há uma calamidade muito grande, aí sim outros países participam em mandar ajuda. Por exemplo, em casos de tsunamis, é caso que move a nossa organização de outros países. Enviam donativos, enviam alimentos, enviam roupas. A igreja envia para os nossos irmãos, aí eles recebem e atendem não apenas nossos irmãos, por que somos orientados pelo princípio do amor, e outras pessoas também são auxiliadas. No caso de Itajaí, no domingo quando a água começou a subir e percebemos que a calamidade seria grande, então várias igrejas de Florianópolis, São Paulo, Curitiba, sabendo através da mídia o que estava acontecendo já começaram a se mobilizar e nós começamos a receber telefonemas perguntando o que seria necessário e para onde mandaria estes donativos que eles começaram a recolher. Então, por exemplo, o primeiro caminhão que chegou ele veio de Florianópolis, e nós começamos a direcionar. Qualquer doação que veio de alimentos, roupas, remédios mandem para o nosso Salão de Assembléias, por que: porque lá foi o lugar designado pela nossa associação que nós receberíamos não só nossos irmãos, mas as pessoas de necessidade”.*

A rede de solidariedade emergencial formada a partir dessa instituição religiosa permite pensar nas formas e dimensões que assumem a construção de uma rede de solidariedades, tendo em vista quais são os valores que permeiam tal contexto e qual a

abrangência desta rede social. A rede de solidariedade emergencial deste grupo é estendida para as pessoas que estão em processo de se tornarem membros da Igreja, estudando a Bíblia:

*“teve vários irmãos nossos desabrigados que nós colhemos e levamos para o Salão das Assembléias, em Balneário Camboriú, por exemplo, têm irmãos que tem barcos, lanchas, então cederam para nós. Uma das áreas mais atingidas foi aquela perto da rodoviária, mas onde a água mais subiu foi no bairro Cordeiros, então tinha irmãos nossos lá com barcos, lanchas resgatando e buscando nossos irmãos. Nossos estudantes seriam todos auxiliados”.*

A igreja Testemunha de Jeová, em seu âmbito mundial, dispõe de uma estrutura capaz de ajudar pessoas em situações de emergência. Porém, Paulo enfatizou que o trabalho da igreja é de evangelização, eles são orientados pelos de Jesus referentes ao amor, mas estão prontos para atender necessidades materiais. Quando a chuva cessa e a água baixa a situação das pessoas que tiveram suas casas atingidas continua penosa. Voltar para casa – no caso de ainda ter casa – significa que precisa de ajuda para recomeçar. Neste cenário de destruição, houve mobilização para ajudar as vítimas, arrecadando alimentos, roupas, itens de primeira necessidade, como água potável e produtos de higiene e limpeza.

### **3. 2 O drama de abandonar as casas: redes de solidariedade de emergência de nível institucional**

#### **Liderança de um abrigo público temporário**

Maria, pedagoga, 57 anos de idade. É mãe de quatro filhos e viúva há doze anos. A experiência de Maria é diversa, pois ela ficou responsável pela liderança de um abrigo. No período da enchente, a cidade era administrada pelo Partido dos Trabalhadores, PT. Este, no entanto perdera as eleições para o Partido Progressista, PP, que iniciaria sua administração em janeiro de 2009. Na administração do PT, Maria trabalhava para a Prefeitura, como pedagoga, na coordenação de um projeto de Escola para o Lar. Sua casa foi invadida pela água que atingiu um metro e oitenta centímetros de altura. Assim como 80% da cidade se encontrava imersa, a alternativa que Maria encontrou foi a de migrar para a casa de um filho que morava no piso superior de um sobrado. Deslocaram-se ela, outro filho e o neto que moravam em sua casa.

*“Meu filho e meu neto moravam junto comigo. Foram atingidos junto comigo. O outro morava no andar de cima de um sobrado e nós ficamos ilhados na casa dele. Na segunda-feira amanheceu um dia de sol e aquela água toda parada. Ficou assim, segunda terça e quarta. Daí aquele sol, a gente lá em cima sem ventilador, não tinha luz, sem televisão, sem comunicação”.*

Quando se tornou possível sair da casa de seu filho para ver as condições em que sua casa se encontrava, esteve diante de uma sensação de impotência. Ao percorrer a rua onde morava a lama era a cor predominante nos muros e nas paredes das casas. O simples gesto de abrir a porta da casa veio acompanhado do desejo de abandonar o que levava uma vida para construir: *“Dá vontade, Débora, de fechar a casa, botar uma bomba e ir embora”*. Nada estava no lugar, nada mais voltaria ao lugar. Na esperança de que o nível da água não subisse tanto, Maria, assim como inúmeras pessoas, suspendeu tudo o que pôde. Entretanto, foi uma tentativa inútil de proteger seus bens, pois com a marola os objetos se deslocavam e boiavam pela casa.

Após três dias ilhados, ela teve a alternativa de assumir a liderança de um abrigo improvisado numa escola pública. Ficou no abrigo por uns vinte dias, tempo suficiente para a água baixar e começar o processo de recuperação dos danos causados pela enchente. A liderança do abrigo se devia ao fato dela trabalhar na prefeitura; o abrigo totalizava 140 pessoas entre adultos e crianças, para Maria, *“primeiro é a obrigação de a gente ajudar, a solidariedade. Eu fiquei desesperada, ilhada sem poder estar no meio ajudando, sabe?”*

No que diz respeito à sua experiência no abrigo, Maria enfatizou aspectos que considerava negativos, ou melhor, em momento algum relatou algo positivo advindo desta experiência. Isso particularmente me chamou atenção, pois, até então, todas as pessoas com quem eu conversava sobre este período da enchente, relatavam as dificuldades; contudo, destacavam como algo positivo a solidariedade que existia entre as redes de parentesco, amigos e vizinhança; esta solidariedade era algo que amenizava a dor frente ao caos e era com emoção que contavam sobre os momentos de confraternização. Entretanto, na narrativa de Maria, não havia solidariedade entre as pessoas que foram removidas para os abrigos, ou pelo menos removidas para o abrigo que ela cuidou. Maria, em seu relato, dividiu os abrigados em dois grupos: os que trabalhavam como voluntários, mas que ficavam nos abrigos, por que assim como ela, tiveram perdas e as pessoas que apenas ficavam abrigadas. As pessoas que ficavam abrigadas, não se dispunham a ajudar em nada os voluntários, nem na organização do abrigo, nem na preparação da refeição para 140 pessoas. Colocava-se como grande dificuldade o escasso número de voluntários para cozinhar para muitas pessoas e depois ajudar na organização da cozinha. Surgiam desentendimentos quando as tarefas eram delegadas aos abrigados e quando eram impostas regras em relação ao barulho. A indignação

de Maria era devido aos abrigados atribuírem à liderança as responsabilidades sobre a limpeza e a organização, enquanto eles esperavam por assistência.

Relatou a situação crítica em que ficavam os banheiros e que muitas vezes era necessário ela usar de sua autoridade para impor aos homens a obrigação de limpar os banheiros. Este era o motivo de maior aborrecimento para ela que, na maioria das vezes, mesmo antes de entrar no espaço do abrigo, sentia-se o cheiro forte. Segundo Maria, havia lixo revirado por gatos e cachorros que também tinham sido levados para o abrigo. Contou sobre um episódio em que tudo estava bagunçado, banheiros sujos, e um grupo de pessoas se preparavam para ir para a praia. Ela, porém, não permitiu que saíssem enquanto não estivesse tudo em ordem. Em alguns momentos seu relato apresentava sentimento de indignação, pois se lembrava de casos muito difíceis de lidar porque envolviam sexo. Estes casos eram recorrentes, como por exemplo, mulheres com mais de um parceiro, ou então homens que se apresentavam como voluntários para “*cuidar apenas das meninhas*”. A performance corporal de Maria me mostrou como as mulheres ficavam deitadas nos colchões - segundo ela, posturas vulgares. Ela também falou sobre pessoas que puderam refazer suas casas a partir de doações. Para outras pessoas a condição de ficar em um abrigo era confortável, pois ali não precisavam trabalhar, não tinham casa para cuidar. Maria contou que os produtos doados eram de excelente qualidade; de produtos de limpeza a alimentação, eram os mais caros do mercado. Num primeiro momento não havia controle das doações, as coisas eram distribuídas sem critérios; depois, passou a existir um controle. Maria disse que todas as pessoas atingidas pela enchente recebiam doações, inclusive ela havia refeito sua casa a partir disso. Para ela, as pessoas não se importavam com a situação precária das instalações dos abrigos e permaneciam ali por causa da comodidade que é não ter obrigações e serem servidos por outras pessoas. Ali elas desfrutavam o conforto que nunca tiveram em casa, por isso Maria afirmava que muitas pessoas desejavam ao menos três enchentes por ano.

Maria falou de pessoas que só queriam receber e que até esperavam outra enchente para continuar ganhando. Também mencionou pessoas que “*se aproveitaram da enchente para se dar bem*”; mas também disse que ela não passava aperto, pois em caso de necessidade ela sabia a quem pedir.

## A busca por um abrigo público

No momento em que se colocou a necessidade de deixar a casa em busca de um abrigo público temporário, Douglas, filho mais velho de Andréa, acionou sua rede de amizades<sup>31</sup> em busca de alternativas de abrigos. Na semana anterior à enchente, Andréa fora presa. No sábado, quando a água começou a subir em algumas áreas da cidade, Douglas, que na época estava responsável pelos irmãos mais novos, pensou que a água não atingiria sua casa, por isso não tomou medidas preventivas para proteger ao menos documentos. Ao retomar o evento da água tomando conta da cidade em forma narrativa, Douglas teceu as relações de solidariedade instauradas no momento da ruptura desde seus vínculos horizontais até seus vínculos verticais (Lomnitz, 2009). A casa em que moravam era pequena e de madeira, não oferecia possibilidade de suspender móveis, nem mesmo roupas. No domingo quando a água começou a subir Douglas e Renato foram buscar abrigo no CAIC, e Laura, irmã deles de 11 anos de idade, fora para a casa de sua irmã Denise. Douglas narrou-me como foi para ele o sábado e domingo, dias em que a água começou a invadir a cidade:

*“estava muita gente no CAIC já, eu fui até lá com a água até a cintura, peguei minha bicicleta, fui na casa do meu amigo, chamei ele e ficamos lá. Ficamos umas horas no CAIC, mas lá estava sem água e luz por causa da enchente, né, e ficamos esperando um caminhão chegar para levar a gente para outros abrigos, para o Barroso, para a Fazenda. Aí o caminhão veio e levou a gente, ficamos no abrigo, né. A água lá em casa, foi na altura da cabeça. Eu nunca tinha visto enchente na minha vida, então não sabia o que fazer. Tinha barcos que passavam com bombeiros para salvar as pessoas. Eu não consegui tirar nada, nem fotos, nem documentos, esqueci tudo na hora. A água subia rápido, né? Ficamos uma semana no abrigo até baixar a água. Na segunda-feira, depois piorou, tava bem altão”.*

A experiência de Andréa difere da experiência de outras interlocutoras por que ela acompanhou o processo que se desenrolou durante e após a enchente de dentro de uma prisão feminina na cidade de Itajaí. Seus três filhos mais novos, menores de idade no período, estavam sozinhos em casa quando a água começou a subir.

*“Eu estava num lugar bem trágico também quando deu esta enchente. Mas a gente tava vendo tudo né, pela televisão. Fiquei lá um ano e oito meses. Fui para lá na época que deu esta enchente. No momento o que eu posso lhe dizer é o que eles me falavam: mãe, a gente tá em tal lugar, mãe a gente não pode te visitar. Quando deu a enchente eles nem podiam me ver, não tinham como ir lá. E eu estava imobilizada, só escutando pelo rádio, porque lá também já tinha acabado a luz, já tinha acabado a água, e a gente só ficava com o radinho que eles davam para nós, aí a gente ficava escutando,*

---

<sup>31</sup> O contato com a família de Andréa aconteceu a partir da rede de amizades em que estão inseridos, mas não será explicitado no texto.

*entendestes: ah, quantas famílias morreram, quantas crianças, entendestes? Então a gente escutava tudo, escutava: ah, apareceu três crianças mortas! Então a gente ficava preocupada: aí, será que não é um dos meus? Estavam em casa, será que a enchente chegou e não viram? Quando eles podiam falar comigo, eles explicavam qual era a situação: aí mãe, nós passemos isso, nós passemos aquilo”.*

Entrevistar Douglas sobre o que se passou com sua família durante a enchente incluía me interar de suas trajetórias e dramas pessoais e familiares, principalmente no que dizia respeito à ruptura que fora o encarceramento de Andréa alguns dias antes da enchente. A entrevista com Douglas não fluía, ele apenas respondia a perguntas pontuais. Andréa, porém, apresentava disposição em narrar sua trajetória e encadeava o drama vivido por seus filhos com a condição de encarceramento que vivia.

### **3. 3 Redes de solidariedade de emergência de laços de parentesco**

# REDES DE PARENTESCO

IRMÃS



D. MARIQUINHA



DINHA



MARLENE

## LEGENDA



PERDEU A CASA



DESABRIGADO



PARENTE CONECTOR



FALECIDO



CASAL



FILHO



NETO



NOME DESCONHECIDO

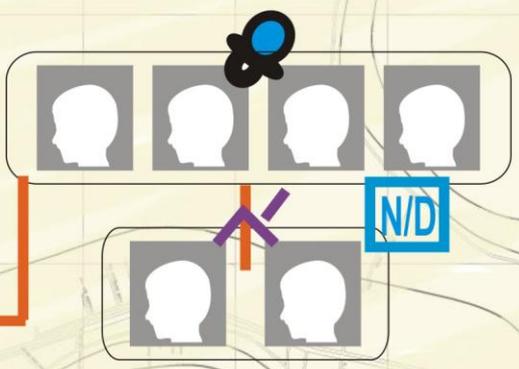
# NÚCLEO DONA MARIQUINHA



IDALETE



ROBSON



D. MARIQUINHA



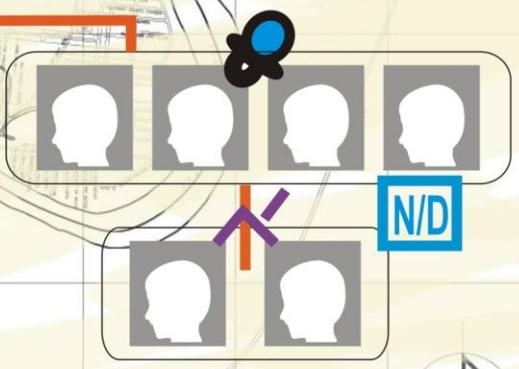
PIA



S, ANÍSIO



IVONETE



DINEI



JOSI



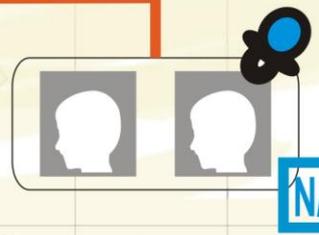
DIOGO



IVONEI



FLAVIA



# NÚCLEO MARLENE



ROBSON



JULIANA



RONEY



ANGELICA

SALSEROS



BRYAN



MARLENE



RENATA

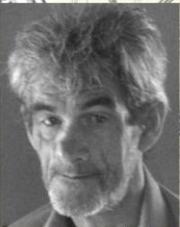


RENATA



RAQUEL

FILHOS MAIS JOVENS



ALOIR

RESSACADA



DAVID



PRINCESA



ANDREI



DANIELA



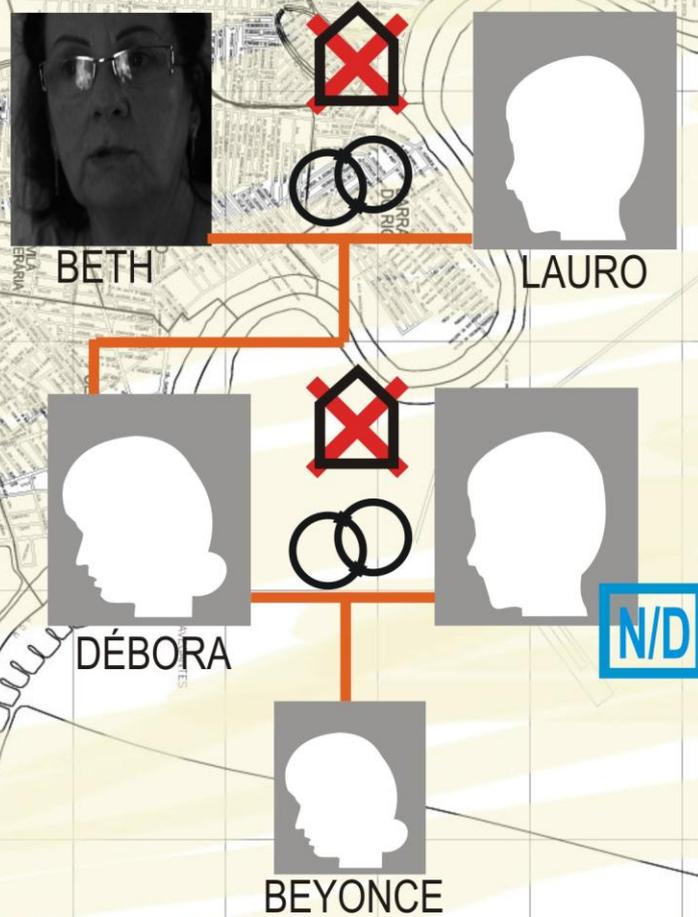
ROBERTO



## NÚCLEO DINHA



## NÚCLEO BETH



## **Dona Mariquinha**

Dona Mariquinha é moradora do bairro São Vicente. Segundo ela, em novembro de 2008, quando a água subiu, havia três casas em seu terreno; casas de madeira. Ela morava na casa dos fundos, Idnei, seu filho, morava na casa do meio com a esposa e um filho e Ivonete, sua filha, morava na casa da frente com dois filhos pequenos e seu marido. Vale destacar que a cerca que delimita os fundos de seu terreno, encontra-se a mais ou menos um metro de distância das margens do rio Itajaí-Mirim. Quando a “água subiu”<sup>32</sup> o muro do vizinho que mora do lado esquerdo caiu sobre sua casa e a derrubou. Dona Mariquinha relata:

*“Vou dizer uma coisa para ti, enchia dentro da minha casa, e dentro do meu terreno existiam três casas. Todas elas, essa minha última casa que eu perdi, lá foi água até quase o teto. Eu sai de casa só com minha roupa do corpo, peguei os documentos, as fotos, nós saímos porque não deu tempo. Então nós perdemos tudo, entende?”*

Pelo seu relato, tal casa se encontrava em situação precária. Assim, foram obrigados a deixar as casas e ir para a casa de uma de suas filhas, Idalete, que mora no Bairro Cordeiros com três filhos e o marido. Embora este bairro tenha sido atingido pela enchente, a casa de Idalete não sofreu com a invasão da água. Idnei, o filho de Dona Mariquinha, que morava no mesmo quintal, conseguiu poupar da destruição um televisor, uma geladeira e um fogão, pois quando se deu conta de que a água subiria demais, guardou tudo no container de um amigo. Contudo, as coisas de dona Mariquinha foram destruídas. Ela perdeu todos os móveis, seus utensílios domésticos estragaram, parte das roupas foi jogada fora e outra teve que lavar muito bem para retirar a lama que pelo que percebi impregnou roupas, móveis e a cidade de Itajaí quase que completamente.

Idalete, filha de dona Mariquinha, mora no bairro Cordeiros, na parte superior de um sobrado. O terreno é de sua sogra, embora Idalete, tenha investido financeiramente na construção da casa em que mora. Nesta casa, moram Idalete mais três de seus quatro filhos e seu marido Robson. Quando a água atingiu a cidade, ela abrigou dona Mariquinha, sua mãe, Ivonete, sua irmã, mais quatro filhos e o marido, genro e neto. Em sua maioria, eram crianças muito pequenas, que demandavam atenção especial e sofriam por ficarem presas, por tanto

---

<sup>32</sup> Os moradores costumam usar exatamente este o termo “subiu”, pois segundo as narrativas, não estava chovendo no momento, e sim a água das barragens foram abertas, desceu o rio, e por não ter mais para onde escoar, por que era período de maré alta, subiu pelos bueiros, rios e todos os buracos abertos na casa como ralos, esgoto, vaso sanitário.

tempo em um espaço pequeno, sem liberdade para extravasar a energia. No período em que ficaram ilhados, relataram que o maior problema foi a escassez de água e comida.

Ao conversar com Dona Mariquinha e sua filha Ivonete, elas expressaram o sentimento de dor e desorientação em ver seus móveis, roupas e casa destruídas. Ainda, havia o medo de que suas vidas e de seus familiares estivesse em risco, pois sabiam que vidas foram levadas pela enchente e pelos deslizamentos que aconteciam no Vale do Itajaí. Em *Tristes Trópicos*, Lévi Strauss (1957), ao descrever a forma como os bororos se organizavam, apresenta-nos a influência do espaço na afirmação da identidade e a necessidade contínua do trabalho da memória em conjunto com o espaço para possibilitar tal afirmação. O conjunto de objetos nas casas de Dona Mariquinha, Ivonete e outras interlocutoras desta pesquisa, assim como o ambiente em que estão inseridos, funcionam como elemento ativador desse processo no qual a memória e identidade dessas pessoas são reconstruídas e reafirmadas cotidianamente.

Para compreender o que significa o rompimento com objetos e espaços da memória vivida, fundamento-me em Halbwachs (1990) que vincula aos espaços sociais sua teoria da memória coletiva. Acontecimentos importantes na vida de uma pessoa são localizados em objetos e espaços que representam uma experiência vivida. A forma como os objetos se encontram dispostos no espaço contribui para acionar a memória dos indivíduos; a ordenação espacial dos objetos trabalha como apoio da memória (Bosi, 1987). A destruição das casas e, em consequência disso, a perda de objetos importantes na vida dos habitantes atingidos provocou uma desorientação advinda da ruptura entre a identidade e os objetos que a compõe.

## **Marlene**

Marlene me contou o quanto foi horrível e assustadora a situação de vivenciar uma enchente. Quando a água sobe, ela vem por todos os buracos, bueiros nas ruas, vasos sanitários, canos das pias. A água sobe com tamanha força que expelle todo o lixo e esgoto. E não era água de chuva, pois em Itajaí não estava mais chovendo, mas a chuva se concentrou na região oeste, encheu os rios, que ao descer o Vale do Itajaí, desembocariam no Baixo Vale, que não mais comportava tamanho volume de água. Enquanto escutava Marlene, eu fazia interferências, porque para mim era difícil compreender, elaborar em imagens o que me contavam. Como era possível uma enchente sem chuva e com o céu azul? E como essa água subia tão rápido que em minutos as pessoas tinham que abandonar suas casas, tentando salvar

apenas os documentos, e se abrigando em qualquer ponto mais alto, pois se ficassem morreriam afogadas e carregadas pela força da correnteza? O relato de Marlene suscitava mais e mais perguntas.

Marlene contou que ouviu num programa de rádio o locutor alertar as pessoas para suspenderem seus móveis e saírem das casas, pois a água estava ocupando a cidade. Ficou apreensiva com o aviso, pegou seus quatro filhos pequenos, Raquel de 11 anos na época, Roberto de 7 anos, Jonathan de 5 anos, e Andrei com apenas 1 ano de idade, e foi até a casa de seu filho Roney pedir abrigo, porque a água invadiria sua casa. Seu marido Aloir, que estava e continua doente, se recusava a sair de casa. Primeiro porque não acreditava que a água chegaria a sua casa, segundo porque, de forma alguma, abandonaria sua casa, pois assim como outros moradores ele temia que sua casa fosse invadida por saqueadores. Temor este que evidencia o que Teresa Caldeira aponta como uma nova moldura de “cenários para as interações sociais”, instaurado pelo “medo e fala do crime”, “(...) A fala e o medo organizam as estratégias cotidianas de proteção e reação que tolhem os movimentos das pessoas e restringem seu universo de interação” (Caldeira, 2000: 27).

Como seu filho, nora e marido disseram que aquilo era “*conversa fiada*” e que a água não chegaria ali, Marlene voltou para casa com as crianças. Entretanto, em menos de uma hora viu a água invadir sua casa e encher.

Andrei era pequeno na época, tinha um ano de idade. Marlene relatou que enrolou Andrei num cobertor e saiu caminhando no meio daquela lama com os três filhos pequenos atrás, segurando sua roupa. Quando ela falou que enrolou Andrei num cobertor, ele interferiu em nossa conversa - mesmo brincando, prestava atenção em nós - e falou: “*é, ela me enrolou num cobertor!*”. Comentei: “*pois é, na época o Andrei era um bebê!*”, ele respondeu: “*eu sou um homem!*”. Rimos e tive que concordar que estava diante de um homem de quatro anos de idade!

Vendo a água invadir sua casa, voltou para casa de seu filho com as crianças. Seu filho também estava deixando a casa. Iriam para um abrigo primeiro, mas depois foram para casa da mãe de sua esposa, Angélica, com Bryan, o filho do casal, que na época tinha um ano de idade. Não levariam Marlene, pois além de ser pequena a casa de sua sogra, ela também tinha cinco filhos pequenos.

Rua afora, Marlene saiu, durante a noite, caminhando pela estrada, com um filho no colo, e três crianças atrás, até um bairro vizinho, Espinheiros, na casa de sua irmã Dinha, que tem uma casa razoavelmente grande e que no momento da enchente abrigou em sua casa mais de quarenta pessoas. Além de adultos e crianças, ainda abrigou animais de estimação destas famílias.

Marlene foi para a casa de sua irmã Dinha cuja casa não fora atingida, em que pesasse estar situada num bairro alagado em vários pontos. Angélica levou Roney e Bryan para a casa de sua avó. Aloir, marido de Marlene, que estava doente, continuava a se negar sair de casa, o que contribuía para aumentar a aflição da família. Aloir foi para casa de seu filho Robson quando compreendeu que se continuasse em sua casa morreria. Assim, obrigou-se a ir para uma casa muito pequena, sem espaço para abrigar toda a família. Marlene e seus filhos me contavam com admiração que a água chegou até a porta da casa de Robson, mas não ultrapassou este limite. Apesar de ilhados, Robson e sua esposa Juliana não sofreram diretamente a sensação de abandonar a casa e perder suas coisas.

## **Dinha**

*“Tava um sufoco. Tinha hora que dava vontade de sair, mas não sei para onde, era tudo água!”*, estas foram as palavras de Dinha para definir os dias em que a cidade de Itajaí viveu a crise provocada pela enchente.

No domingo, dia 23 de novembro, quando o nível da água começava a se elevar na cidade os parentes mais próximos de Dinha e Laurindo começaram a entrar em contato com o casal para se abrigarem na casa deles. A partir daquele dia, inevitavelmente a casa de Dinha se tornou uma espécie de alojamento para atender as pessoas que necessitavam. Dinha relatou quando as pessoas começaram a chegar:

*“(...) Assim que eles começaram a ver que estava dando enchente. O meu irmão, o meu cunhado e a minha irmã, passaram e disseram: ô Dinha, tem lugar aí para nós vir para cá? Eu disse: pode, pode vir, e pode trazer o que vocês verem que dá; enchendo lá, pode trazer, não importa o que for. Tá, ele disse. Agora a gente vai em casa e ver o que pode trazer e vem para cá. Daí veio o meu cunhado, a minha irmã e os meus e dois filhos. Depois veio minha sobrinha, com o marido e duas crianças. E assim eles vinham para cá, entende? A minha irmã foi a que mais demorou para encher a casa dela, daí ela veio quase por último, um dia e meio, dois dias. Daí o resto veio antes porque estavam mais perto da beirada do rio. E assim começaram a vir as pessoas. Outros que a gente não conhecia eram trazidos porque estavam ilhados, em cima das casas, sem ter para onde ir”.*

No primeiro dia, veio até a sua casa o irmão de Dinha acompanhado da esposa, um filho de Dinha com a esposa, o pai de Laurindo, dependente de cadeira de rodas. Na madrugada do dia 24 chegou Marlene acompanhada de quatro filhos pequenos.

*“a mana andou a noite todinha com aquelas quatro crianças, ela de bicicleta. Aí quando ela viu que a água estava subindo mesmo ela ligou para mim e disse: não tenho para onde ir, to indo praí, por que aqui não dá para ficar”.*

A rede de solidariedade que se formou tendo Dinha e Laurindo como “conectores”, ampliou-se para amigos deles e de seus parentes desabrigados, até mesmo para pessoas que eram encontradas ilhadas nos lugares por onde eles passavam em busca de alimentos e água potável ou para vigiar as casas que foram abandonadas. Segundo Dinha, a situação se estendeu por mais ou menos 15 dias:

*“Ah, mais de quinze dias ficou pessoas aqui. Depois foi baixando devagarinho, devarinho, aí quando veio uma chuva, parou a água de descer, de baixar, aí ficou tudo estabilizado assim. Não baixava nem aumentava engraçado, ficou aquele chove e não molha, aí foi indo, ficou mais uns dias e começou a baixar. A maré do mar tava alta, quando a água chegou lá, tinha pouco escoamento e tinha pouca vazão. Se é maré baixa, aí escoo mais a água da terra. Daí baixava um, dois dedos”.*

O bairro Espinheiros onde o casal mora foi fortemente atingido pelas águas, mas a casa deles foi poupada por se localizar na parte alta do bairro. Entretanto, não era uma casa isenta de riscos, pois fica junto de um imenso morro, que embora não tenha construções e sua vegetação esteja preservada, poderia desmoronar por estar encharcado, como foi observado em diversos locais do Vale do Itajaí.

O casal se colocou a disposição das pessoas que precisavam e enquanto Dinha ficava em casa atendendo as pessoas que chegavam, Laurindo ia para a rua buscar as pessoas que entravam em contato ou buscar alimentos, água potável e velas, provisões estas que em momento de enchente se tornam escassas.

Por causa do excesso de pessoas num curto período, a dispensa da família foi esvaziada. Nos primeiros dias faltaram alimentos, água potável, leite para as crianças e velas. Eram muitas crianças para alimentar e faltava o leite para elas. Embora não tendo a casa atingida pela água, o abastecimento de água, de energia elétrica e os serviços de telecomunicações de toda a região ficaram comprometidos, ou seja, cortados. O comércio se tornara inacessível ora por estar alagado, ora pelo preço de provimentos básicos como água e vela extrapolarem os valores de mercado. Outra dificuldade imposta pelo elevado número de pessoas num pequeno espaço era a cooperação para manter a organização da casa, cuidar das

crianças e preparar as refeições. Esta situação sobrecarregava Dinha e Laurindo que eram os responsáveis pela casa.

*“A comida acabou, não tinha mais lugar para comprar, os lugares que tinham alagaram. Nós tinha feito uma compra antes da enchente, mas foi acabando a comida. Nós sofremos a mesma coisa que eles, nós não perdemos mobília, mas nós sofremos juntos. Tinham pessoas também que é uma espécie de suga-suga, não são capazes de levantar para lavar um prato, passar uma vassoura, passar um pano. Nem todo mundo colabora. Não foi fácil”.*

Embora a rede de solidariedade formada na casa de Dinha e Laurindo fosse caracterizada por vínculos horizontais (Lomnitz, 2009), vínculo este que pressupõe uma cooperação “entre iguais”, o convívio desses indivíduos apresentava tensão e conflito. Os conflitos se tornavam latentes frente à necessidade de manter a casa organizada, no momento de preparar as refeições e para cuidar de crianças e adultos que demandavam atenção especial. A narrativa de Dinha mostra que, apesar de predominar naquele ambiente relações de solidariedade e reciprocidade, emergiam comportamentos que contrariavam as regras de convivência que, mesmo informais, pressupunham um código de conduta para aquela situação.

O conceito de “rede de malha estreita” (Bott, 1976: 212) é pertinente para refletir sobre os dias em que várias pessoas se abrigaram na casa do casal, pois a solidariedade e a reciprocidade são características desta rede. Entretanto, atento para o fato de que a solidariedade estabelecida não era necessariamente despreziosa, mas sim resultado de uma quebra no cotidiano que apresentou como única alternativa o convívio entre os indivíduos que constituíram esta rede de solidariedade de emergência.

### **Relato e construção do cenário**

Dinha e seu marido, Laurindo moram numa casa localizada no bairro Espinheiros. A rua onde moram é uma rua ampla, de paralelepípedos, próxima à BR 101. Tanto sua casa, quanto a rua onde fica a casa, destoam das casas e das ruas que eu visitava em Itajaí, pois são quintais espaçosos, com jardins, casas de alvenaria e quando são de madeira, representam um estilo colonial.

A casa de Dinha e Laurindo fica aos pés de um imenso morro, que é de propriedade de Laurindo. É um morro com uma mata preservada, sem construções na encosta. O terreno, pelo

menos na frente, tem uns doze metros de largura e aproximadamente a mesma medida do portão de entrada até a casa.

Na parte do frente do quintal há grama e canteiros ao longo de sua extensão onde há flores e plantados vários tipos de verduras, legumes e temperos. A casa, os muros ao redor são pintados de verde claro. Ao chegar à rua é possível visualizar o morro com muitas árvores.

Quando cheguei à casa de Dinha a sensação que tive foi a de chegar num pedacinho do paraíso. Desde quando conheci dona Mariquinha ela me falou sobre sua irmã Dinha, que morava no bairro Espinheiros e abrigou em sua casa mais de quarenta pessoas no período da enchente. Marlene ficou com os filhos na casa de Dinha. Em vários momentos em campo, uma pessoa ou outra desta rede comentava, com admiração, que Dinha havia abrigado inúmeras pessoas em sua casa, e mais, além das pessoas, algumas levaram seus animais de estimação. Vários relatos me orientavam a conhecer esta mulher. Dona Mariquinha e Marlene gostaram da idéia de me levar até a casa de Dinha, porém, colocava-se a dificuldade da distância para se chegar até lá.

Uma semana antes de voltar para Porto Alegre e finalizar esta etapa do meu trabalho de campo, conversei com Dona Mariquinha sobre a necessidade de ir à casa de Dinha o quanto antes, mas o melhor dia de ir seria num domingo. Dona Mariquinha, sempre muito prestativa, marcou imediatamente nossa ida no domingo de manhã, pois por ser longe, deveríamos sair bem cedo e passar o dia com Dinha e Laurindo. Dona Mariquinha sempre destacava que eu ia gostar muito deles.

De sábado para domingo dormi na casa de dona Mariquinha. Domingo, seis e trinta da manhã, Dona Mariquinha me chamou, levantei e me arrumei, ficamos esperando Marlene. O combinado era que Marlene chegasse sete da manhã, mas isso não aconteceu. Marlene e dona Mariquinha não tinham celulares, assim dificultava fazer algum contato numa situação dessas. Esperaríamos até oito horas da manhã e sairíamos, caso contrário ficaria muito tarde e a caminhada seria longa. Embora aqueles dias estivessem com um calor insuportável, naquele domingo o dia amanheceu fresquinho e um pouco nublado. Eu ainda não acreditava que iríamos até a casa caminhando. Perguntei para dona Mariquinha se não podíamos ir de ônibus, sua resposta foi negativa. Segundo ela, de ônibus teríamos que ir até o Centro e esperar por muito tempo. Para mim, qualquer espera seria melhor do que caminhar tanto. Sutilmente,

muito sutilmente, sugeri táxi, a resposta novamente foi negativa. Iríamos caminhando, devagar, logo chegaríamos. Segundo dona Mariquinha, não era tão longe assim.

Sáímos de casa às oito da manhã. Não tomamos café. Dona Mariquinha colocou um boné para se proteger do sol, recomendou bastante Diogo que não a incomodasse. Antes de sairmos de casa, colocou alguma roupa no varal. Diogo foi andando de bicicleta em parte do caminho e quando estávamos em rua que movimentada por carros, dona Mariquinha empurrava a bicicleta. Minha mochila estava pesada por causa da câmera fotográfica e outras coisas que levei para passar a noite fora de casa.

Após uns 2 km de caminhada, precisamos parar embaixo de uma cobertura, porque começou a chover intensamente. Durante a caminhada dona Mariquinha me mostrava lugares onde havia morado e claro que estes lugares remetiam a determinados momentos de sua trajetória de vida. Logo a chuva cessou e seguimos nosso caminho. Às vezes parávamos para ela me mostrar alguma coisa, às vezes Diogo seguia muito na frente. Fizemos alguns atalhos em que não havia movimento de carros, de qualquer forma, era domingo de manhã, ainda não havia efervescência nos bairros pelos quais passávamos.

Fomos recebidos por Dinha e Laurindo, que se mostraram admirados por termos caminhado tanto para chegar ali. Ao longo do dia, vi que a admiração que mostraram quando chegamos foi apenas uma forma de serem simpáticos, porque eles estão acostumados a caminhar tudo isso e mais um pouco várias vezes por semana.

Dona Mariquinha estava ansiosa para me mostrar a bela casa da irmã, quartos, cozinhas, passarinhos. Tapetes de crochê feitos por Dinha estão espalhados pelo chão da casa e mantas de crochê cobrem os sofás. A casa é composta por três dormitórios, um banheiro, uma cozinha pequena e sala de jantar. Mais ao fundo do quintal tem outro espaço, dividido em três peças que é a cozinha que o casal usa no dia a dia. Várias gaiolas com passarinhos estão dispostas pelo quintal, assim como duas casinhas de cachorro pequenas. Atrás dessa peça fica uma área grande de terra onde há várias árvores, uma casinha de guardar ferramentas e uma horta com plantação de pimentas, legumes e verduras que servem para o uso diário do casal. Dinha e Laurindo passam o dia em casa envolvidos com os afazeres domésticos, pois Laurindo é aposentado e Dinha não trabalha fora - dedica-se a fazer crochê e o pouco dinheiro que ganha usa para gastar com coisas mais pessoais, como ela me disse, manicure, pintura dos cabelos, etc.



Destaquei a rotina do casal, porque mesmo que as águas não tenham chegado a sua casa, a enchente causou sim uma ruptura em seu cotidiano. Receberam mais de quarenta pessoas entre parentes, amigos e desconhecidos.

### **Angélica**

Angélica somou-se ao número de desabrigados. A sua narrativa contribuiu para refletir sobre a noção de tempo: tempo pensado, tempo vivido rompido pelo trauma da tragédia que foi instaurada pela enchente e reconstituído no tempo de nossa interação (Eckert e Rocha, 2005). Orientada por uma etnografia da duração, tenho em vista compreender, construir ou interpretar as imagens narradas para ordenar as experiências do tempo vivido no fluxo dos acontecimentos, das interações e situações concretas que estruturam uma cultura urbana nos termos da construção de sentidos das ordenações temporais e espaciais. Assim como Marlene e inúmeras famílias, Angélica foi surpreendida dentro de casa pela água que subia rapidamente. A insistência de Marlene em alertar seus familiares de que a água subiria e atingiria as casas se apresenta como um “micro-drama” (Turner, 1987) que acontece nas interações cotidianas. Nestes “micro-dramas” os atores sociais repetem ou atualizam novas formas de ação, conforme a narrativa de Angélica:

*“(...) Desde o início ela (Marlene), dizia que ia encher, mas nós não acreditava. Nós dizia que não, porque teve outras vezes que enchia tudo para lá mas para cá não, entende? A gente dizia que não, que não ia vir, (...) para você ver, ninguém se preparou, sabe. Aí o que, eram umas três horas da manhã, que a gente foi dormir, aí a gente virou, né, Aí quando acordou já tinha água, estava tudo alagado, tinha água por tudo assim. Entrava por tudo, subia tão rápido.*

*Quando eu acordei já tinha água dentro de casa, tava tudo cheio já. Foi bem rápido. A gente tinha a parte de cima ali, mas ainda não tinha escada, que é do meu irmão, né. Aí não tinha como colocar nada para cima, daí só foi jogado roupas, documentos, e a gente saiu daí”.*

Em minutos não tinha mais endereço, em minutos a água invadira sua casa, restando apenas migrar para abrigos públicos e a acolhida de parentes e amigos.

A forma de enfrentamento que a família de Angélica encontrou quando a água invadiu sua casa, insere-se num contexto de sentido de concordância coletivamente construído, contexto no qual os atores sociais interagem reflexivamente e negociam suas posições. No contexto da água invadindo as casas a possibilidade de enfrentamento que encontraram foi a de, imediatamente, acionar uma rede de solidariedade de emergência de nível institucional (Lomnitz, 2009), ou seja, recorrer a um abrigo público. Além de lidar com a

“imprevisibilidade” da enchente, até mesmo a escola próxima à sua casa que estava servindo como abrigo, pelo fato de em eventos semelhantes se apresentar como um lugar seguro, desta vez encheria de água da mesma forma que a casa segundo Angélica:

*“ Aí a gente foi pro CAIC, para se abrigar ali, né, que é um colégio que tem aqui. Daí foi eu, o Bryan, meu irmão, esse que tava aqui, ele morava comigo na época. Aqui moravam os dois, hoje eles moram lá em cima, um de dezoito anos, que dormia num beliche que com a enchente foi detonado, e daí esse meu irmão que estava aqui foi para casa da minha mãe, ficar lá com ela, e foi eu o Bryan e o Ronei, ele era pequenininho naquela época. Primeiro a gente foi pro CAIC, aí eles começaram a abrigar gente, mas depois eles disseram que estava enchendo de água o obrigo. Mas foi coisa de meia hora. Aí chegou ali, eles mandaram todo mundo sair porque estava enchendo de água. Daí, um monte de gente só foi carregando o que podia, gente com o colchão na mão, com o colchão na cabeça, segurando os filhos, foi horrível”.*



O conceito de drama social é uma contribuição de Victor Turner (1986) para a Antropologia Social que pode ser aplicado para a compreensão de fenômenos em sociedades complexas.

Acordar, de madrugada, com a casa enchendo de água e ter que sair deixando tudo para trás, esforçando-se para proteger os filhos, que pela pouca idade eram indefesos, foi o evento do qual emergiu a crise naquele momento na vida destes atores sociais. Por isso, a noção de drama contribui para elucidar situações de conflitos que acontecem, nos mais diversos níveis da vida social. Abandonar a casa era um ato inevitável para Angélica e seu

marido, porque a água atingiu um nível que impossibilitava a permanência deles ali. “(...)eles mandaram todo mundo sair porque estava enchendo de água(...)” foi um evento crítico (Das, 1995) que tornou nítido o embate entre o poder público e os cidadãos. Neste caso, a impossibilidade de um abrigo público “abrigar”, levou os atores sociais em questão foram obrigados a recorrer a redes de solidariedade de emergência formada por parentes e amigos. No momento de abandonar as casas, a Defesa Civil de Itajaí havia decretado estado de calamidade pública, decreto este que pressupõe o recebimento de variadas formas de recursos do Estado. No entanto, nesta situação específica, a Defesa Civil se mostrou ineficiente que segundo Angélica:

*“E ajuda para gente sair daqui? Defesa Civil? Ninguém ajudou a gente a atravessar, sabe, ninguém ajudou. Mandaram a gente vazar do CAIC e ninguém para dizer onde tinha abrigo, ninguém ajudou. Os policiais ficavam ali, só dormindo mesmo. A gente precisava de ajuda, porque na hora de atravessar era um arrastão de água, eu com o menino no colo, com a água aqui, segurava ele, com a água pegando nos pezinhos dele. Aí, a água estava subindo mais, e eu com o Bryan no colo, eu fiquei desesperada, com medo dele cair. Ele chorava muito. Aí o Ronei falou para gente ir para outro lugar”.*

Com o desenrolar dos acontecimentos, Angélica atribuiu sentidos ao evento a partir de sua narrativa. A impossibilidade de permanência no abrigo público somada à ausência de ajuda para o deslocamento do abrigo até a casa de algum conhecido, fez com que este evento tivesse um significado negativo e traumático na vida desses atores sociais. Este “micro-evento” foi apenas o início dos dramas que se desdobraria em outros “micro-eventos”.

No caso da família de Angélica, a escola que serviria de abrigo temporário não era mais um lugar seguro. A rede de solidariedade formada entre parentes e amigos contribuiu para que os moradores da cidade salvassem suas vidas. Dada a falta de alternativa, ainda de madrugada Angélica foi para casa de sua mãe, mas lá também encheu de água. Restava ainda a opção para Angélica e seus familiares de se abrigarem no pavimento superior da casa de sua avó, ficando ilhados por mais ou menos uma semana. Os dias que se seguiram foram caóticos, pois Angélica, Roney e Bryan tiveram que dividir um pequeno espaço com várias pessoas que precisaram abandonar as casas. A falta de água e energia elétrica e a ausência de uma estrutura física para moradia no espaço em que se abrigaram, expôs estas pessoas a precárias condições de higiene:

*“Daí a gente ia para casa da minha avó, da minha mãe, mintos. Lá no São Vicente não tinha água ainda, só no Promorar, Cidade Nova, lá não tinha, mas para cá tinha. Aí a gente ficou lá na casa da minha mãe o dia todo, achando que a água não ia vir, porque até seis horas da noite não tinha água lá. Chegou seis horas começou a encher lá, aí minha avó tinha um sobrado de dois andares do outro lado, e a gente foi para lá. Foi minha mãe, minha avó, minha tia, foi tudo para cima, mas não tinha banheiro, não tinha nada. Era só*

*uma construção desocupada, sabe. Aí a gente começou a se ajeitar lá. Aí fazia cocô numa sacolinha, para tomar banho não tinha água. A gente ficou quase uma semana sem poder tomar banho. Tinha uma caixa d'água, mas daí era para gente beber e fazer comida. Onde a gente estava, dormia nos colchões no chão. O Bryan ficava agoniado, queria brincar. As crianças ficavam agoniadas, queriam brincar. Não tinha espaço, era um aperto. Tudo isso foi durante uma semana”.*

No caso dessa rede social, o evento da enchente apresentou uma dimensão que pode ser pensada a partir da noção de “práticas” de De Certeau (1990). Para o autor, os atores sociais se apropriam das leis impostas, manipulando-as pelos usos. Uma vez que estes atores sociais não dispõem dos mecanismos que produzem as regras, eles recorrem às diversas táticas, interagindo com as estruturas. A escassez de alimentos se colocou como dificuldade para esta rede de solidariedade que Angélica e sua família compuseram. Neste caso, a “tática” encontrada foi a de buscar comida no Maxxi, uma vez que a invasão do supermercado fora “permitida”. Em sua narrativa, Angélica mudou o sentido de “saquear” um supermercado, ao converter uma restrição socialmente imposta, numa oportunidade de suprir a necessidade de alimentos:

*“Tinha comida por um tempo, mas depois começou a faltar. Tinha pouca comida. Daí na hora que eles deixaram invadir (grifo meu) o Maxxi, aí que eles desceram para ir lá no Maxxi, arranjar comida para gente, por que a gente tinha pouca, já. Porque era muita gente, muita criança. Pensa, minha mãe têm cinco filhos, eu mais o Bryan. Daí o Ronei, a minha avó com o marido, a minha tia com os dois filhos, tava cheio de gente lá. Aí minha tia perdeu tudo, minha família perdeu tudo. A minha avó perdeu algumas coisas também”.*

A ruptura no cotidiano alterou temporariamente os papéis sociais, visto que a precariedade imposta pela situação de alagamento modificou as demandas do dia a dia. Enquanto as mulheres ficavam em casa cuidando da organização do espaço e das crianças, Roney, por ser jovem, saía em busca de alimentos. Outra preocupação era a possível invasão das casas por saqueadores, assim Roney assumiu a responsabilidade de vigiar as casas que foram abandonadas, como a deles e de seus pais, Aloir e Marlene:

*“O Ronei, que é meu marido e filho da Marlene vinha aqui de vez em quando ver. Também ia na casa da Marlene. Ele não ficava lá em cima com a gente, ele descia para ver como o pai dele estava, andava a nado o dia todinho, para arranjar comida sabe. Ele andava o dia todinho. Ele não parava. ele é pedreiro”.*

Este evento instaurou uma situação dramática que persistiu por vários dias, sem mencionar agora o drama de voltar para casa, ou melhor, quando ainda havia casa para voltar. Pude ouvir várias vezes, de várias pessoas relatos dramáticos semelhantes ao de Angélica. O surgimento, neste contexto, de redes de solidariedade de emergência caracterizadas por vínculos horizontais (Lomnitz, 2009), tornou-se uma tática que possibilitou o enfrentamento de uma situação vivida que se colocava como ameaçadora.

## **Dona Onadir**

Quando aconteceu a enchente, dona Onadir tinha 64 anos de idade e Lelo tinha 52 anos de idade. Eles queriam acreditar que a água não chegaria a sua casa. Dona Onadir estava impossibilitada de fazer força, Lelo sozinho não poderia deslocar os móveis, levantar fogão, geladeira, máquina de lavar roupas. A única opção foi deixar que as coisas acontecessem. Em pouco tempo a água chegou a sua casa e se elevou ao nível da janela mais ou menos.

Entre os momentos dramáticos vividos por dona Onadir, está o domingo em que as águas começaram a invadir as ruas da cidade. Em minutos a casa ficou alagada e seus móveis, utensílios domésticos, roupas boiavam na lama. A narrativa de dona Onadir sobre o momento em que a água começou a subir era reforçada por uma fisionomia de sofrimento por ter visto seus móveis e outros objetos pessoais boiando:

*“... foi assim né, a água começou a vir ali na estrada, aí o Lelo dizia assim, vai encher aqui, aí eu dizia, não Lelo, se deus quiser não vai, vai ficar por ali mesmo pela estrada, chuva de estrada, que enche a estrada. Aí eu dizia, não Lelo, pelo amor de deus não. Minha cozinha era tão bonitinha, igual ali. Aí eu disse, Lelo, levanta essas coisas, e ele disse: meu deus, como nós vamos levantar essas coisas? Coisas pesadas, meu deus! Aí eu disse, vamos esperar, seja o que deus quiser, vamos esperar, vamos esperar. Aí ficamos esperando. Daqui a pouco foi vindo querida, foi entrando nas beiradas, subindo pelo ralo, aí fomos levantando. Mas a gente não tinha muita coisa para levantar, uns cavaletes, entendestes? Essa mesa eu comprei e ainda to pagando. Que a mesa, as cadeiras, perdi tudo. Botei em cima da mesa, a mesa caiu, quebrou as cadeiras tudo. A força da água era tão grande, que puxava a gente para trás. Aí quando eu vi que a água tava saindo por aqui assim, aí eu saí de casa. O Lelo colocou algumas coisas dentro do caminhão de um amigo dele. Meu Deus, eu não agüentava ver minhas coisinhas daquele jeito! Já imaginastes ver suas coisas tudo dentro da água? É uma tristeza! É fomos lá para a Cida. Entrou água lá perto, mas onde ela mora, porque é piso de cima, né”.*

Dona Onadir expressou o temor de que a água atingisse sua casa, insistindo em acreditar que o acúmulo de água se limitaria à beira da estrada. A história terminou diante do cenário desolador que fora a casa invadida pela água e a falta de vigor físico para suspender os móveis.

Para sobreviver à enchente, dona Onadir e Lelo foram para a casa de Cida, filha de dona Onadir. Cida morava no Centro de Itajaí, com uma filha e o marido, sua casa não foi afetada pela água. A filha de dona Onadir se colocou como “parente conector” (Bott, 1976) e neste contexto se modelou um formato de “rede de malha estreita”, apresentando que as redes de parentesco de conformação estreita assumem uma dimensão efetiva nos momentos de crise.

Embora dona Onadir estivesse na casa de sua filha, sua maior preocupação era com sua casa abandonada e suas coisas expostas ao saque, por isso, mesmo em condições adversas, dona Onadir passava o dia inteiro apoiada numa escada semelhante às usadas por pedreiros, em cima do telhado da casa, imobilizada, vendo suas coisas boiarem e exposta aos riscos de caminhar dentro de uma água suja.

*“... sem água, aí eu disse, aí meu deus eu vou para casa, ver como está minha casa, minhas coisas, o Lelo estava lá comigo, mas eu vim embora sozinha. Eu vim cuidar da casa, fiquei trepada na telha, que meu joelho ficou deste tamanho! Mas não prestou mais o meu joelho. Fiquei trepada na escada, mas eu não podia ficar muito fazer força porque eu tirei meu seio e não tem como ter muita agilidade no braço. Aí fiquei minha filha! Vendo minhas coisas tudo dentro d’água. Coisa nojenta entrar dentro daquela água, né! Ui, ui, ui, ui! Aí, chega a me dar uma coisa! Entra nas partes íntimas da gente, né! Eu botava a mão na minha operação para não encostar na água. Quando eu vi tava minhas colheres, potes de plástico, minhas coisas tudo debaixo d’água. Dá um desespero tão grande. A gente tentou levantar, as minhas televisão ficou tudo dentro da água”.*

Dona Onadir narrou a experiência de risco a que foi exposta na tentativa de vigiar sua casa dos saqueadores. Ficar “*trepada na escada*”, colocava-a em uma situação de risco ainda maior por sua frágil condição de saúde. Ela enfatizou que assumiu a vigilância da casa sozinha; ao verbalizar isso se torna nítida sua expressão de orgulho diante de um ato de coragem. Constituiu-se como um drama para dona Onadir ver suas coisas boiarem dentro da água sujo; mais desesperador foi o contato de seu corpo com a água suja. O contato das “partes íntimas” com a água suja e a tentativa de proteger a cicatriz da cirurgia evocam o argumento de Mary Douglas (1976) sobre os “simbolismos corporais” como indicadores de noções perturbadoras. Esses “simbolismos corporais” apresentam os “orifícios” como *locus* de tabu e desordem, pois simbolizam a “ultrapassagem dos limites corporais”. A repugnância provocada pelo contato de seu corpo com a água suja, objetificou no corpo de dona Onadir o drama social instaurado pela enchente; seu corpo expressa o poder e o perigo creditado a uma estrutura social (Douglas, 1976). Caldeira (2003) fala que, ao vivenciar a violência, acontece uma desestruturação no mundo do sujeito; a enchente, que não é considerada um crime, provocou uma ruptura no cotidiano e se somou a ela maiores possibilidades dos moradores serem vítimas de violência que no contexto em questão era o saqueamento. Ou seja, a violência mesmo não se realizando, desestruturou o mundo de dona Onadir e lhe fez adotar outro comportamento para lidar com o medo.

## **Beth**

*“a força da água é tanta que assusta a gente fica olhando assim e não acredita no que os olhos da gente vêem. A gente não acredita a gente diz: meu deus parece um dilúvio!”*

*é triste de ver, porque a gente tenta salvar a própria vida, né? porque o importante é a vida da gente, porque casa as coisas que tem dentro de casa, isso aí é supérfluo”.*

A água invadindo as ruas, as casas, o comércio com tamanha rapidez e força são imagens presentes no relato de Beth. Através da narrativa, Beth organizou as durações dos tempos vividos decorrentes da ruptura provocada pela enchente. Ao compartilhar a experiência traumática, ela teceu sentido sobre o que considera importante diante de uma tragédia: salvar a própria vida.

Na tarde do dia 22 de novembro de 2008 Débora, filha de Beth, saiu com seu marido a fim de verificar o nível em que se encontra a água no rio Itajaí-Mirim. Constatou que o nível da água se elevava rapidamente e que inevitavelmente a água invadiria a casa da família, segundo Beth descreveu:

*“(...) e aqui a água quando começou a subir, ela veio assim, parecia um dilúvio, então foi assim um estado de nervos, como eu posso dizer assim. Porque a água começou a subir, eu acho que no começo da tarde, ele já vinha devagar. E a minha filha pegou o carro junto com meu genro, e aí ela pediu, vamos dar uma olhada de perto, porque nós moramos aqui próximo ao rio. Então eles começaram a olhar e viram que o rio já havia subido de nível, tanto que as chácaras que fizeram do outro lado do rio, quando desce a ponte, eles fizeram um muro de contenção, o muro deve ter mais ou menos dois metros e vinte de altura, e a água passou por cima do muro. Eles ficaram apavorados, né! Quando minha filha foi fazer a busca para ver o nível do rio, ela começou a notar que a água subia com muita rapidez, isso eram umas três horas da tarde, aí ela falou: mãe, a gente tem que dar conta de tudo, tirar tudo o que puder, colocar para cima e sair rápido, o mais tardar umas dez horas da noite. Eles ficaram aqui até dez para uma, para chegar na casa da minha irmã, que é do outro lado ali, nós tínhamos apenas uma peça lá em cima, as outras duas nós completamos este ano. Nós saímos com muita pressa. Eu saí com a neném, para cuidar dela, e a minha filha ficou cuidando, e não deu tempo de tirar o restante das coisas, e por fim, não cabia mais nada lá em cima”.*

Ao descrever sobre a experiência vivida, Beth associa o “subir das águas” com o dilúvio<sup>33</sup>, associação que contribui para afirmar sua identidade cristã. O núcleo familiar de Beth não tinha certeza de que aconteceria a enchente, por isso sua filha e seu genro foram até as margens do rio verificar o nível da água. Este fato indica que o “alerta” da Defesa Civil de Itajaí sobre a iminência da enchente não foi eficiente de forma a abranger toda a população. Diante deste quadro de ruptura, a narrativa desse tempo vivido por Beth e sua família atenta para “as conseqüências da modernidade” (Giddens, 1991) que levam a uma reflexividade que provoca exames e reformulações nas práticas sociais.

---

<sup>33</sup> Conforme a Bíblia, o dilúvio foi uma inundação que cobriu a Terra, provocando a destruição de todos os seres vivos, exceto daqueles que foram abrigados na arca de Noé.



A família de Beth se soma ao número de pessoas que precisaram de ajuda para sair de casa, pois com a velocidade que a água subiu, tornou impossível que eles se deslocassem sozinhos. Desta forma, contaram com a ajuda de voluntários, membros da Igreja Testemunhas de Jeová, para saírem de casa em uma lancha, porque o nível elevado de água não permitia que outro tipo de transporte, que não fosse aquático, circulasse no bairro onde moram.

As lembranças que Beth tem do período em questão, evocam sentimentos de desespero, medo e de solidariedade, como “valores” que perpassam uma cultura da tragédia e do trauma vivenciado (Eckert, 1995 inspirada na teoria do valor de Dumont 1984). Assim como inúmeros moradores da cidade, a família de Beth conseguiu se proteger acionando redes de solidariedade de vínculos horizontais que no momento da crise se tornaram “redes de socorro” pelo caráter emergencial que assumiram. A emergência da situação configurou redes de solidariedade de diversos tipos de relações: rede de solidariedade religiosa, redes de solidariedade de parentesco e, por último, rede de solidariedade de vizinhança. Ao abandonar sua casa, a família de Beth migrou para a casa de sua irmã, porém:

*“na casa da minha irmã nós ficamos apenas uma noite, do dia 22 ao dia 23. Nós ficamos eu, o meu marido, a minha filha, a neném, meu genro, a minha irmã com a filha, ficamos em sete pessoas. No outro dia de manhã, nós tivemos que despachar para a casa da vizinha. A casa era um salão de festa, a parte de abaixo pegou enchente e acabou com tudo. A casa era bem bonita, só sobrou o que era de mármore. Ela tirou muitas coisas que pôde. Esse salão de festa enorme, o que ela pôde colocar para cima, o que meu marido, meu genro conseguiram... cada um fez o que deu. Ela socorreu o que deu. Então nós*

*ficamos só num pedacinho do salão, e ainda tem que dar graças a deus porque era muita coisa, então a gente tinha que colocar as nossas coisas no canto. E as goteiras que começaram a vir na casa? Goteira, goteira, para tudo quanto era lado”.*

A dinâmica do cotidiano da família de Beth foi alterada, novas práticas foram desenvolvidas a fim de constituir um novo espaço social, mesmo que temporário. As dificuldades que Beth e sua família tiveram nos dias de cheia foram agravadas pelo pequeno espaço que tiveram para se organizar no salão de festa da casa da vizinha de sua irmã, pela presença de uma criança com menos de um ano de idade e por Beth estar em processo de recuperação de uma hepatite que tivera. O abastecimento de água estava cortado, com isso se impôs a dificuldade em satisfazer necessidades:

*“O banheiro que ela tem lá em cima é um lavabo, é só um vaso sanitário e um e um lavatório, né. Ali, nós tudo se lavava dentro de uma bacia de plástico, no caso a gente tinha que se levar só com uns pingüinhos de água, porque tinha que economizar a água da caixa d’água dela que estava no fim, e aí, nós tivemos que economizar água. As necessidades, nós tínhamos que fazer as necessidade dentro de uma sacola de plástico, e deixar num canto separado lá perto da escada, para deixar para o lixeiro levar quando começasse recolher o lixo”.*

A escassez de alimentos tornara a situação ainda mais crítica, pois não era fácil conseguir comida, uma vez que o comércio fora invadido pela água e não era possível o deslocamento para buscá-la. Em Lévi Strauss, era em torno das oposições binárias que se construía a mitologia de cada cultura, a experiência narrada por Beth apresenta a escassez de provimentos básicos em oposição à fartura de alimentos do cotidiano. Uma situação de “quebra no cotidiano” provocou a escassez em oposição à abundância o que para ela: “dá medo, é muito triste ter que economizar comida”.

### **3.2 Suspensão da ordem**



**EMERGÊNCIA EM SC**  
**MEDO DE DEIXAR A CASA**

**Ruas sob vigilância**  
**ITAIAI - VOCE VAI COSTAR**

**Cuidar do pouco que sobrou**

**faz a limpa no Maxxi do São Vicente**



**Crime**  
**Polícia prende 23 por furto**  
**Grupo saqueou bairrais e aparelhos eletrônicos de supermercado**

**Compras com escolta**  
**Mercedes tem policiamento pra frear saqueadores**

**DIÁRIO DO LITORAL**  
**APROVEITADORES**  
**Começa a faltar comida nos mercados de toda Itajaí**



No momento em que as casas estavam submersas se instaurou outro problema: saques. Forçados a deixar suas casas inundadas, a preocupação se tornava roubar o que não fora destruído pela água.

A situação era mais dramática nos conjuntos habitacionais localizados na periferia da cidade. A vulnerabilidade dos moradores se tornara notória porque se as casas estivessem sem vigia, tornavam-se possíveis vítimas de saques e não raras vezes os moradores eram coibidos pela ação policial ao serem confundidos com saqueadores.

As casas que foram abandonadas se tornaram alvo de ladrões. Na ausência de moradores, antenas parabólicas, por exemplo, eram roubadas. Desta forma, o problema relacionado as enchentes, ganham uma dimensão maior porque as vítimas das inundações resistem em abandonar as casas. As vezes faziam ou revezavam em plantões. Não existia esquema de segurança capaz de proteger as casas.

Tornava-se difícil, com as casas submersas, que autoridades competentes e até mesmo os vizinhos, identificassem quando se tratava de saque ou não, pois era recorrente as pessoas voltarem para suas casas acompanhadas em lanchas com o objetivo de retirar objetos.

A cidade embaixo d'água, os moradores alarmados frente à possibilidade de, através do saque, perder o pouco que lhes restava, a solução encontrada pelas autoridades públicas foi restringir o deslocamento da população. A alternativa foi decretar o toque de recolher durante o período em que a cidade estivesse em situação anormal. Mais uma vez, se observou a enchente desnudando a ineficiente atuação do poder público.

No caso de Angélica, Roney seu marido, jovem, apresentava condições físicas para se aventurar no meio da água e vigiar a casa deles e dos pais. Dona Onadir, idosa, não apresentava a mesma força de Roney, mas não se intimidava frente aos riscos. Todos os dias, durante o período de cheia voltava para a sua casa e ficava em cima do telhado vigiando e sofrendo ao ver a situação de suas coisas.

Quando eu mencionava o assunto sobre a enchente na cidade de Itajaí era recorrente palavras como “cenas de guerra”, “catástrofe”, “terror”, “destruição”, “caos”. Entretanto, comecei meu trabalho de campo um ano após a enchente de 2008, momento em que não se ouvia mais, pelo menos nos meios de comunicação, comentários sobre a tragédia no Vale do Itajaí. Diferente do momento da enchente, em que acompanhávamos em tempo real pelos

meios de comunicação o desenrolar deste evento catastrófico. A “invasão do Maxxi” pode ser lida como um “micro evento” dentro do “macro evento” que foi a enchente, pois assumiu uma grande repercussão nos meios de comunicação. O Maxxi é um supermercado, constituiu-se enquanto atacado, localizado na Avenida Adolfo Konder, no bairro São Vicente. É um imenso espaço, que difere dos grandes supermercados, porque têm grandes prateleiras, produtos de diversas marcas em grande quantidade, com preços mais atrativos, porém sem a preocupação estética atrativa que percebemos em outros lugares para chamar a atenção do consumidor; assemelha-se a um grande galpão construído com estruturas metálicas.

Os meios de comunicação chamaram atenção para o que denominaram como “saque”. Em campo, inúmeras pessoas relatavam sua experiência relacionada a este “micro evento”. Um interlocutor relatou que abrigou várias pessoas em sua casa e que, certo dia, dois jovens que estavam em sua casa trouxeram fardos de cerveja dizendo que ganharam, pois estavam distribuindo no Maxxi. Angélica contou que “*eles deixaram invadir o Maxxi*” e esta foi a maneira que seu marido, juntamente com um amigo, encontraram de trazer comida para casa. A todas as pessoas que eu apresentava o meu interesse de pesquisa, relatavam a “invasão do Maxxi”, por ter sido divulgado em todo o país. Os relatos por vezes eram orientados por juízos morais sobre a situação. Algumas pessoas relatavam para discorrer sobre o vandalismo e violência que se instaura num momento em que se espera apenas solidariedade. Outras narrativas eram sobre o fato de ter sido uma “invasão consentida”, pois tal estabelecimento tinha segurado apenas contra incêndio e saque, no caso de enchente, teriam prejuízo. Desta forma, a “invasão” foi facilitada, os meios de comunicação cobriram o evento e o seguro cobriria os prejuízos do saque.

Quando a cidade ficou submersa, as pessoas aos poucos ficaram sem água e alimentos, pois muitas vezes mal conseguiam salvar os documentos, que dirá carregar comida de dentro de casa, e no caso de se abrigarem na casa de parentes e amigos, é evidente que a água e comida terminariam com maior rapidez. O comércio, em sua maioria, estava cheio de água; o que restava em funcionamento elevava os preços da água e das outras mercadorias em cinco ou até mais vezes acima do valor. Vários interlocutores contaram que um litro de água custava mais de dez reais. Velas se tornaram objetos de extrema necessidade e por isso tornou-se escassa no comércio no período de cheia e seu valor, assim como a água tornava sua aquisição inacessível. Roney, que é marido de Angélica e filho de Marlene, buscou comida no Maxxi em três viagens que fez com um amigo, caminhando no meio da água. Em uma dessas

viagens ele cortou o pé. Segundo Angélica, Roney e o amigo enchiam uma caixa d'água de comida e levavam para onde suas famílias estavam abrigadas.

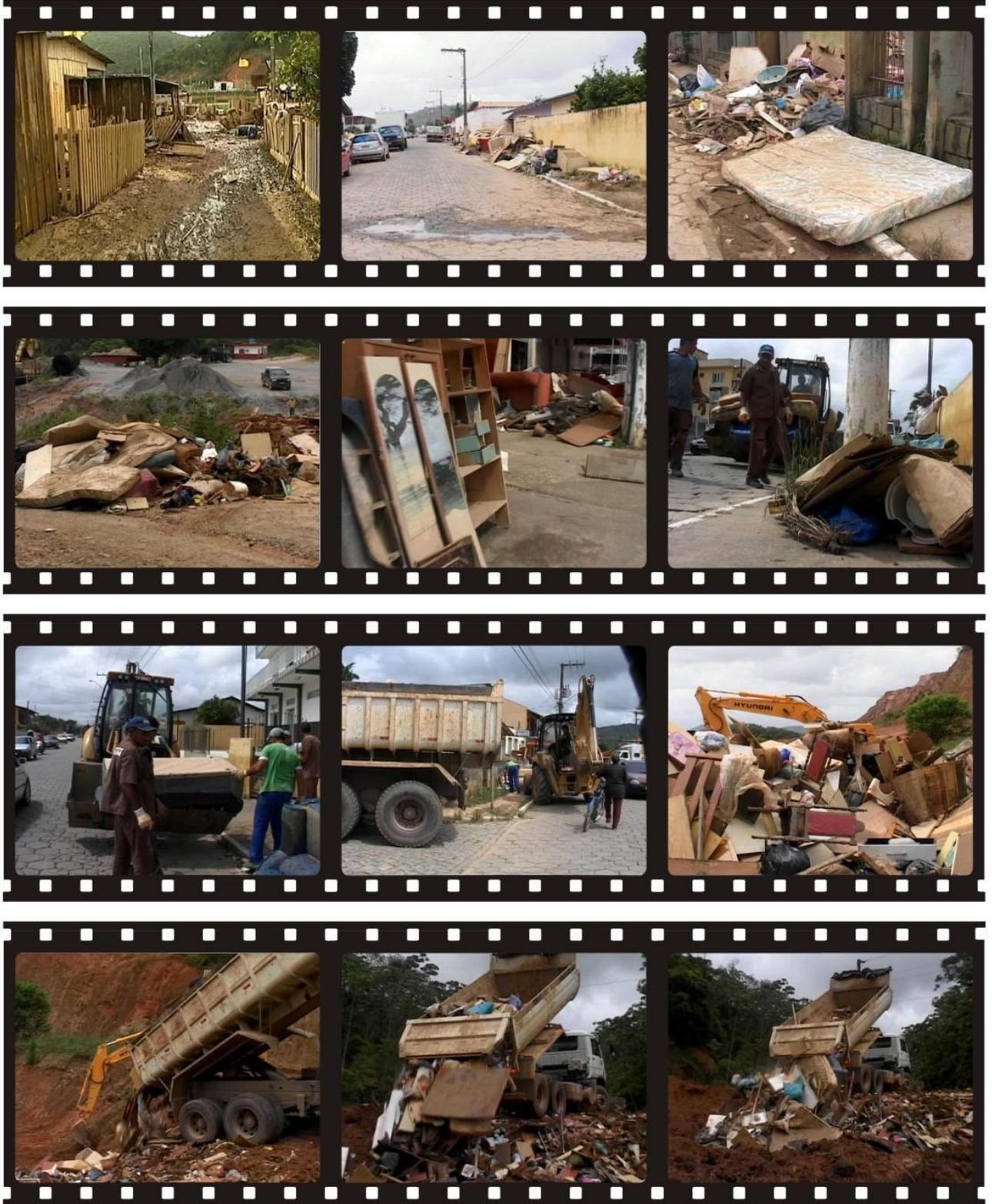
Esta situação aponta para um despreparo das instituições envolvidas em ações de socorro em providenciar alimentação e água para a população que se encontrava ilhada. Em sua dissertação de mestrado intitulada “Desafios de gestão de abrigos temporários: uma análise sociológica de insegurança e riscos no cotidiano de famílias abrigadas”, Victor Marchezini (2010) apresenta a análise de imagens produzidas pela imprensa sobre o que denominaram “saque” e fala sobre a “dimensão política da instrumentalização das imagens” (Marchezini 2010, 55), que constrói realidades conforme os interesses dos que estão no poder.

“No caso dos saques ocorridos no final de novembro de 2008, em Itajaí/SC, os meios de comunicação difundiram reportagens nas quais a associação de imagens e relatos visaram criar uma representação de que a desordem na cidade não era em decorrência da ineficiência de instituições de atuação em desastres e emergências, mas em razão da ação de um grande número de ‘saqueadores’ que se aproveitariam das fortes chuvas e da situação de emergência para roubar comida, bebida, material de limpeza, geladeiras e utensílios domésticos.” (Marchezini, 2010: 56)

A citação descrita e a narrativa dos meus interlocutores fornecem informações que complexificam a situação, pois expressam as práticas sociais estabelecidas pelos moradores diante de um evento crítico (1995). Uma nova prática social que não se desenvolveria na normalidade do cotidiano foi instituída diante do evento provocado pela enchente. Ao me tornar uma narradora (Eckert e Rocha, 2005) pretendo atribuir um sentido às narrativas sobre o evento, sentido imbuído da formação antropológica, o que, por sua vez, contribui para o trabalho de reconstituição da memória. Faz-se presente nas narrativas sobre o evento a lacuna deixada pelo Estado, mesmo que o discurso jornalístico tenha caracterizado o evento enquanto uma prática de vandalismo. A caracterização de vandalismo ao “saque” feito em tal estabelecimento, não corresponde ao significado que os atores sociais atribuíram as suas práticas.

## Capítulo 4

### O momento de voltar para casa e a reordenação do cotidiano



Segundo relatos e a divulgação da imprensa, durante os dias de cheia era como se a cidade estivesse vivendo uma operação de guerra. Policiais civis, militares e federais circulavam pelas ruas da cidade em lanchas, carros blindados e caminhões do Exército. Helicópteros sobrevoavam a região. No dia 27 de novembro, quinta-feira, na tentativa de restabelecer a ordem, foi decretado toque de recolher às 22 horas.

Após a água baixar, moradores, que foram transferidas para abrigos, para a casa de parentes e amigos ou até mesmo ficaram na casa de pessoas que conheceram no contexto da enchente, retornaram para as suas residências. Ao abandonar as casas, estas pessoas viveram, durante a cheia, momentos de tensão, apreensão e sofrimento permanentes, porque voltar para casa significava recomeçar, era necessário enfrentar toda a lama e sujeira trazida pela inundação e ver o que havia restado.

Durante os dias de cheia, na frente das casas, geralmente ruas pavimentadas, circulavam apenas transportes aquáticos. Os moradores que tinham um pavimento superior na casa tiveram menor prejuízo em comparação aos moradores que não tinham como suspender os móveis.

A situação de emergência se instaurou rapidamente. Muitos relatos mostravam uma descrença de que a enchente chegaria. Até a água chegar a suas portas ou começar a subir pelos ralos. A enchente atingiu aproximadamente 80% da cidade, no domingo, dia 23 de novembro de 2008.

Quando os moradores puderam sair nas ruas ficavam perplexos diante da devastação causada pela enchente. O lixo acumulado, restos de móveis, entulhos marcavam a paisagem urbana pós cheia: camas, sofás, geladeiras, fogões, guarda-roupas, mesas, armários, forno microondas, louças, roupas, fotografias, documentos destruídos no meio da lama que restou. Muros caídos, casas desabando, postes e fios tombados no chão. A cor de lama predominava na cidade assim como a sujeira e a desordem.

Conforme os dias passavam, os moradores se acomodavam nos abrigos e nas casas em que se instalavam, desenvolviam estratégias para lidar com a escassez de alimentos e água; paralelamente a isso, aumentava a ansiedade para saber em que situação encontrariam as casas abandonadas às pressas. Ansiavam pelo momento de voltar para as suas casas, porém o

retorno era marcado por tristeza e desolação frente às condições de precariedade que as casas estavam.

O tom da voz e a postura corporal que as interlocutoras assumiam ao discorrer sobre a volta para casa evidenciavam que reviver este passado que “não passou” através das lembranças, era reviver a dor. Elas, a partir das narrativas, evocavam uma memória coletiva e traumática compartilhada por quase todos os moradores do Vale do Itajaí.

#### **4.1 Voltar para casa, qual casa?**

##### **A experiência dos filhos de Andréa**

Levando apenas uma bicicleta, os filhos de Andréa abandonaram a casa. Ficaram para trás geladeira, fogão, televisor, roupas, documentos e fotografias. Quando a cidade começou a ser tomada pelas águas, os filhos de Andréa recorreram a uma rede de solidariedade de emergência de vínculo vertical (Lomnitz, 2009), caracterizada pelo viés institucional, ou seja foram para o abrigo mais próximo, improvisado numa escola, mas em seguida o local ficou alagado, fazendo com que seus filhos fossem para outro abrigo. A família morava em uma casa situada num terreno cedido pela Prefeitura. Era uma casa simples.

Na cidade de Itajaí foi estabelecido que os abrigos atendessem às pessoas até o dia 23 de dezembro de 2008; a Administração Pública determinou que as famílias deveriam passar o natal em suas casas. Contudo, casas desabaram e muitas famílias não tinham para onde voltar, obrigando-as a acionar outras redes de solidariedade formadas por amigos, parentes e até mesmo pessoas que conheceram no contexto da enchente.

A família de Andréa estava entre as famílias que perderam a casa. Andréa se encontrava na prisão e seus três filhos, menores de idade, não tinham mais para onde voltar, pois a casa desabou em decorrência da enchente. No entanto, este evento é compartilhado pela memória (Halbwachs, 1990) de Andréa e de seus filhos, pois, de alguma forma, a enchente afetou a todos: a casa não suportou o nível que a água atingiu e desabou. Segundo Douglas, “*a água quase alcançou o teto!*” e Andréa completou: “*perdi minha casa e tudo o que tinha dentro, só não perdi meus filhos pela misericórdia de Deus*”.

No espaço em que ficava a casa da família de Andréa, restaram apenas vestígios de um espaço anteriormente habitado: paredes que desabaram, roupas e calçados, utensílios

domésticos se encontravam espalhados pelo chão. Os muros que cercam o terreno mostravam a marca do nível que a água atingiu, o que faz ressoar Halbwachs (1990), quando aborda a “Memória Coletiva e o Espaço”. O autor aponta o espaço como parte que constitui o contexto em que se inserem as recordações e a transformação que os mesmos sofrem ao longo dos tempos e as marcas que deixam na sociedade.



## A perda da casa de dona Mariquinha

No terreno de dona Mariquinha havia três casas em que residiam três famílias. Na casa da frente morava Ivonete e sua família; na casa do meio morava Idnei e sua família e na casa dos fundos, em uma casa menor, morava sozinha dona Mariquinha. Eram velhas casas de madeira e em condições precárias.

O vizinho<sup>34</sup> de dona Mariquinha tinha um bar e no bar havia uma mesa de sinuca. Com o movimento intenso da água a mesa se deslocou, atingiu e derrubou a casa onde dona Mariquinha morava.

*“E foi assim, ó, tinha um muro, do lado do vizinho, enorme, aí caiu em cima da meia água, e na casa da mulher tinha uma mesa de sinuca, e a mesa de sinuca veio água abaixo, por que é na beira do rio né nêga? Eu moro beira do rio, aí aquela mesa de sinuca veio e empurrou a parede, aí a casa tombou ainda, tu vê”!*

Os poucos móveis e utensílios domésticos que tinha se perderam na lama. Fotos, documentos e a roupa que vestia foram as coisas que dona Mariquinha conseguiu livrar da devastação provocada pela enchente. Orientada por Halbwachs (1990), a memória é considerada de um ponto de vista, em relação ao espaço-tempo, aliada a uma referência material. No caso da escolha do que levar consigo num momento em que havia poucas alternativas, a opção por resgatar os documentos – certidão de casamento, certidões de nascimentos, atestado de óbito do marido e do filho – e fotografias de entes queridos, reflete o que dona Mariquinha escolheu para ordenar seu sentimento de continuidade e pertença. Sua prática foi orientada por escolhas afetivas, no caso das fotografias, e orientada pela razão prática, no caso dos documentos.

Dona Mariquinha faltou ao trabalho pelo fato de a cidade estar alagada. Decorrencia disso, perdeu o direito de receber o dinheiro referente aos dias que faltou.

*“Quando aconteceu a enchente eu trabalhava ali na praça. Nós ficamos acho que 10 dias sem trabalhar, porque a gente não podia passar, parecia um mar, aí o miserável de nosso patrão descontou esses dias de nós, descontou, não era para descontar, mas ele descontou”.*

Esta injustiça é uma contradição denunciada por Roberto Kant de Lima (1989) sobre as práticas policiais e judiciais brasileiras (1989):

---

<sup>34</sup> Vale lembrar que estas casas estão localizadas às margens do rio Itajaí-Mirim.

As práticas policiais brasileiras são, portanto, um reflexo da nossa cultura jurídica, que concebe a estrutura social brasileira como sendo hierárquica, atribuindo diferentes graus de cidadania e civilização a diferentes segmentos da população, embora a Constituição Brasileira atribua direitos iguais a todos os cidadãos, indiscriminadamente. (Kant de Lima, 1989: 82)

Frente a um cenário de destruição total e a falta de dinheiro, a alternativa encontrada foi a de Ivonete alugar - e não reconstruir - outra casa para morar com sua família, ficando dona Mariquinha com a casa da frente. Assim, Ivonete se mudou com a família para uma casa na cidade de Navegantes. Em sua mudança foram os filhos e o marido de Ivonete, já não havia mais móveis, nem utensílios domésticos, nem roupas para carregar. Tudo se perdeu com a enchente, segundo a narrativa de dona Mariquinha:

*“Então, eu perdi minhas coisas tudo. Essa minha filha, morava lá, tá. Ela perdeu tudo, eu perdi tudo, o meu filho não perdeu a geladeira, nem o freezer porque como eu falei para ti, guardou num container, é, então, ali ele não perdeu, mas nós perdemos tudo. Ah, e ele não perdeu a televisão, não perdeu a televisão”.*

Em 2010 quando conheci dona Mariquinha ela se encontrava em meio ao lento processo de reconstrução de sua casa. Ganhou o fogão usado de um colega de trabalho, ganhou a geladeira de um amigo, pagara cem reais por um guarda-roupa usado de um colega de trabalho, ganhou uma mesa e cadeiras de bar de outro vizinho e o televisor que usa em casa pegou emprestada de um neto.

*“Mas tudo, tudo que eu tenho lá dentro de casa, não foi com dinheiro não, zerinho assim ó, mas deixa eu ti contar, ganhei assim ó, mas deixa eu explicar para ti como é o negócio. O meu, o meu guarda-roupa não deu para querer mais, por que o meu não deu para aproveitar nada. Minha geladeira, tinha uma geladeira grande, alta, velha, era uma geladeira velha, mas era uma geladeira muito bem conservada, muito boa, mas eu perdi tudo. E tem aquela lá que eu ganhei, velhinha, também já tá, já tá, porque ela congela embaixo, e em cima ela não congela, e tudo o que eu tenho lá, alguma coisa que eu tenho lá, é tudo assim ó, por que no lugar onde não pegou enchente, eles botavam para rua, porque pegava na rua e não pegava dentro de casa, pegava sim, mas pegava pouquinho, e a pia, pegou um tantinho assim de água, e eu lavei e pus para dentro de casa. Eu, não ganhei nada, eu não ganhei nada. O que eu ganhei, foi essa geladeira do meu vizinho do lado, que é bem velhinha. Ganhei o fogão, dum guarda que trabalhava aqui, entende, velhinho, tá bom, tá funcionando, só não funciona o forno, mas o resto funciona. E essas coisas que eu ganhei dos outros assim, entende, dos outros assim, mas desse negócio assim, ninguém de nós ganhamos. Por exemplo assim ó, o que eu ganhei, o que nós ganhamos, dali ó, foi um sacolão, daquele negócio que estavam entregando, como é que... o helicóptero não, quem, a polícia, não, o soldado passou e deixou o sacolão”.*

Das doações que vieram para a cidade ela ganhou três cestas básicas que dividiu com seus filhos, bem como dois colchões de solteiro.

*“E o que eu ganhei foram três sacolões; eu ganhei um sacolão da prefeitura, eu ganhei um sacolão do soldado, e ganhei um sacolão do centro social, o que eu ganhei, o que nós ganhamos. Todo o resto, todo o resto não ganhamos. Ah, o que eu ganhava, ainda repartia com os eles, o que nós ganhávamos, e não ganhamos nada. Ah, e para dizer que*

*eu não ganhei, o eu ganhei, o que eu ganhei novo foram dois colchões de solteiro. É que eles estavam dando ali, no centro social, então a gente ia lá e fazia...e eu fiquei lá um dia todo na fila, e outro dia até não sei que horas para ganhar esses três, esses dois colchões de solteiro que nós ganhamos, eu ganhei, minha nora ganhou, e minha filha ganhou. Só que agora ela tá morando em Navegantes, entende”.*

A etnografia aponta a forma que os atores sociais encontraram para enfrentar a situação de crise provocada pela enchente. A experiência de dona Mariquinha, na tentativa de obter donativos, mostrou uma negociação com redes sociais perpassadas por hierarquias de poder, em que havia diferentes formas de acesso aos recursos materiais e simbólicos necessários para aquele contexto. Em sua narrativa, verifica-se o papel afetivo e simbólico das relações de parentesco afirmados na constituição de uma rede de solidariedade e com maior eficácia numa situação de enfrentamento das crises.

#### **4.2 O drama de voltar para casa**

##### **Marlene**

Quando aconteceu a enchente em novembro de 2008, a casa de Marlene era de apenas um pavimento, por isso não havia a possibilidade de suspender os pertences da família nem mesmo se abrigar na própria casa. Marlene e seus quatro filhos mais novos se abrigaram na casa de Dinha e Aloir se abrigou na casa de Robson, filho mais velho do casal. Restou apenas um rastro de lama na casa em que o casal morava com os filhos.

Referente ao período da cheia, o drama vivido por Marlene e sua família pode ser descrito em três momentos: primeiro, enquanto a água subia, o problema era a resistência de Aloir em deixar a casa; segundo, foi o drama de Marlene sair, durante a madrugada estrada afora, carregando quatro crianças e, por último, após tantos dias fora de casa, a frustração de encontrar destruído tudo o que fora adquirido com dificuldades. O pouco que Marlene tinha, perdeu-se com a enchente.

O terreno em que se encontrava a casa de Marlene é localizado no bairro Promorar III, um conjunto habitacional popular, onde a maioria dos terrenos foram doados pela Prefeitura.

Quinze dias após abandonar sua residência, Marlene voltou com o objetivo de retomar sua rotina. A lama cobria as paredes e os móveis, roupas, documentos, materiais de escola das crianças, utensílios domésticos; tudo o que tinha dentro de casa se tornou entulho - irrecuperável. Nas paredes Marlene mostrou a altura a que a água chegou: ultrapassou as

janelas. Na tentativa de proteger rapidamente o que havia dentro de casa, Marlene recorreu à estratégia de colocar as coisas uma em cima das outras, mas o movimento das águas fez tudo boiar.

No momento em que a água subiu, vinda pelos ralos e esgotos da rua, trouxe lixo, sujeira e bichos para dentro da casa. Segundo Marlene, *“o pior era depois da enchente, o fedor da casa, a quantidade de lama depois que a água baixava e a quantidade de bichos que ficaram na casa”*.

Com a ajuda de seus filhos mais velhos Marlene foi aos poucos tirando o lixo e a lama de dentro de casa, e a Prefeitura retirava os móveis danificados dos moradores das calçadas.

*“Eu não tinha muita coisa para perder, o que tinha em casa era velho”*. Mesmo assim, seu relato mostrou as dificuldades que enfrentou voltando para uma casa ocupada pela lama, necessitando de higienização. Não tinham mais onde se sentar ou onde dormir. Não havia mais como preparar as refeições. Não havia mais como refrigerar os alimentos, visto que o calor do verão tornara as temperaturas mais elevadas.

A situação da família de Marlene foi agravada pela escassez de água potável e alimentos para as crianças. Havia ainda, a falta de perspectiva sobre de que forma conseguiriam repor o que fora inutilizado pela água. A alternativa encontrada foi a de sair pelas ruas e procurar, no meio dos entulhos de outras pessoas, móveis e utensílios que fossem úteis para continuar levando sua vida:

*“no tempo da enchente a gente morava ali embaixo, meu deus, encheu tudo ali. Era a coisa mais triste, passei a maior luta, né? e depois para dar comida para as crianças, porque não tinha. As vezes passava aquelas pessoas do exército que deixava um sacolãozinho para nós, nós passamos uma luta. Aí não tinha mais nada dentro de casa, o fôgão acabou tudo com a lama, a pia quebrou tudo. Nós jogamos fora, ali na frente ficou um monte de coisas. E a gente ia catando de gente que pegou a enchente, mas que ainda dava para aproveitar, entendeu”?*

A trajetória de vida de Marlene e sua família são marcadas por dificuldades financeiras. *“O tempo da enchente”* determinou a dor de vários dias fora de casa e a volta marcada pela perda de tudo o que tinha. *“Aí não tinha mais nada dentro de casa”*, era a hora de recomeçar. Mas recomeçar por onde? Que recursos subsidiariam a reposição do que fora perdido? As ações de enfrentamento da crise decorrente da enchente ganharam diferentes sentidos na vida dos moradores da cidade. A fome é o tema declarado na narrativa de Marlene e, ao refletir sobre a fome e as perdas materiais na vida dessas pessoas, é necessário atentar

para as dimensões culturais e simbólicas do consumo (Douglas; Isherwood, 2004). Mary Douglas e Baron Isherwood (2004, 2007) apresentaram uma definição de rede social de pobreza, na qual os bens não são necessários por eles mesmos, mas pelas relações sociais que sustentam, porque servem como pontes e cercas simbólicas e, ao mesmo tempo, eles integram, excluem e classificam os indivíduos, conforme as escolhas realizadas pelas práticas de consumo. No contexto da enchente, Marlene não teve a opção de comprar móveis e repor os utensílios danificados, sua alternativa foi buscar nas ruas o que os outros moradores haviam jogado fora. Neste caso, verifica-se que os bens de consumo desempenham o papel de prover a subsistência e definem as linhas que demarcam as relações de poder entre os indivíduos e grupos.

### **Angélica**

*“Ah, e depois foi muito difícil, não foi só o momento, tem depois. Meu, foi bem complicado, foi bem ruim. É, na verdade, aqui em casa veio até o meio da janela”.*



Assim como outros moradores, após dias de angústia e privações, Angélica esperou o nível da água baixar para retornar para casa e verificar o que havia restado para recomeçar. Ela relatou o drama de voltar para casa e ver tudo destruído pela lama. A enchente foi em novembro e Roney seu marido lhe dera de presente, meses antes, no dia das mães, um jogo de cozinha e ainda pagavam as prestações.

*“Ai, assim que começou a baixar a água a gente começou a se organizar. Ai quando a gente veio para cá, era barro puro, puro, puro! Eu chorava tanto cara, eu chorava tanto”.*

Além do excesso de lama, a casa de Angélica não apresentava danos visíveis, mas orientada por alertas da Defesa Civil e também por seu medo, diante do estado deplorável em que a cidade se encontrava, ela estava alerta para qualquer sinal de desabamento. Pelos desabamentos vistos no entorno, Angélica perdera o sono por diversas noites.

A dor que Angélica sentira diante das perdas foi revelada em sua fala somada à sua expressão facial. Angélica é a mais jovem dentre todas as interlocutoras, mas sua memória é atravessada pelo mais recente evento catastrófico vivido pela comunidade onde mora. “*Tem o depois*”, que é amenizado pela vivência coletiva que se desenvolve a partir das relações de solidariedade.

### **Dona Onadir**

Conforme passavam os dias, dona Onadir ansiava para que sua vida voltasse à normalidade. Ela se abrigou na casa de uma filha, mas durante o dia voltava para sua casa alagada, ficava em cima do telhado a fim de vigiar a casa contra saqueadores. Quando a água baixou, restou lama impregnada por toda a casa, móveis e roupas. Dona Onadir era uma dona de casa fascinada por eletrodomésticos, sempre em busca de novidades no mercado.

Ao voltar para casa, desta vez para ordenar o que sobrou, relatou-me que se sentia paralisada frente à situação, triste e desanimada. Em algum momento teria que recuperar a energia e colocar as mãos na lama. Mesmo sentindo nojo de toda sujeira e lixo que restaram dentro de casa e com medo de animais peçonhentos que vinham com a água, dona Onadir deixou o desânimo de lado e, com suas mãos, garantiu a recuperação do que pôde.

Dona Onadir colocou fora os colchões, o sofá, móveis de compensado e os eletrodomésticos que, mesmo após suas tentativas de recuperá-los, não funcionaram.

Contou que, ao contrário de pessoas que ela considerava preguiçosas e desinteressadas, ela não se permitia perder uma peça de roupa sequer, por isso retirou tudo da lama e lavou, esfregou até que fosse possível colocar no uso novamente.

Pela primeira vez em que fui à casa de dona Onadir, me espantei com a quantidade de coisas que ela guardava dentro de uma casa pequena. Mesmo tendo recuperado parte de seus

utensílios, tais como fogão, geladeira, máquina de lavar roupas, ela fez questão de comprar coisas novas. Nesta casa ela tinha duas cozinhas: uma nova e equipada e outra de uso diário com o que foi recuperado, ou parcialmente recuperado da enchente. Assim, aos poucos, ela multiplicava o que havia dentro de casa, pois se recusava a jogar fora o que tinha estragado.

## **Beth**

Quando visitei a casa de Beth dois anos após a enchente me foi possível ter uma pequena idéia do que os moradores de Itajaí enfrentaram nos dias de cheia e pós cheia. A força de seu relato era capaz de impressionar quem nunca passou por esta experiência.

No período da enchente, havia apenas um cômodo construído no pavimento superior da casa, impossibilitando, pelo pouco espaço, que suspendessem móveis, roupas, utensílios domésticos das duas famílias. Sendo assim, recorreram ao método de colocar os móveis uns em cima dos outros; mas com a força da água, de nada funcionou este procedimento. Nos meandros de uma memória recente, mas que se entrecruza com experiências de enchentes vividas em outros tempos, Beth começou a narrativa sobre a situação em que sua casa ficou:

*“então o que ficou aqui em baixo: tinha uma mesa grande aqui, era uma mesa grossa, ficou muita coisa em cima e o que ficou em cima da mesa, a água cobriu e tirou de cima, porque a marola, né, começava lá fora e ia dando aquela marola dentro de casa. Da minha cozinha o que sobrou foi esta geladeira que está toda enferrujada embaixo. Esta geladeira, ela andava boiando dentro de casa! a máquina de lavar roupa estragou. O que sobrou foi algumas louças, e o resto que tinha aqui embaixo, acabou tudo, ficou nada”!*

Sujeira, lama, mau cheiro são elementos presentes nas lembranças de Beth que contribuem para a compreensão da dramaticidade do momento de retornar a casa e se deparar com os estragos:

*“Aí quando se volta para casa, o problema de voltar para casa é a lama, a sujeira que fica o mau cheiro... parece assim, quando a gente chega, dá a impressão quando a gente volta para casa que deu um terremoto, porque o que fica de móveis jogados na beira da estrada! Fica um cheiro de morte, um cheiro de coisa podre. O mau cheiro é tanto, que parece que a gente fica doente. Eu fiquei com hepatite, não foi proveniente disso, mas eu estava doente, e fiquei uns dias ainda na casa da minha irmã para poder voltar”.*

O sentimento de desorientação marcou a volta de Beth para casa. Ela falou em “*cheiro de morte*”, “*cheiro de coisa podre*” numa evidente associação à fragilidade de sua saúde naquele momento. A falta de vigor físico provocado pela doença repercutiu no sentido que ela atribuiu àquele evento em sua narrativa.

Beth mostrou as louças que restaram de presente que ganhou de casamento. Pelo fato de ela estar se recuperando de uma doença no período não foi possível que trabalhasse na limpeza de sua casa e isso aumentou seu desespero ao voltar. Ela descreveu o sentimento de revolta frente às perdas e a vontade de não juntar mais nada, como se o fim certo para suas coisas fosse perdê-las nas enchentes. Vale apontar que sua prática se mostra inversa à de dona Onadir:

*“esses copos aqui, ganhei no meu casamento, faz 39 anos. O que sobrou foi isso aqui e essas porcelanas que estavam rolando na lama, mas eu fiquei com pena de jogar fora. Porque o resto acabou tudo, acabou tudo. Era sapatos, era livros, os documentos não, porque os documentos a gente pega. Perdeu as fotos, meu deus! Dá uma revolta na gente, a gente não quer juntar mais nada para acabar na água. Não dá vontade de comprar mais nada. Eu tava doente ainda, eu ainda estava me recuperando, foi tudo muito horrível, muito triste. Da enchente, foi isso aqui que sobrou e uns caquinhos que nem tá mais aqui. Dentro de casa era lama pura, lama pura! Sabe o que é lama”?*



As porcelanas que sobraram rolando na lama... “O resto, acabou tudo”. A destruição desses objetos pela lama configurou este evento como um drama social (Turner, 1982). Houve uma ruptura com objetos de referência de ordem afetiva. A perda desses objetos fomentou o sentimento de revolta e o desejo de não acumular mais objetos. Para que adquirir se o fim certo é perder em uma enchente? Os documentos, na maioria das vezes, são o que os atores

sociais optam por levar consigo; afinal, a sua posse facilita ou dificulta a reconstrução das vidas, em função da legitimidade que o Estado atribui a quem “tem uma identidade”.

Beth lamentou que sua família tivesse dispensado a ajuda dos irmãos da Igreja para a limpeza da casa, pois ainda enxergava vestígios de lama.

*“Mas irmãs da igreja de Florianópolis, elas vieram de lá. Porque a nossa congregação é uma organização muito unida, e os irmãos vieram com produtos de limpeza, com rodo, com panos de limpeza, esponjas, vassouras. Eles trouxeram muitas coisas assim para ajudar a fazer limpeza. Eles vinham assim, naquela turma, sabe? Eles fazem a limpeza, eles limpam tudo o que podem. Aqui em casa, como eu ainda estava na casa da minha irmã e o meu marido veio aqui limpar com a minha filha e o meu genro, e minha filha disse assim: não, não precisa, nós damos um jeito aqui, porque vocês podem ajudar outras pessoas que precisam mais. Mas se eu tivesse em casa, eu pedia. Porque ainda hoje, se eu passar a mão embaixo da geladeira, embaixo das portas, ainda tem vestígios de lama, porque não sai mais, fica. Louças que foi jogada fora porque não deu para aproveitar. E o lixo era tanto, o lixo era tanto, que a prefeitura levou mais de um mês para limpar”.*

Além da rede de solidariedade de emergência formada por relações de parentesco e vizinhança, Beth poderia contar com a ajuda dos membros da Igreja Testemunhas de Jeová, à qual é vinculada.

A experiência de Beth com a enchente de 2008 não se esgotou na volta para casa e com a limpeza da sujeira:

*“olha, a história é grande, sabia? Quando vem às águas, tudo o que tem de bicho vem junto, é cobra, é rato. O que você imagina de bicho peçonhento! Eles vivem no seco, eles vêm procurando lugar seco, eles vêm subindo, procurando lugar seco. A enchente foi em novembro, em dezembro a minha filha pediu para um senhor para reformar o banheiro, porque já estava nos planos deles mandar reformar. Um dia, o homem tava limpando tudo, tirou todo o azulejo, fez a parte de reboco e veio o outro fazer a parte do azulejo. Aí, ele muito assustado né, gritava: “aí, a senhora corre aqui, a senhora corre aqui! Corre!” daí, dentro da bacia, no cano do vaso sanitário tinha uma cobra! A cobra ficou dentro ali e ela não morreu menina! Isso foi em mês de dezembro! Ela veio, ela entrou, era aquela cobra mole, assim, que tem duas cabeças, uma cobra feia, meio cinza, meio roxa! Ele ficou apavorado! Ele tremia de medo”!*

Este medo “de bicho peçonhento” é uma das facetas apresentadas pela enchente e que pode ser analisado pelo trabalho de Guiddens (1991) ao discutir os obstáculos de se enfrentar os ambientes de risco, pelas conseqüências acarretadas nas relações da vida pessoal, familiar e profissional.

*“A gente tem que ter muito cuidado, quando a casa tem enchente, tem que cuidar todos os orifícios, todas as frestinhas, tem que tapar tudo, tem que cobrir tudo. Assim, para não entrar nenhum bicho, porque senão acontece isso. Sabe, há alguns anos atrás, eu conversando com um senhor no meu trabalho, porque chega muita gente e a gente fica conversando, ele me falou assim, ele era da Defesa Civil, e ele me falou uma coisa, ele me deu uma orientação: ‘olha, eu vou fazer uma sugestão para você, quando houver um caso*

*de enxurrada, ou de enchente, tem que ter sempre em casa, coloca quatro ou cinco sacolas destas de supermercado uma dentro da outra, coloca-se areia, e deixa ela bem amarrada. Coloca dentro do vaso sanitário para não subir nada, e coloca-se em cima do ralo do banheiro e aonde tem vazão de esgoto, assim, na pia da cozinha, no banheiro, tem que colocar aquela sacola, porque o peso da areia, a força da água não pode suspender né'. Ai se vem algum bicho, geralmente cobra, rato, aranha, aí barata nem se conta, né? Então nós fizemos isso. Só que quando essa cobra chegou dentro do esgoto, ela ficou ali e não passou! Mas quando foi tirada aquela sacola, quando voltamos para casa, ela começou a sentir ventilação, saída de ar e tentou sair. Então é perigoso, é muito triste”!*

A necessidade de voltar para casa e tornar o espaço novamente possível de ser vivido, deve ser vista como uma tática (De Certeau, 1990) de resistência diante de um evento que provocou destruição. Os moradores da cidade de Itajaí convivem com enchentes e por isso suas práticas revelam formas criativas de lidar com as interdições espaciais impostas pelo evento catastrófico.

*“é uma experiência que eu não desejo para ninguém. Dá vontade de fechar a casa e não voltar mais. Não dá vontade de voltar mais! Mais a gente tem que ter fé em deus, tem que levantar a cabeça! Ai os irmãos da igreja vem, vem os anciãos na casa da gente ver como que tá. Eles provem o que é de necessidade. Eles trazem produtos de limpeza, eles trazem comida”.*

Falas como essa apareceram mais de uma vez ao longo das entrevistas. No entanto, a particularidade da posição em que se localizam as lembranças proporciona a cada indivíduo sua própria representação sobre a memória coletiva. A motivação para dar continuidade à vida vem da fé em deus. Mesmo dispensando o auxílio dos membros da Igreja, o vínculo social de Beth com esta rede de relações amenizou seu sofrimento pelo fato de saber que pode recorrer a eles numa situação de crise. Os vínculos de parentesco, de vizinhança e com instituições religiosas - neste caso específico a Igreja Testemunhas de Jeová - formam redes sociais por meio das quais circulam bens de caráter material e afetivo que minimizam a condição de vulnerabilidade dos atores sociais.

## **Maria**

Da semana que começou a enchente, no fim de novembro até dezembro, mais ou menos dia 23, Maria ficou responsável por um abrigo. Durante este período Maria dividiu seu tempo entre limpar sua casa, cuidar do abrigo e trabalhar na distribuição das doações.

Maria passou dificuldades na liderança do abrigo, pois as pessoas apresentavam resistência frente à necessidade de retornarem para suas casas.

Em novembro de 2009, quando conheci Maria, ela contou que refez a sua vida após a enchente por meio das doações que a cidade recebeu e distribuiu a todos os moradores atingidos. Desde a pintura de sua casa até móveis novos, de utensílios domésticos a roupas de cama e banho. Maria não precisou comprar coisa alguma. Parte do que ganhou era de melhor qualidade do que perdera na enchente. Tinha roupas de cama guardadas em pacotes, porque não precisara usar. Enfatizou a boa qualidade dos donativos que recebeu.

## CAPÍTULO 5

### Processo de recuperação a partir das perdas

A enchente que aconteceu em 2008 no Vale do Itajaí tornou inabitável a casa de parte dos moradores que foram atingidos. Em algum momento se colocou a necessidade de se conformarem com a situação imposta pela enchente e se adequar às novas possibilidades que, neste caso, seriam mais escassas e precárias do que anteriormente. No entanto, apesar das imprevisibilidades do cotidiano, os dramas, as sociabilidades e as redes de relações sociais, contribuem com elaboração de projetos de continuidade, mesmo porque, “(...) a comunidade não afunda com este contexto de tristeza (...)” (Eckert, 1993: 58). No caso das minhas interlocutoras, duas famílias não tiveram mais como voltar porque suas casas desabaram. Outras casas precisaram obrigatoriamente passar por vários reparos para se tornarem habitáveis novamente.

Dentre as interlocutoras desta pesquisa, Maria foi a única que relatou ter reconstruído sua casa a partir das doações. Na rede de solidariedade de emergência a que Maria estava vinculada, circulavam bens na forma de auxílios, influências e contatos, constituindo-se, assim, em redes sociais capazes de suprir maiores demandas, como a reconstrução de uma casa.

Cada vez que eu chegava às casas de outras interlocutoras, elas apontavam para uma mesa ou um fogão, ou um armário, ou um guarda-roupa que estavam pagando para repor o que perderam com a enchente. Mesmo que se observe uma expressiva e diversificada troca de benefícios entre os membros das redes de solidariedade de emergência, as dádivas que circulavam não supriram as demandas dos moradores quanto às necessidades de se reinstalarem em suas casas.

Ainda que a grande mídia tenha abandonado as notícias sobre a enchente que atingiu o Vale do Itajaí em novembro de 2008, após dois anos do desastre as conseqüências eram sentidas no dia a dia dos moradores. Passados os momentos críticos provocados pela enchente - abandonar a casa, voltar para casa e jogar o lixo fora - era hora de calcular os prejuízos e recomeçar.

Apesar do tempo que passou, as marcas de lama persistiam nas paredes, às vezes mesmo depois de uma nova pintura. Destroços das casas evidenciavam a passagem devastadora das águas.

Mesmo com a perda dos espaços de referência, as interlocutoras desta pesquisa mostraram a forma como trabalham a memória. Apesar da dor sofrida pelas perdas materiais, reinventar a continuidade da vida sobre as discontinuidades (Eckert, 1993) é um ato humano. Oriento-me na reflexão sobre a “reinvenção do cotidiano” destas mulheres, tendo como referência a tese de doutorado de Eckert (1993), pesquisa em que aborda questões relacionadas à memória e identidade de mineiros, a partir do estudo na comunidade de La Grand-Combe, na França. A autora analisa a reorganização da identidade social na comunidade frente à desordem provocada pelas transformações sofridas com o fim da atividade carbonífera. As experiências destas famílias da cidade de Itajaí são singulares; contudo, por meio da memória de suas trajetórias “(..) ultrapassa-se o caos, porque o cotidiano é reinventado e se encontra carregado de sentido”.

*“Tu indo lá, tu vai ver minha casa, tá? Na minha casa chove um monte, dentro de casa.”* Desta forma foi que dona Mariquinha começou a narrativa sobre suas condições de vida. No período do meu trabalho de campo, dona Mariquinha morava sozinha na casa da frente, anteriormente casa da família de sua filha Ivonete. Antes da enchente, havia três casas no terreno e depois ficou reduzido a duas casas. Eram casas de madeira, velhas e que se encontravam em precárias condições para moradia.

A casa da frente tem cinco cômodos e uma área que dona Mariquinha improvisava como cozinha bem como um banheiro que é de uso comum das duas famílias, de dona Mariquinha e de Idnei, pois ele morava num lugar apenas dois cômodos.

Havia três quartos na casa de dona Mariquinha, o quarto da frente servia como depósito para ferramentas de pedreiro que pertenciam a seu marido e que eram usadas eventualmente por seus filhos; no quarto do meio ficavam duas camas de solteiro com os colchões recebidos das doações. Este quarto era usado quando dona Mariquinha hospedava alguém em sua casa e tinha várias prateleiras onde ficavam dispostas suas bonecas. O último quarto era de dona Mariquinha, que após um ano e meio da enchente, voltara a ser usado. Isso porque, recentemente, ela tinha comprado um armário de segunda mão e não precisava

mais manter as roupas em cima da cama de casal. Na maioria das noites, Diogo, seu neto, fazia-lhe companhia.

Dona Mariquinha preparava as refeições na casa de Idnei, pois, embora tivesse ganhado geladeira e fogão de amigos, estes se encontravam em péssimas condições para uso. Assim, todos os dias ela cozinhava, lavava as roupas e arrumava a casa de la e de seu filho.

A precariedade da casa de dona Mariquinha era motivo de preocupações diárias, porque as madeiras pareciam podres e com intensa umidade. Sua preocupação com a condição em que a casa se encontrava não se limitava à possibilidade de ser atingida por outra enchente. Compreendi isso ao conhecer sua casa: qualquer chuva mais forte a deixava em alerta, com receio de desabamento.





Com dois salários mínimos, dona Mariquinha se mantinha e ajudava o filho, dificultando a execução de planos de construir outra casa com sua renda. Desta forma, dona Mariquinha se apegava a alternativas disponíveis para refazer sua casa. Ela solicitara no projeto comunitário João de Barro<sup>35</sup> umas madeiras para fazer uma nova casa, mas até a finalização do meu trabalho de campo não havia sido atendida. Outra tentativa foi a carta que escrevemos para o Programa do Gugu, relatando sua trajetória de vida dramática e pedindo para participar de um quadro em que o apresentador constrói uma casa nova para as famílias que solicitam e são sorteadas.

*Itajaí, 04 de fevereiro de 2010.*

*Olá a todos do programa do Gugu, e a todos da TV RECORD, que Deus possa abençoá-los para que cada vez mais possam unir o entretenimento social, que aliás é uma característica pessoal do apresentador Gugu.*

*Meu nome é Debora e nas próximas linhas estarei escrevendo a história de uma grande amiga, uma vez que esta, não sabe ler nem escrever.*

*Meu nome é Maria Bento Fagundes, moro em Itajaí/SC, Rua São Vicente, nº 1177, a mais de 40 anos. Casei-me bem jovem aos 17 anos de idade, com Anísio Fagundes. Sempre levamos uma vida muito humilde, e tudo o que adquirimos foi com muito esforço e trabalho, principalmente para criar nossos cinco filhos (Ivair, Idalete, Ivonete, Ivonei e Idnei).*

*Infelizmente meu marido era uma pessoa muito violenta, e constantemente agressiva, tanto comigo, quanto com meus filhos. Sempre trabalhei como diarista para complementar nossa renda, porque como servente de pedreiro ele não conseguia sozinho prover o sustento da família.*

*Sempre tive um sonho: ter um pouco de conforto em minha casa. Isso sempre pareceu impossível por causa de minhas condições financeiras, mas nunca deixei de sonhar.*

*Como se não bastasse todos meus problemas familiares e financeiros, meu destino ainda reservava a surpresa mais desagradável que uma pessoa pode ter a dor mais terrível que um ser humano pode suportar, que é a perda de um filho. Ivonei quando tinha 18 anos de idade sofreu um grave acidente de trânsito. Foi um período muito triste para nossa família, é claro que a dor de perder um filho nunca se apaga do coração. Com este acontecimento passei a receber mensalmente um salário mínimo.*

*Passado oito anos, meu marido faleceu. Apesar de tudo que passei com ele, chorei sua morte, pois ele foi o primeiro homem que me casei por amor e pai dos meus filhos.*

---

<sup>35</sup> O Projeto João de Barro, mantido pela Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social, trabalho de atendimento à comunidade, em que as pessoas solicitam madeira para a construção de casa, solicitação de pessoas que não têm dinheiro para comprar o material de construção.

*Hoje com 62 anos de idade, filhos criados e encaminhados, sou auxiliar de serviços gerais e continuo a sonhar com meu canto, onde possa passar o restante de minha vida sacrificada, sabendo que com meu ganho nunca realizarei tal sonho.*

*Minha casa é humilde e apesar de tudo o que passamos pode ser chamada de lar, onde filhos e netos estão sempre por perto. Há algum tempo atrás, preguei umas tábuas, mas a cada vez que prego uma, as outras ficam podres. Para completar, em novembro de 2008, o Brasil pode acompanhar as enchentes que assolaram nosso Estado, e minha cidade ficou 98% tomada pelas águas.*

*Em meu terreno existem duas casas. Moro na casa da frente, que é feita de madeira e está em condições precárias, pois além de chover dentro ainda têm as marcas da água que subiu. Antes da enchente já não tinha quase nada de móveis, mas depois o pouco que tinha foi destruído.*

*Através da solidariedade de amigos consegui alguns móveis usados e estamos nos recuperando aos poucos e o sonho cada vez mais distante de minhas condições.*

*É com muita fé em Deus que acredito ser através do seu programa que poderei realizar meu sonho, programa este que já levou a felicidade a tantas pessoas, quem sabe depois de uma vida tão sofrida, eu possa sorrir novamente.*

*Um abraço a todos vocês, que possam continuar levando a alegria aos lares brasileiros por muito tempo.*

*Beijos!!!*

*Maria Bento Fagundes*

Para a família de Marlene, a enchente acarretou prejuízos de ordem material cuja recuperação se dará ao longo de muito tempo. Conforme Marlene relatou, sua família “*não tinha muito que perder*”, mas o pouco que tinham e se perdeu na lama, era fundamental para o seu dia-a-dia.

Assim, a preocupação de Marlene e Aloir era não perder mais nada e sua família não ter mais que se separar caso acontecesse outra enchente. Desta forma, contando com poucos recursos financeiros, mas contando com a solidariedade de parentes e amigos, eles levantaram as paredes de um pavimento superior construindo um tipo de edificação, observada predominantemente entre as camadas populares da sociedade, que remete às “táticas populares” de De Certeau(1990).

Quando conheci a família de Marlene, o pavimento superior do sobrado era ocupado por sete ou oito pessoas. Seu filho Robson morava com a esposa no pavimento inferior. O sobrado estava sem acabamentos, o pavimento era de concreto e as paredes estavam sem reboco; havia problemas na disposição das telhas - por isso, quando chovia, inundava a casa.



Angélica, a nora de Marlene, quando me recebeu em sua casa, mostrou-me com pesar o que resistiu após uma semana em que sua casa esteve submersa: uma mesa e duas cadeiras. Ela atribuiu as perdas que teve no período ao fato de não ter como suspender o que havia dentro de casa. Após perderem tudo, exceto a mesa, o casal e o filho passaram a dormir em um mesmo colchão no chão. As roupas da família ficavam guardadas dentro de uma cômoda velha que Roney ganhou de um conhecido.



Angélica e Roney, quando voltaram para casa, apressaram-se em construir as paredes da parte superior da casa para que, numa próxima enchente, pudessem suspender seus móveis e tivessem onde se abrigar.

Dificuldades financeiras interferiam na vida do casal, postergando a reconstrução da casa. Angélica trabalhava em período integral numa metalúrgica e Roney trabalhava, eventualmente, como pedreiro, enquanto Marlene cuidava do filho do casal, Bryan. Angélica narrou quais foram suas perdas materiais:

*“Eu perdi tudo. Tudo, tudo, tudo, porque não consegui salvar nada. E não me recuperei em nada ainda, nada. Eu não comprei cama, a minha cômoda está caindo aos*

*pedaços, não comprei guarda-roupa, não comprei nada ainda. E não vou comprar nada, até arrumar em cima e colocar em cima. Não vou arriscar perder de novo, vai que vem outra e perder tudo de novo? Porque eu estava pagando tudo, Estava pagando tudo. Eu não me recuperei ainda, e a gente vai ficar um bom tempo assim. Agora eu fico na minha cabeça, vou arrumar lá em cima primeiro para depois arrumar as coisas (grifo meu). Meu, eu tinha acabado, ele tinha me dado um jogo de cozinha no dia das mães, sabe, estava pagando ainda. Tinha recém comprado um beliche. Mas nada a gente conseguiu erguer e colocar para cima. Eu fiquei um tempão com a pia ali se desmanchando, eu não queria jogar fora, sabe, eu ficava limpando e ela se desmanchando. Foi pesado”.*

Ela me contou que se recusava a comprar qualquer coisa enquanto não pudesse se instalar na parte superior da casa. O esforço para construir um piso superior na casa, para assim se proteger numa próxima enchente, pode ser compreendido como uma tática que “é determinada pela ausência de poder assim como a estratégia é organizada pelo postulado de um poder” (De Certeau, 1990, p. 101). A invenção do cotidiano acontece devido ao que De Certeau chama de “artes de fazer”, “astúcias sutis”, “táticas de resistência” que vão alterando os objetos e os códigos, e estabelecendo uma (re)apropriação do espaço e do uso ao jeito de cada um.



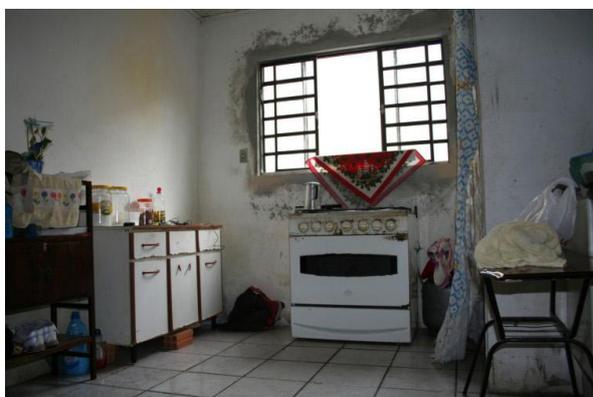
Quando a água baixou e se tornou possível caminhar pela cidade, Andréa soube da situação que seus filhos vivenciaram e quais eram suas perspectivas em relação ao futuro, pois não voltariam mais para casa porque ela havia desabado.

Na cidade de Itajaí a administração vigente daquele período estabeleceu como meta que até o dia 23 de dezembro não haveria mais famílias em abrigos. Esta meta foi cumprida, mas muitos moradores não teriam mais uma casa para voltar e passar o natal com a família.

No natal de 2008 e por quase um ano e meio os três filhos de Andréa estiveram separados, cada um morando na casa de um parente ou um amigo, pois perderam a casa e não tinham condições financeiras de pagar um aluguel.

*“E, só que eu, eu não estava junto, né, eu não presenciei, posso ti dizer assim, né, mas eles estavam sozinhos, né. Quando começou a encher, eles saíram, perdeu a casa. Era outra casa, essa daqui é de aluguel, porque lá não tem mais condições né, porque lá caiu tudo, e ninguém se interessa, porque se vai na defesa civil tem que fazer fila, tem que ter um monte de coisas, e daí tá na mesma coisa, para nós, pro meus filhos não mudou nada depois da enchente, né. Mudou no sentido de piorar, porque antes tinha onde morar, e agora a casa é de aluguel, agora nós estamos morando de aluguel, quer dizer, ao invés de melhorar, agora piorou. E eles ficaram assim, entendestes, nessa situação, entendeu? E aí ganharam um pouco de roupa, que é o que adolescente gosta. Engraçado, desde que aconteceu não apareceu ninguém para falar nisso, né. No momento eles andam de helicóptero, andam filmando, pode ver. Eles falam que as famílias perderam isso, perderam aquilo, né. E depois? Hoje em dia a gente tá pagando aluguel!”*

Após um ano e meio foi liberada a pensão para Andréa de seu marido que morreu há quatro anos. Com um salário mínimo Andréa alugou uma casa de dois cômodos – no quarto não há espaço para nem uma cama de casa – no valor de trezentos e vinte reais. Seus filhos deixaram a escola para trabalhar e complementar a renda da família. Em consequência de um evento catastrófico, Andréa e sua família se encontraram diante da necessidade de reordenar o cotidiano, pois vínculos sociais foram desfeitos e novos vínculos aos poucos são tecidos.



Dona Onadir não conseguiu se desfazer de quase nada do que foi atingido pela lama. Contudo, parte dessas coisas se tornou inutilizável, por isso, aos poucos ela repôs o que precisava - e não foi pouca coisa.

Quando aconteceu a enchente, a casa de dona Onadir era de dois cômodos. Por razões financeiras, ela não pôde construir um pavimento superior. Neste caso, recorreu à alternativa de construir outro cômodo na frente de casa onde guarda as coisas que foram atingidas pela água. Neste cômodo, dona Onadir prepara as refeições e assiste a televisão, para não sujar e estragar a cozinha nova que comprara.

No período do meu trabalho de campo ela estava pagando a mesa nova e o filtro elétrico que comprara recentemente.

Após a enchente, a família de Beth providenciou a ampliação da casa no pavimento superior. Ainda estava afastada do trabalho na confeitaria por questões relacionadas à sua saúde; aguardava a aposentadoria que poderia acontecer a qualquer momento. Em sua casa, dividida para duas famílias, a mobília era nova. Entretanto, apesar de ter móveis e utensílios necessários, não se observava o acúmulo de objetos que acontece ao longo do tempo. Era uma casa com pintura nova, mas que não escondia o nível que a água atingiu. Contou que resistiu por mais de um ano em comprar móveis novos e dispensou qualquer ajuda material da Igreja com o argumento de que havia irmãos em maiores dificuldades financeiras do que a sua. Em sua narrativa, Beth reelaborava tanto a enchente que vivera em 1983 quanto a de 2008, atribuindo-lhes novos sentidos.

A experiência coletiva é construída e negociada no espaço público, mas as relações de vizinhança e a sociabilidade por vezes são estendidas para o âmbito privado, fortalecendo assim o sentimento de pertença dos sujeitos ao espaço. Em momento algum, as interlocutoras mencionaram o desejo de sair do lugar onde moram. Por outro lado, o projeto<sup>36</sup> (Velho, 2003) dessas interlocutoras é de continuidade no mesmo lugar em que sofreram perdas provocadas pela enchente, ou seja, a intenção é construir uma casa segura de alvenaria com um piso superior, para caso aconteça outra enchente, as famílias tenham onde se abrigar e possam suspender seus móveis, evitando perdas.

---

<sup>36</sup> Conceito de projeto, formulado por Gilberto Velho (1994), que significa uma “conduta organizada para atingir finalidades específicas”, segundo as escolhas entre um “campo de possibilidades”, orientado pelos paradigmas culturais compartilhados.

A etnografia possibilitou acessar as práticas cotidianas e a forma de ocupação do espaço urbano por meio das experiências vividas. As formas de interação no cotidiano desses sujeitos, as relações de vizinhança, as relações de parentesco mostraram que estes sujeitos se relacionam com o entorno por meio de uma dimensão que também é afetiva.

Mesmo que estas famílias recorram à “tática” de ampliar a casa no pavimento superior, a condição de vulnerabilidade é persistente. No caso de dona Mariquinha e Andréa, existe a necessidade de reconstruir uma nova casa; Angélica ainda não teve condições de ampliar a sua casa. De qualquer forma, a angústia presente em suas narrativas evidencia um devir de incertezas advindas das dificuldades financeiras e da suscetibilidade frente às intempéries que todas estas famílias se encontram. As condições de precariedade de algumas casas provocam insegurança quanto à possibilidade de uma próxima enchente. No entanto, os períodos de cheia e as inundações que acontecem no Vale do Itajaí, incluem seus habitantes numa sociedade complexa urbana.

## CAPÍTULO 6

### Convívio com enchentes: 1983

Nesta pesquisa, percorri uma rede social delineada por meio do que minhas interlocutoras apontavam em suas narrativas como importante na constituição das redes de solidariedade. Estas mulheres, além de contarem lembranças de suas famílias, indicaram outras pessoas com as quais estabeleci certa proximidade. Neste capítulo, privilegio as narrativas de interlocutoras que discorreram sobre suas trajetórias de vida, atentando para saberes inerentes a quem vivenciou outros “tempos de crise” (Eckert, 1993), ritmados por outros períodos de cheia.

Em ano de 2008 fez 25 anos que todo o Vale do Itajaí enfrentou a maior tragédia vivida por todos os moradores da região: a enchente de julho de 1983. Por 15 dias a cidade parou. As indústrias, as escolas, o comércio parou de funcionar porque as lojas alagaram. Apenas os locais onde foram instalados abrigos temporários permaneceram em funcionamento, em meio ao caos, para socorrer as famílias desabrigadas. No ano de 1984 aconteceu outra enchente impactante tanto quanto a de 1983. Em 2009 os moradores da região do Vale do Itajaí temiam outra enchente na mesma proporção da enchente de 2008.

As rupturas provocadas pela passagem do tempo marcaram o cotidiano dos moradores da cidade de Itajaí. Ainda que as enchentes façam parte do histórico da região do Vale do Itajaí, as mudanças decorrentes destes “tempos de crise” não foram assimiladas facilmente.

O cenário dramático instaurado durante a enchente de 1983 não se perdeu da memória dos moradores que vivenciaram as cheias daquele período. Dinha, dona Onadir, Beth e dona Mariquinha narraram, cada uma a partir de sua experiência, que não imaginavam vivenciar novamente outra catástrofe daquela proporção. Elas presenciaram a enchente e guardaram ainda vivas, as lembranças de um momento que marcou suas vidas. Suas lembranças e narrativas comunicaram elementos que são compartilhados por uma memória coletiva daquela região.

Durante o período da grande cheia de 1983, muitos moradores perderam suas casas. Entretanto, mantiveram suas vidas por conta de laços de solidariedade estabelecidos naquele momento. O desespero, o medo e a solidariedade marcaram aqueles dias, que se repetiram, em maior proporção, em novembro de 2008.

Em julho de 1983 o rio Itajaí Açu atingiu 15.34 metros em Blumenau, totalizando 197.790 desabrigados e 49 vítimas fatais em 90 municípios do Estado; na cidade de Itajaí, a enchente deixou 42,3% da população local desabrigada e cinco mortos, segundo a revista História Catarina (Revista História Catarina, Jan/Fev 2009 1, p. 42-53). As famílias de Dinha e dona Mariquinha foram abrigadas na UNIVALI (Universidade do Vale do Itajaí), que recebeu moradores que tiveram suas casas atingidas pelas águas. Dona Onadir, abrigou-se em outro abrigo público e Beth se deslocou para a casa de parentes.

Naquela enchente, a água ultrapassou as margens do rio Itajaí-Açu e invadiu as ruas, as casas, o comércio e levou com força tudo o que estava pela frente. A fim de acolher os atingidos, estabeleceram alojamentos em bairros, escolas e centros comunitários que não corriam risco de ser afetado pelas águas. Estes abrigos temporários funcionaram por muitos dias após a enchente, pois era necessário esperar a água escoar e eliminar o rastro de lama e entulhos que ficaram na cidade.

Dinha estava grávida de um de seus filhos em julho de 1983. Morava no bairro São Vicente, perto de onde dona Mariquinha mora atualmente. Dinha, o marido, dois filhos pequenos e o sogro precisaram abandonar a casa sendo resgatados por integrantes da Defesa Civil, abandonando tudo o que haviam adquirido até aquele momento. Ela narrou que moravam em uma casa pequena e humilde. Estava no sétimo mês de gestação. Passou pela casa de sua sogra e de sua mãe, mas estas casas foram invadidas pela água, levando a família inteira a migrar para um abrigo público, conforme Dinha narrou:

*“eu morava lá perto da Mariquinha e a minha casinha era bem perto do rio, desde 81. A água faltou um tantinho assim (gestos com as mãos), para atingir a telha, daquela altura ali daquelas telhinhas que tu tá vendo. Eu tava grávida do Alexandre. O que eu tinha dentro de casa, só fiquei com a roupa do corpo dos meus filhos. Só com a roupa do corpo deles. Tava eu, grávida, o meu filho pequeno, o meu marido e o meu sogro dentro de casa. e nós fomos levantando as coisas, mas diziam: não é maré alta, é maré alta, não vai encher. Porque a gente já estava acostumado com aquela marezinha. Aí quando a gente foi vendo, foi entrando água. Vieram dois homens, pegaram meu sogro no colo, porque era um senhor de idade. Eu sei que aquela foi a enchente mais forte que deu. E depois voltamos para o mesmo lugar. Limpamos tudo, jogamos tudo fora e fomos reconstruindo a nossa vida, né. Essa eu passei. Primeiro eu fui para a casa da minha sogra, depois para a casa da minha mãe e daí a gente foi tudo para a UNIVALI”.*

Segundo Dinha, naquele período se colocava como obstáculo o acesso à alimentação, pois com as cheias o comércio era fechado e não havia condições de sair da cidade em busca de comida, encontravam-se ilhados, sem comunicação com difícil acesso aos meios de transportes. Quando questionei Dinha sobre qual a sua motivação para abrigar um grande número de pessoas em sua casa em novembro de 2008, ela comentou:

*“A minha experiência não é só de abrigar, é de passar também. Eu passei. Nunca vi aquilo, meu deus! Nunca vi! Eu trouxe as pessoas para cá porque eu passei a mesma coisa, pior ainda que eles, porque eu estava grávida, não podia ajudar muito as pessoas, não tinha como ajudar. Não podia socorrer, por isso eu falei: agora eu vou socorrer, por que não custa a gente dar a mão para uma pessoa que está precisando”.*

Como sujeito desta narrativa, Dinha reordenou suas imagens em diversas temporalidades. Partindo dos momentos de ruptura e descontinuidade, a “reinvenção de seu cotidiano” por meio das “táticas” desenvolvidas no dia-a-dia deixam a sua trajetória de vida impressa nas formas de vivenciar a cidade de Itajaí.

Da mesma forma que aconteceu com Dinha, assim que as águas do rio Itajaí Açu se elevaram, o marido de dona Mariquinha se encarregou de tirar a família de dentro de casa e buscar por um abrigo seguro, porque o nível da água se elevava com rapidez. Saíram sem rumo certo, assustados, fugindo da água. Durante uns 20 dias dona Mariquinha e sua família ficaram abrigados na UNIVALI. Tanto dona Mariquinha quanto Dinha relataram que foram dias vivendo em condições precárias referentes à higiene e alimentação. Havia pouca alimentação para o grande número de abrigados.

Dona Mariquinha narrou que após a água baixar, a preocupação de seu marido era em que condições encontrariam suas ferramentas de trabalho de pedreiro. Nada fora levado pela água, mas alguns materiais que tinham estocado não resistiram e se perdeu. Móveis, roupas, utensílios domésticos, perderam-se tudo.

No desenrolar da narrativa de dona Mariquinha, se destacam suas relações familiares. Quando questionada sobre a enchente de 2008, ela contava e recontava sua experiência enfatizando as perdas, mas sobrepondo a isso as relações de solidariedade instauradas no período. Após algum tempo de convívio com dona Mariquinha, ela mencionou que vivenciou a enchente de 1983 a ponto de precisar, mais uma vez, abandonar sua casa. Ela não evocava em suas lembranças as experiências vividas, relacionadas às enchentes da década de 80, mas realçava a perda de entes queridos, principalmente a morte prematura de seu filho.

Se por um lado, o cotidiano de dona Mariquinha aparece pautado pelas rupturas e descontinuidades, suas “raízes” na cidade se tornam evidentes em suas práticas e em sua narrativa. Sua trajetória de vida evoca outra temporalidade que pode ser vista na vida de seus filhos, seus netos, seus bisnetos.

Para Beth, é indescritível o sofrimento daqueles dias da enchente de 1983. A água arrastava árvores, postes, construções. Com espanto viu a água invadir sua casa. Era muita chuva e a primeira vez que perderia tudo o que havia dentro de casa imerso na água suja de

lama. Recorreu à estratégia de suspender os móveis levantados, mas a água começou a vir pelo ralo, entrar pelas portas com tamanha força, atingindo um nível que deslocou os móveis.

Num primeiro momento não sabiam para onde ir, era Beth, seu marido e sua filha, criança naquela época. Ficaram sem energia elétrica e sem comunicação, até que conseguiram auxílio para deixar a casa e se abrigar na casa de parentes. Narrou que era desesperadora a situação de sair de casa e se sentir imobilizados frente à quantidade de água que não baixava. As casas eram tomadas pelas águas e destruídas. Após a água baixar, os dias eram de tamanho esforço para tirar a lama de dentro casa, jogar fora o que se tornara entulho e reconstruir a vida.

O período das enchentes é lembrado com sentimento de tristeza, pois muitas pessoas ficaram desabrigadas e passaram fome. O ato de abandonar a própria casa constitui um drama, porque os moradores deixam suas casas de forma abrupta e precisam forçadamente abrir mão de espaços e objetos em que localizam suas experiências de vida. Esta é a razão pela qual Beth diz ter passado mais de um ano, após a enchente de 2008, sem colocar qualquer móvel novo ou velho dentro de sua casa: não admite perder seus móveis, suas roupas, suas louças em outra enchente.

O fato da enchente de 1983 que ficou marcado na memória de dona Onadir é que ela se encontrava recém separada de seu primeiro marido e morava sozinha, pois suas 3 filhas eram casadas. Até aquele ano, nenhuma das casas em que morou havia sido atingida por enchentes. Foi no amanhecer que a sua casa começou a ser invadida pela água e ela esperava alguém para lhe levar até onde uma de suas filhas morava. Pessoas que trabalhavam na Defesa Civil a levaram até a casa de sua filha com uma bateira<sup>37</sup>. Na casa de sua filha, acreditava que estaria segura, porém, instaurou-se outra situação dramática, ao ver a água atingindo a casa de sua filha. Perceberam que não dava mais para ficar naquela casa. Após certa hesitação, seu genro e sua filha concluíram que a alternativa, até a água baixar, era procurar abrigo. Precisaram se realocar em um abrigo público, esperando a água escoar e possibilitando, assim, transitar pela cidade para chegar à casa de outra filha que não fora diretamente afetada pelas águas.

Após a água baixar, começou a limpeza das casas. Para onde olhava o que via era destruição, devastação e lama. Os terrenos e as frentes das casas eram apenas entulhos, vestígios do que anteriormente fora útil e habitável. Naquele ano dona Onadir disponibilizava

---

<sup>37</sup> Barco pequeno com o fundo achatado;

de saúde e força física para recomeçar sua vida. Sua casa se manteve intacta, porém perdera muitos móveis; alguns resistiram porque eram de boa qualidade e foram aproveitados para recomeçar.

Estas narrativas ressaltam uma luta constante dessas famílias contra a desagregação dos vínculos sociais no tempo. Segundo Eckert:

“Os “tempos de crise” não são vazios de significação. Apesar das rupturas, a comunidade vai se esforçando por se recolar. A memória coletiva aparece como referência essencial para a reatualização da identidade do grupo. É por ela que o tempo é vivido e reordenado (...)”. (Eckert, 1993: 74)

O Vale do Itajaí é a referência espacial onde se localizam os tempo e espaços sociais presentes nas memórias destas mulheres. A “etnografia da duração” (Eckert e Rocha, 2005), fundamentada no conceito de duração de Bachelard (1994), é o que orienta a pesquisa dos ritmos temporais que movimentam a vida nas sociedades complexas contemporâneas, por meio das observações acerca das mudanças e descontinuidades que a constroem. Partindo deste pressuposto, compartilhei com minhas interlocutoras imagens e tempos sobrepostos, que abarcam a cidade de Itajaí e seus moradores.

É por meio de suas práticas comuns do dia-a-dia que a cidade é reconstruída após uma crise que pode se configurar como um “evento crítico” (Das, 1995). A disposição da vida coletiva na cidade é caracterizada por sobreposições temporais conformadas a partir dessas práticas cotidianas que envolvem relações sociais de parentesco, de vizinhança de reciprocidade e, assim, as memórias individuais e coletivas.

## Considerações Finais

Desde setembro de 2009 estou envolvida com o tema desta dissertação e sua abordagem sobre trauma e violência em relação à enchente de 2008, no Vale do Itajaí em Santa Catarina. Finalizei meu trabalho de campo em dezembro de 2010, período em que a dissertação começou a tomar forma. Enquanto escrevia, transcrevia as entrevistas, retomava as imagens produzidas no contexto da pesquisa ou imagens coletadas de outros autores, sentia perplexidade ao ler ou assistir os noticiários, pois aconteciam inúmeras tragédias ocasionadas por chuvas em diversas regiões do país e do mundo. Na região Sudeste, por dois anos consecutivos, aconteceu um elevado número de vítimas fatais provocado pelas enchentes. No mês de janeiro de 2011, dia após dia aumentava o número de mortos em deslizamentos na região serrana do Rio de Janeiro. Em março de 2011, na cidade de São Lourenço do Sul, no Rio Grande do Sul, aconteceu outra quebra no cotidiano, onde moradores perderam as vidas, carregados pela força da correnteza. No mês de agosto, momento de concluir a dissertação, leio a notícia de que no primeiro semestre de 2011, o número de vítimas fatais ocasionadas por chuva era mais do que o dobro do ano de 2010, *“Até agosto foram registradas mais de mil mortes; aumento é justificado pela tragédia na região serrana do Rio”*<sup>38</sup>. Marchezini em sua pesquisa concluiu a centralidade dos meios de comunicação na “conformação da realidade” (2010, p. 196) e na elaboração de sentimentos frente ao evento. No entanto, a comoção tem a duração curta, não é divulgada com a mesma intensidade a condição das famílias no período posterior às enchentes.

Problematizei nesta pesquisa qual foi o impacto que a enchente de 2008 acarretou na vida dos moradores da cidade de Itajaí, depois de passado de um a dois anos de sua ocorrência. A “etnografia da duração” orientou na compreensão da forma como são elaborados em narrativas as experiências dos sujeitos frente a eventos que resultam em descontinuidades e rupturas.

Ao vivenciar o cotidiano dos atores sociais que protagonizam esta dissertação, compreendo que as formas de enfrentamento adotadas numa situação de ruptura passa pela formação de redes de solidariedade de emergência construída por laços afetivos. A ação de

---

<sup>38</sup> <http://www.estadao.com.br/noticias/cidades,numero-de-mortes-por-chuvas-em-2011-ja-e-mais-que-o-dobro-do-ano-passado,756085,0.htm09> acesso: agosto de 2011

enfrentar o evento catastrófico se constitui em experiências ligadas a uma memória afetiva, o que no caso específico das narrativas apresentadas, não se configuram como ações políticas de enfrentamento à crise.

A enchente alterou a constituição do espaço vivido. O elevado nível que a água atingiu e a sua força deslocou os móveis, destruiu objetos e por fim, derrubou casas. Ou seja, a enchente provocou uma ruptura na vida dos moradores, uma vez que destruiu objetos e edificações de referência afetiva na vida dessas pessoas. O nível da água se elevou e as pessoas não tiveram tempo de, em muitos casos, resgatar seus pertences. Em pouco tempo, perderam tudo, desde seus bens referentes a uma memória afetiva, bem como objetos corriqueiros do dia a dia: cama, sofá, geladeira, televisão, fogão, vestidos, perfumes, sapatos, escovas de dente, álbum de fotografias, porta-retratos, livros, referências de uma memória individual e do grupo de pertença. No caso da rede social em que me inseri, salvaram-se as vidas das pessoas. Infelizmente, na região do Vale do Itajaí, outros moradores não tiveram a mesma sorte, pois a enchente provocou ruptura nas relações sociais, ocasionadas pelo elevado número de vítimas fatais.

No caso das famílias de dona Mariquinha e Andréa, em que as casas foram levadas pela água, elas permanecem ligadas ao espaço que anteriormente existia uma casa. Reinventam o cotidiano e por meio de novos projetos de vida ressignificam o contexto alterado pela enchente. Esta ressignificação acontece, pois são espaços sociais, considerados lugares de memória onde as identidades sociais são constituídas e reafirmadas.

Num contexto em que havia precariedade para lidar com um evento como a enchente e onde a disponibilidade de serviços públicos foram afetadas, os moradores viram em suas redes de relações a possibilidade de minimizar a escassez imposta pela ruptura. Na rede de solidariedade de emergência enfatizada na etnografia predominou o vínculo horizontal entre parentes, amigos e vizinhos; no caso de Beth havia a opção de recorrer a uma rede de solidariedade formada por membros da Igreja à qual é ligada.

Os relatos confirmaram que a enchente se colocou como um evento que alterou os projetos individuais e familiares. O momento da enchente foi dramático e se somou a outras agruras das trajetórias de vida. A quebra no cotidiano advinda da enchente determinou a passagem de uma forma de vida à outra, em que carência e enfado do cotidiano se alterou por outros sofrimentos e dificuldades. Quando a água “subiu”, redes de relações de parentesco,

amizade e vizinhança por motivações diversas (redes religiosas, redes de relações de bairro, etc) assumiram importância fundamental, oferecendo suporte mínimo para que aos poucos os moradores reordenassem seus cotidianos. As redes de solidariedade de emergência formadas por vínculos horizontais possibilitaram desde a estadia para as famílias que tiveram suas casas alagadas, até o empréstimo de dinheiro, doações de móveis e utensílios básicos de uma casa. Estas redes de solidariedade contribuíram também para amparar emocional e afetivamente os moradores em dificuldades. As relações estabelecidas no momento de ruptura são perpassadas por inúmeros conflitos provenientes da condição imposta pelo acúmulo de água. Famílias foram obrigadas a se instalarem e conviverem com outras famílias por tempo indeterminado em um pequeno espaço. Precisaram lidar com a escassez de água, a falta de alimentos e ausência de local adequado para tomar banho e satisfazer outras necessidades fisiológicas. A aglomeração de pessoas num pequeno espaço gerava desentendimentos entre elas, consequência da impossibilidade de organização e falta de privacidade. O indivíduo precisava abrir mão de sua intimidade em prol do grupo, o que não se realizava sem grandes tensões.

O impacto da enchente no espaço urbano provocou mudanças na configuração da cidade e em consequência disso os moradores precisam reinventar suas práticas cotidianas. No esforço de compreender e interpretar a maneira como estas famílias compõe o espaço urbano, a cidade emergiu como objeto temporal onde a enchente aparece como um evento, entre outros, que contribui para sua destruição e posterior reconstrução.

A contemporaneidade se apresenta pautada por transformações que se passam em alta velocidade e o reflexo dessa aceleração é um ritmo diferente no viver da cidade. A enchente que, segundo uma das representações sobre sua ocorrência, é considerada resultado de “mudanças climáticas” modificou os projetos de vida dos moradores do Vale do Itajaí e alterou suas expectativas acerca do devir.

A fragmentação, a desordem assim como a diversidade conforma o espaço urbano. A enchente é um fenômeno que provoca as feições mais antigas da região do Vale do Itajaí, acontecendo em proporções maiores ou menores em ciclos longos e curtos, respectivamente. Características de modernização são um dos traços marcantes que configuram as cidades na sociedade brasileira, mas a isto se somam os conflitos que resultam das desigualdades sociais. A expansão urbana não acontece isenta de um crescimento populacional e a cidade, no caso de Itajaí mais especificamente, se expande para áreas de maior vulnerabilidade no tocante às enchentes. Tais áreas vulneráveis se tornam o cenário de grandes tragédias onde os atores

sociais pertencem, em sua maioria, a uma determinada classe social suscetível a políticas de segregação das populações pobres. Além disso, o poder público é falho no desenvolvimento e no cumprimento de leis para a “ocupação” do solo em áreas de risco. Outro agravante é que a “ocupação” destas áreas de risco também resulta de práticas políticas que em busca de votos “cedem” terrenos à população, promovendo um processo desordenado de urbanização. Verifiquei nesta pesquisa que a dimensão catastrófica da enchente não resultou de uma determinação planetária e problemas globais de “mudanças climáticas” e sim, em consequência de determinações sócio-econômicas e históricas localizadas que podem ser sintetizadas na expressão “desigualdade social” no contexto do que Teresa Caldeira e John Holston sugerem, em seus estudos sobre segregação espacial em São Paulo, de “democracia disjuntiva” (Caldeira, 2000).

A cidade é o espaço de referência onde as redes sociais tecem suas formas de sociabilidade e constroem suas relações de reciprocidade e solidariedade. As famílias que compõe esta pesquisa, em sua maioria, vivem em áreas que denotam uma política de segregação dos pobres, excluindo-os para as margens da cidade. Entretanto, nestas áreas vulneráveis, estas famílias dão sentido às suas experiências na cidade e tecem os contornos de suas redes de relações. Com a enchente a paisagem urbana foi destruída e o cotidiano reinventado. Outra cadência regula os atos e os gestos, assim como um novo compasso compõe a reconstrução da cidade a partir das perdas, a sempre e constante força de criar a continuidade, táticas (De Certeau) de reinventar, de restaurar um campo de sentidos de durar no tempo (Eckert e Rocha, 2005).

Estar junto com estas famílias me possibilitou uma incursão em um universo formado por experiências distintas das minhas. Com o passar do tempo as relações sociais eram complexificadas ao meu olhar e, não raro, instauravam-se tensões advindas da construção da etnografia em face de valores culturais e morais diferentes dos meus. Aos poucos a minha visão daquela realidade era alterada e tais situações se convertiam em aprendizado. Durante o período de construção da pesquisa foram construídas relações intersubjetivas, em que aconteceu uma relação de apreço entre mim e minhas interlocutoras. Em consequência disso, tornou-se minha preocupação também o futuro daquela cidade. Ao me deparar com inúmeras discontinuidades provocadas pelas enchentes na sociedade brasileira, inquietava-me saber de que forma esta pesquisa pode ser apropriada para pensar em políticas públicas e qualificação de uma Defesa Civil. Inquietava-me também compreender quais saberes e práticas este trabalho

suscita, contribuindo para amenizar os impactos das “catástrofes climáticas/ambientais” em contextos urbanos.

No entanto, não cabe aqui propor uma fórmula que solucionará o problema, mas a dissertação aponta para as formas que a vida social e cotidiana assume em uma situação de ruptura. Quando retomo, em minhas lembranças, imagens, entrevistas em que está presente o cotidiano dessas famílias e analiso a partir das categorias analíticas que construíram esta etnografia, tranquilizo meu espírito e reelaboro meus questionamentos. Agora, o questionamento é outro: do que foi compartilhado comigo por estas pessoas, o que é possível apreender e interpretar sobre seus saberes e práticas relacionados a uma situação de quebra no cotidiano? Que elementos as narrativas trazem para pensar a respeito de uma ruptura no ritmo do viver e quais são as formas adotadas para reinventar o cotidiano? Que reflexão sobre a vida social e cotidiana a etnografia suscita e quais são as formas de enfrentamento que os habitantes assumem para lidar com eventos de crises provocadas pelas transformações advindas da contemporaneidade?

Vale ressaltar que o encontro etnográfico suscitou as indagações acima. Portanto, a busca de novas abordagens de um nível institucionalizado, que leve em conta as formas de enfrentamento de crises provocadas pelas enchentes, relacionando as práticas sociais do cotidiano aos discursos e práticas que o governo vem adotando frente aos estragos causados pelas chuvas, apareceu como algo fundamental para continuidade desta pesquisa. Tornam-se necessários, pois, um estudo que busque compreender e interpretar as ações e constrangimentos advindos das esferas de poder, um olhar mais apurado por sobre todas as questões levantadas no presente trabalho, bem como um retorno ao universo desta pesquisa com novas perguntas e atenção especial para as reverberações nos atores sociais que, a partir de seus relatos, compõe esta dissertação.

## Referências

A NOTÍCIA, novembro e dezembro de 2008.

ABU-LUGHOD, Lila, LUTZ, Catherine A. Introduction: emotion, discourse, and the politics of everyday life. In: \_\_\_\_\_. *Language and politics of emotion*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

ABU-LUGHOD, Lila. Locating Ethnography. In: *Etnography*, v.1, n. 2, 2000.

BACHELARD, Gaston. *A dialética da duração*. 2 ed. São Paulo: Ática, 1994.

BECK, Ulrich. *La Sociedad del riesgo. Hacia una nueva modernidad*. Barcelona : Paidós, 1998.

BENJAMIN, Walter. "Crítica da violência - crítica do poder". In: *Documentos De Cultura - Documentos de Barbarie (Escritos Escolhidos)*. São Paulo: Cultrix, Editora da Universidade de São Paulo, 1986.

BENTO, José Rosa da Silva. Enchentes de 1880 e 1911 – Inundações e Temporais em Itajaí : passado/presente. *Blumenau em Cadernos*. – T. 50, n. 5. p. 1-128. set/out. 2009.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade. Lembranças de velhos*. São Paulo: Queroz ED. Ltda. e EDUSP, 1987.

BOURDIEU, Pierre, WACQUANT, Loic. *An invitation to reflexive sociology*. Chicago: University of Chicago Press, 1992.

BOTT, Elizabeth. *Família e rede social*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de muros*. São Paulo: Ed. 34 EDUSP, 2003.

DE CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano – 1: Artes de Fazer*. Petrópolis: Vozes, 1990.

DE CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano – 2: Morar, cozinhar*. Petrópolis: Vozes, 1996.

DAS, Veena; POOLE, Deborah (eds.). *Antropology in the margins of the state*. New Delhi: Oxford University Press, 2004.

DAS, Veena. *Critical Events: An Anthropological Perspective on Contemporary India*. New Delhi: Oxford University Press, 1995.

DIÁRIO CATARINENSE, novembro e dezembro de 2008.

DIÁRIO DO LITORAL, Diarinho, novembro e dezembro de 2008.

- DOUGLAS, M & Wildavsky, A. *Risk and Culture*. Los Angeles: University of California Press. 1982.
- DOUGLAS, Mary. *Risk and Blame, essays in cultural theory*. Routledge, Londres. 1992.
- DOUGLAS, Mary. *Pureza e Perigo*. São Paulo: Perspectiva, 1976.
- DOUGLAS, M. O mundo dos bens, vinte anos depois. *Revista Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 13, n. 28, jul./dez. 2007.
- DOUGLAS; ISHERWOOD, B. *O mundo dos bens: para uma antropologia do consumo*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.
- DURAND, Gilbert. *As estruturas antropológicas do imaginário: introdução à arquetipologia geral*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- ECKERT, Cornelia. Memória e Identidade: Estudo Etnográfico dos Ritmos Temporais e da Duração Social de uma Comunidade de Trabalho no Sul da França. In: FREITAS, Carmelita Brito de (org). *Memória. Série Seminários 3*. Goiânia: Editora UCG, p.139-175, 1998.
- ECKERT, Cornelia. "Questões em torno do uso de relatos e narrativas biográficas na experiência etnográfica". In: Revista Humanas. *Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas*, n 19, Porto Alegre, 1998.
- ECKERT Cornelia; ROCHA, Ana Luiza. "Premissas para o estudo da memória coletiva no mundo urbano contemporâneo sob a ótica dos itinerários de grupos urbanos e suas formas de sociabilidade". In: *Revista Margem*. Puc, SP, 1999 p. 243 a 259.
- ECKERT, Cornelia. A cidade "com qualidade". Estudo de memória e esquecimento sobre medo e crise na cidade de Porto alegre. Sociedade e Cultura. *Revista de Pesquisa e Debate em Ciências Sociais*. Goiânia, v. 10, n. 1, jan/jun. 2007.
- ECKERT, Cornelia, ROCHA, Ana Luiza Carvalho. *O Tempo e a Cidade*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.
- ECKERT, Cornelia, ROCHA, Ana Luiza Carvalho. Etnografia: saberes e práticas. In: PINTO, Celi Regina Jardim & GUAZZELLI, César Augusto Barcellos. *Ciências Humanas: pesquisa e método*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2008.
- FELDMAN-BIANCO, B. *Antropologia das Sociedades Contemporâneas: Métodos*. S.Paulo: Global, 1987.
- FRANK, Beate, PINHEIRO, Adilson. *Enchentes na Bacia do Itajaí: 20 anos de experiências*. Blumenau: Edifur, 2003.
- FRÚGOLI, Heitor Jr. O urbano em questão na antropologia: interfaces com a sociologia. *Rev. Antropol.* vol.48 no.1 São Paulo Jan./June 2005
- GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

- GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Unesp, 1991.
- GUERRA, Antonio José Teixeira e CUNHA, Sandra Baptista da (Organizadores). *Impactos ambientais urbanos no Brasil*. Rio de Janeiro : Bertrand Brasil, 2001.
- HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. *Tristes trópicos*. Trad. Wilson Martins. São Paulo, Editora Anhembi Limitada. 1957.
- LOMNNITZ, Larissa A. & PEREZ – LIZAU, Marisol. *A Mexican Elite Family, 1820 – 1980: Kinship, class and culture*. New Jersey: Princeton University Press. 1987.
- LOMNNITZ, Larissa Adler. *Redes Sociais, cultura e poder*. – Rio de Janeiro: E-papers, 2009.
- LOPES, José Sérgio Leite. *A ambientalização dos conflitos sociais. Participação e controle público da poluição industrial*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.
- MALINOWSKI, Bronislaw. *Argonautas do pacífico ocidental: Um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné melanésia*. São Paulo: Abril Cultural, 1976.
- MAUSS, Marcel. “Ensaio sobre a Dádiva”. In: *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: EPU, 1974.
- MARCHEZINI, Victor. *Desafios de gestão de abrigos temporários: uma análise sociológica de inseguranças e riscos no cotidiano de famílias abrigadas*. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de São Carlos, 2010.
- MATTEDI, M. A., BUTZKE, I. C. 2001. “A relação entre o social e o natural nas abordagens de hazards e de desastres”. In: *Ambient. soc.*, July/Dec. no.9, p.93-114.
- PEIXOTO, Clarice. Solidariedade familiar intergeracional. In: ARAÚJO, Clara e SCALON, Celi. *Gênero, família e trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro, FGV, 2005, pp.225-240.
- OLIVEIRA, Micheline Ramos. *No limiar da memória: estudo antropológico sobre mulheres e violências na metrópole contemporânea*. 2009. Tese (Doutorado em Pós-Graduação em Antropologia Social) - Universidade Federal de Santa Catarina, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. *Orientador*: Ana Luiza Carvalho da Rocha.
- OLIVEIRA, Roberto CARDOSO. *O trabalho do antropólogo*. São Paulo: UNESP, 2000.
- ROCHA, Ana Luiza Carvalho da ; VEDANA, Viviane. A representação imaginal, os dados sensíveis e os jogos da memória: os desafios do campo de uma etnografia sonora. In: *VII Reuniao de Antropologia do Mercosul - Desafios Antropológicos*. Porto Alegre, 2007. v. 1.
- SPENGLER, Willian. “Memória dos sobreviventes: Relatos de dor e destruição sobre a tragédia que assolou o Vale do Itajaí em novembro de 2008”. In: *Revista História Catarina*, v. 3, n. 10, jan/fev. Lages: Editora Leão Baio, 2009. p.42 – 53.

SILVA, Telma Camargo da. “As fronteiras das lembranças: memória corporificada, construção de identidades e purificação simbólica no caso do de desastre radioativo”. *Vivência*. Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte. N° 28, 2005. p. 57-73.

SILVA, Hélio R. S. e MILITO, Cláudia. *Vozes do Meio-fio*, Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

SIMMEL, Georg. A metrópole e a vida mental. In: *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

TURNER, Victor. *Dewey, Dilthey, and Drama: An Essay in the Anthropology of Experience*. In: TURNER, Victor & BRUNER, Edward. *The Anthropology of Experience*. Chicago: University of Illinois Press, 1986.

TURNER, Victor. The Anthropology of Performance. In Victor Turner. *The Anthropology of Performance*. London: PAJ Publications, 1987.

TUSSI, Fernanda Pivato. *Aborto vivido, aborto pensado: aborto punido? As (inter)faces entre a esfera pública e privada em casos de aborto no Brasil*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

VELHO, Gilberto. *Subjetividade e sociedade, uma experiência de geração*. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

VELHO, Gilberto. “Observando o familiar”. In, Edson de Oliveira Nunes, Org. *A Aventura Sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978, pp. 36 a 46.

VELHO, Gilberto. *Projeto e metamorfose. Antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

VELHO, G. *Individualismo e Cultura. Notas para uma antropologia da sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

WAGNER, Helmut R. (Org.). *Fenomenologia e relações sociais. Textos de Alfred Schutz*. RJ, Zahar, 1979.

WHYTE, William Foote. *Sociedade de esquina: a estrutura social de uma área urbana pobre e degradada*. Tradução de Maria Lucia de Oliveira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

## Sites

<http://noticias.terra.com.br/brasil/noticias/Cidades+de+SC+entram+para+programa+da+ONU+contra+catastrofes.html>

<http://www.estadao.br.msn.com/ultimas-noticias/arti.aspx?co-documentid=27262839>

[http://campeche.inf.furb.br/empinf/empreendedor/index3.php?page=PN\\_publico\\_html&id\\_empresa=377](http://campeche.inf.furb.br/empinf/empreendedor/index3.php?page=PN_publico_html&id_empresa=377)

[http://www.leismunicipais.com.br/cgi-local/form\\_vig.pl](http://www.leismunicipais.com.br/cgi-local/form_vig.pl)

## ANEXOS

### MUNICÍPIO DE ITAJAI

#### PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Rua: Alberto Werner, 100 – Vila Operaria – Itajaí – SC – 88.301-970

www.itajai.sc.gov.br

DECRETO Nº 8.760, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2008.

DECLARA EM SITUAÇÃO ANORMAL, CARACTERIZADA COMO  
CALAMIDADE PÚBLICA A ÁREA DO MUNICÍPIO AFETADA POR ENCHENTES  
OU INUNDAÇÕES GRADUAIS.

Volnei José Morastoni, Prefeito Municipal de Itajaí, no uso das atribuições legais conferidas pelo 47, inciso XXXVIII, da Lei Orgânica do Município, pelo Art. 17 do Decreto Federal nº 5.376, de 17 de fevereiro de 2005, pela Lei Estadual nº 10.925, de 22 de setembro de 1998, pelo Decreto Estadual nº 3.924, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução nº 3 do Conselho Nacional de Defesa Civil.

CONSIDERANDO QUE:

- a enchente ou inundação gradual ocorrida nos dias 21, 22 e 23 de novembro de 2008, atingindo as zonas urbanas e rural do Município, conforme Mapa e/ou Croqui das Áreas Afetadas, anexos ao presente Decreto;
- como consequência desse desastre, resultaram os danos humanos, materiais, ambientais e/ou os prejuízos econômicos e sociais constantes do Formulário de Avaliação de Danos, anexo a este Decreto;
- a recomendação da Comissão Municipal de Defesa Civil, que avaliou e quantificou o desastre em acordo com a Resolução nº 3 do Conselho Nacional de Defesa Civil – CONDEC;
- concorrem como critérios agravantes da situação de anormalidade:
  - a) Grau de vulnerabilidade do cenário atingido pelo desastre: Muito Importante

- b) Grau de vulnerabilidade da comunidade atingida pelo desastre: Muito Importante
- c) Tendência para a continuidade dos efeitos do desastre ou agravamento da situação de anormalidade: Sim
- d) Ação da defesa Civil local frente ao desastre: Diante da gravidade do evento não possuía condições operacionais compatíveis.

**DECRETA:**

Art. 1º Fica declarada a existência de situação anormal provocada por desastre e caracterizada como Estado de Calamidade Pública.

Parágrafo único. Esta situação de anormalidade é válida apenas para as áreas deste Município, comprovadamente afetadas pelo desastre, conforme prova documental estabelecida pelo Formulário de Avaliação de Danos e pelo Croqui da Área Afetada, anexos a este Decreto.

Art. 2º Confirma-se a mobilização do Sistema Nacional de Defesa Civil, no âmbito do Município, sob a coordenação da Comissão Municipal de Defesa Civil - COMDEC e autoriza-se o desencadeamento do Plano Emergencial de Resposta aos Desastres, após adaptado à situação real desse desastre.

**MUNICIPIO DE ITAJAI**

**PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO**

Rua: Alberto Werner, 100 – Vila Operaria – Itajaí – SC – 88.301-970

[www.itajai.sc.gov.br](http://www.itajai.sc.gov.br)

Art. 3º Autoriza-se a convocação de voluntários, para reforçar as ações de resposta aos desastres, e a realização de campanhas de arrecadação de recursos, junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre.

Parágrafo único: Essas atividades serão coordenadas pela Secretaria Executiva da COMDEC.

Art. 4o De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo 5o da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes de defesa civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente:

I - penetrar nas casas, a qualquer hora do dia ou da noite, mesmo sem o consentimento do morador, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação das mesmas;

II - usar da propriedade, inclusive particular, em circunstâncias que possam provocar danos ou prejuízos ou comprometer a segurança de pessoas, instalações, serviços e outros bens públicos ou particulares, assegurando-se ao proprietário indenização ulterior, caso o uso da propriedade provoque danos à mesma.

Parágrafo único: Será responsabilizado o agente da defesa civil ou a autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 5o De acordo com o estabelecido no artigo 5o do Decreto-lei no 3.365, de 21 de junho de 1941, autoriza-se que se dê início a processos de desapropriação, por utilidade pública, de propriedades particulares comprovadamente localizadas em áreas de risco intensificado de desastres.

§ 1o - No processo de desapropriação, deverão ser consideradas a depreciação e a desvalorização que ocorrem em propriedades localizadas em áreas inseguras.

§ 2o - Sempre que possível essas propriedades serão trocadas por outras situadas em áreas seguras, e o processo de desmontagem das edificações e de reconstrução das mesmas, em locais seguros, será apoiado pela comunidade.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo vigir por um prazo de 90 (noventa) dias.

Parágrafo único. O prazo de vigência deste Decreto pode ser prorrogado até completar

um máximo de 180 dias.

Itajaí, 23 de novembro de 2008.

VOLNEI JOSÉ MORASTONI

Prefeito de Itajaí

**Nível da água no dia 23 de novembro de 2008 \_ nível estabilizado por 3 dias**

ITAJAI	HORA	NÍVEL	BRUSQUE	HORA	NÍVEL	BNU	HORA	NÍVEL
	19:00	2:15		19:00	5:60			
	20:00	2:20						
	21:00	2:35						
	22:00	2:35		22:00	6:10			
	23:00	2:50						
	24:00	2:50		00:30	6:70		24:00	6:16
	01:00	2:55					01:00	7:30
	02:00	2:60						7:72
	03:00	2.65						
	04:00	2.70			7.05			8.50
	05:00	2:75						
	06:00	2:75						
	06:30	2:80						
	07:00	2.80						
	08:00	2.90			7.00			9.50
	09:00	2:90						
	10:00	3.05						
	11:00				7:91			9:56
	12:00							
	13:00	3:20			6.90			
	14:00							10.34
	15:00	3.40						10.63
	16:00							10:65
	17:00							10:74
	18:00							
	19:00							10.91
	20:00							
	21:00				7.30			
	22:00							11;17
	23:00							
	24:00				7:35			
	01:00							11;52